



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
NÍVEL: DOUTORADO

MAISA GONÇALVES CARDOSO

**RENDA DA TERRA E AGRONEGÓCIO: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO  
AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

FLORIANÓPOLIS - SC

2020

MAISA GONÇALVES CARDOSO

**RENDA DA TERRA, AGRONEGÓCIO: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO  
AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como pré-requisito para a obtenção de título de doutora em serviço social.

Linha de pesquisa: 3. Questão social, trabalho e emancipação humana.

Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Augusto de Paiva.

FLORIANÓPOLIS- SC

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cardoso, Maisa

Renda da Terra e Agronegócio: : Reflexões sobre a  
Questão Agrária no Brasil do Século XXI / Maisa Cardoso;  
orientador, Beatriz Augusto de Paiva, 2020.  
127 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Questão Agrária e agronegócio no  
Brasil. 3. Capitalismo Dependente latino-americano. 4.  
Renda da terra e Financeirização no século XXI. I. Augusto  
de Paiva, Beatriz. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III.  
Título.

MAISA GONÇALVES CARDOSO

**RENDA DA TERRA, AGRONEGÓCIO: REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO  
AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dilceane Carraro, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Cristiane Luiza Sabino, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Roberta Sperandio Traspadini, Dr.(a)  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof. (o) Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst  
Universidade Federal de Ouro Preto

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.(a) Beatriz Augusto de Paiva, Dr.(a)  
Orientador(a)

FLORIANÓPOLIS-SC, 2020

Este trabalho é dedicado a minha mãe, minha fonte  
infindável de luz.

Esta tese foi realizada com apoio da CAPES  
- Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior que concedeu  
bolsa a doutoranda durante todo o período  
de realização da mesma.

## RESUMO

A presente tese tem por objetivo evidenciar a categoria renda da terra como uma mediação teórica fundamental para a apreensão das particularidades da relação contraditória capital/trabalho nos marcos da economia dependente brasileira, tendo em vista a necessidade imperiosa de decifrarmos os determinantes da questão social em nossa particular contemporaneidade. O pressuposto desta tese, ao considerar a questão agrária no Brasil e a tendência histórica da renda da terra no país e na América Latina como um todo - é de que no século XXI tal tendência não apenas se acirra, como também apresenta nuances distintas na sua dinâmica, as quais a particularizam em relação ao modo como se apresentava face aos padrões de reprodução do capital que precederam a atual fase de financeirização, datada de meados dos anos de 1970. Assim, buscamos elucidar elementos que demarcam a dinâmica atual da renda da terra no Brasil e seus impactos no aprofundamento da superexploração da força de trabalho. O conceito de questão agrária aqui adotado refere-se, portanto, ao estudo do desenvolvimento concreto das relações capitalistas em função da particularidade que a renda impõe ao movimento do valor, que se reflete em conflitos sociais. Ainda que em termos mais abstratos, ao retomar a renda da terra como uma determinação fundamental a apreensão do processo de apropriação da mais-valia nas economias dependentes, nossa tese é de que a mesma sintetiza contradições fundamentais da relação desigual entre as classes em luta no capitalismo.

**Palavras-chave:** Renda da terra; Questão agrária; Apropriação de terras.

## **ABSTRACT**

The present thesis aims to highlight the land income category as a fundamental theoretical mediation to apprehend the particularities of the contradictory capital / labor relationship in the framework of the Brazilian dependent economy, in view of the imperative need to decipher the determinants of the social issue in our society. particular contemporaneity. The assumption of this thesis, when considering the agrarian issue in Brazil and the historical trend of land income in the country and in Latin America as a whole - is that in the 21st century, this trend not only worsens, but also presents different nuances in its dynamics, which particularize it in relation to the patterns of capital reproduction that preceded the current phase of financialization since the mid-1970s. Thus, we seek to elucidate elements that demarcate the current dynamics of land income in Brazil and its impacts on deepening the overexploitation of the workforce. The concept of the agrarian question adopted here, therefore, refers to the study of the concrete development of capitalist relations in the field in function of the particularity that income imposes on the movement of value, which is reflected in social conflicts. Although in more abstract terms, when resuming land income as a fundamental determination the apprehension of the process of appropriation of surplus value in dependent economies, our thesis is that it synthesizes fundamental contradictions of the unequal relationship between the classes in struggle in the capitalism.

**Keywords:** Land income; Agrarian issue; Land grabbing.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ET - Estatuto da Terra

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

EUA - Estados Unidos da América

NPEEP - Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva

## ÍNDICE DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Expansão e Espacialização das <i>Commodities</i> agrícolas no Brasil entre 2000 e 2016.....	95
---	----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Crescimento da área colhida de culturas vegetais (2000 = 100).....	96
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - SOBRE A TEORIA DA RENDA DA TERRA EM KARL MARX: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA</b> .....	<b>24</b>
1.1 A Categoria Analítica Renda da Terra no Bojo da Teoria Marxista .....	27
1.2. Elementos Iniciais Sobre a Renda da Terra: Implicações na Distribuição da Mais-Valia Social na Totalidade do Sistema Capitalista .....	33
1.3 Sobre a Dialética da Produção, Apropriação e Transferência da Renda Diferencial .....	40
1.3.1 O Estado capitalista: determinantes estruturais .....	46
<b>CAPÍTULO II - A RENDA DA TERRA COMO DETERMINAÇÃO ANALÍTICA FUNDAMENTAL À APREENSÃO DA PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE</b> .....	<b>54</b>
2.1 A Constituição Histórica da Terra Como Propriedade Privada na América Latina .....	57
2.2 A terra e o trabalho no estudo da formação sócio-histórica (1850-1930).....	62
2.3 A particularidade da economia agroexportadora no capitalismo dependente (1930-1970) .....	68
2.4 A Renda da Terra e a Questão Agrária no Capitalismo Dependente .....	80
<b>CAPÍTULO III - SOB A MOLDURA IDEOLÓGICA DO AGRONEGÓCIO: A RELAÇÃO ENTRE A APROPRIAÇÃO DE TERRAS E A FINANCEIRIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA ESTEIRA DO CONFLITO CAPITAL E TRABALHO</b> .	<b>86</b>
3.1 Preâmbulo histórico à discussão do agronegócio: a construção ideológica de um conceito .....	87
3.2 A apropriação de terras no bojo da expansão da fronteira agrícola: relação entre o boom das commodities e a financeirização do capital .....	94
3.3 A terra como mero bem financeiro: outros atores na questão da apropriação de terras .....	106
3.4 A luta pelo território: as contradições da questão agrária movidas pelo conflito entre capital e trabalho .....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

O cativo da terra no Brasil, como aponta Martins (2013), expressa o fluxo constitutivo da expropriação do território desde a invasão colonial, o qual se consolida juridicamente a partir da Lei de Terras de 1850, ao tempo em que consagra o princípio burguês da propriedade privada sobre a terra, o faz, não sem antes deixar intocável o “cativo da senzala” (MAESTRI, 2001). Este, só viria a ser questionado quatro décadas depois com a abolição institucional da escravidão (1988) quando o caráter monopólico sobre a terra já se instituíra.

Ademais, sancionou o caráter monopólico da propriedade privada da terra no país, cuja centralidade seguiu, ao longo dos processos de (sub) desenvolvimento no capitalismo dependente, como elemento decisivo a dinâmica de acumulação de capital neste território, para o qual a superexploração da força de trabalho adquire simultânea e fundamental centralidade.

A desigualdade na apropriação da terra e dos meios de produção se acentuou ao longo da nossa formação sócio-histórica, constituindo as condições objetivas necessárias ao atendimento dos interesses da burguesia, tanto interna quanto estrangeira. Os mecanismos de apropriação da terra exigem e apresentam, ao longo da nossa história, a violência como elemento primordial, sendo os povos indígenas, os camponeses, ribeirinhos e quilombolas aqueles que estão na linha de frente no confronto com as classes dominantes, dado o caráter estrutural da expropriação de muitos e da apropriação da terra por poucos em nosso território. Por certo implica, ontem e hoje, uma acentuação da luta de classes e da miséria da classe trabalhadora como um todo e que encontra na questão agrária uma de suas raízes estruturantes, conforme pretendemos analisar nesta tese.

A partir dos anos 2000 a disputa pela terra se intensifica e apresenta características novas que, junto às velhas formas violentas - grilagem, expulsão, falsificação etc; - instituíram uma dinâmica que acentuou ainda mais a concentração e a monopolização de terras neste território. A intensificação da entrada de capital estrangeiro no país movendo-se em direção ao setor agrícola, encontra uma demanda acirrada de *commodities* no mercado mundial a partir dos anos 2000. Tal demanda abre possibilidades de acirramento de novos-velhos processos de subordinação da terra à lógica do capital, dentre os quais a especulação financeira assentada na mercadoria terra assume cada vez mais centralidade, em detrimento da utilização da

terra para a produção de alimentos. Parte dessa história já é antiga, a apropriação de terra com vistas a apropriação da riqueza fruto do trabalho, inclusive escravo, constitui um aspecto determinante da produção agrícola capitalista e segue, inegavelmente, determinada pelas relações de produção que acomodam as contradições de classe ao longo do desenvolvimento capitalista dependente. Tal dinâmica reintroduz - de maneira singular - determinações decisivas ao exame da questão social<sup>1</sup> no Brasil, como se pretende inferir em nossa pesquisa.

Para entender os processos que se desenrolam na atual conjuntura em relação a propriedade privada da terra e sua profunda monopolização buscamos referenciais teóricos que possibilitam a apreensão destes processos desde uma perspectiva de totalidade, ou seja, buscando mediações histórico-estruturais que nos permitam entender as determinações fundamentais que impelem tal movimento e as contradições que dele engendram. Assim, tomamos como referencial teórico-metodológico nesta tese as elaborações seminais de Karl Marx (2017) no *Capital* em sua crítica à economia política burguesa, mas também, na Teoria Marxista da Dependência buscando explicitar as particularidades da realidade latino-americana a partir da mesma base.

É Ruy Mauro Marini (1990), importante teórico do pensamento crítico latino-americano, quem lançará luz sobre o caráter *sui generis* do capitalismo nas economias latino-americanas. Para este autor, o elemento comum que ao deformar une o ser latino, edifica-se na *dependência*. Esta é estruturada a partir dos distintos processos de articulação do desenvolvimento da região à acumulação mundial de capital, a partir da sua inserção na divisão internacional do trabalho (DIT) capitalista. A subordinação das economias latino-americanas ao processo de acumulação capitalista mundial

---

<sup>1</sup> A Questão Social enquanto categoria analítica central à apreensão da realidade concreta e das contradições inerentes a ela, imersa no bojo da produção científica de conhecimento na área de Serviço Social figura como objeto de análise da profissão como bem afirma Zé Paulo Netto (2001). Como próprio do método analítico ao qual o debate da questão social se ancora hegemonicamente no Serviço Social, a saber, a teoria social marxista, dimensionar tal categoria de modo linear seria um equívoco. Nessa direção as discussões sobre a questão social tem ganhado novas contribuições, resultante das contradições no seio do mundo do trabalho que eclodem sob a égide de um capitalismo mais que tardio no século XXI. Para nós, a questão social na sociedade brasileira tem como sua contraface a luta de classes, a compreensão da conexão umbilical entre ambas adotada como pressuposto nesta tese está ancorada nos fundamentos constitutivos da profissão. Conforme elucida Maria Carmelita Yazbeck os eixos nucleativos que embasam os fundamentos do Serviço Social: 1-teórico-metodológico da vida social, 2-da formação sócio-histórica, 3-fundamentos do trabalho profissional, compõem o complexo de contradições que lançam luzes para pensar os fundamentos da profissão. Portanto, ancorados nesta perspectiva de fundamentos da profissão, entendemos que a questão agrária na realidade brasileira estrutura uma das raízes de sustentação do capitalismo dependente, logo um componente constitutivo e explosivo da luta de classes e de sua contraface, a questão social.

lançou raízes que determinaram os pilares de estruturação daquela que seria a característica condutora do processo de acumulação do capital desde a América Latina: a superexploração da força de trabalho.

A inserção das economias latino-americanas na DIT de modo dependente, para atender às demandas do mercado mundial, implica na manutenção histórica do caráter agrário-exportador destas economias, às quais ocupam o lugar de fornecedoras de bens primários às economias tecnologicamente mais desenvolvidas. Este caráter se atualiza ao longo dos ciclos de reprodução do capital neste território (OSÓRIO, 2012), reforçando a dependência estrutural e a superexploração da força de trabalho que a sustenta. Isso significa dizer que o latifúndio como propriedade privada da terra, a desigualdade, a violência, e todas as demais sujeições que emanam deste processo se acentuam ao longo da nossa história.

O período e o contexto que buscamos estudar nesta tese é dominado pela chamada “economia do agronegócio”, cujas contradições são permeadas por um processo ainda mais acentuado de obscurecimento da extração de valor e distribuição da riqueza oriunda da superexploração da força de trabalho. A dominação ideológica expressa no “agro é pop, agro é tec, agro é tudo”, difundida amplamente pela mídia burguesa, torna ainda mais urgente a apreensão da real dinâmica do capital e do papel da propriedade privada da terra para a mesma. As ideias do fim do campo, em suas expressões tradicionais, e/ou de uma ampla modernização do campo ocultam a avidez e violência com que os donatários do capital atuam no campo, mas sobretudo, pretendem ocultar as implicações deste nefasto processo para toda a sociedade, principalmente, para a classe trabalhadora nas suas frações mais fragilizadas, no que impõe uma economia centrada na destruição do meio ambiente, na pilhagem dos recursos naturais e inviabilização da apropriação do território como lugar de reprodução da vida para a população deste país. Nosso objeto de estudo radica-se, assim, no âmago dessa contradição, uma vez que a produção agrícola/mineral, sob a lógica hegemônica do agronegócio brasileiro (mesmo não sendo a única), ao se revestir da dita/pseudomodernidade que propicia uma economia ancorada na exportação com altos níveis de mecanização na produção, o faz à revelia de qualquer compromisso com a melhoria das condições de vida dos/as trabalhadores/as. Ao contrário, o caráter espoliador é predominante e, ao fazê-lo, encobre não só a função que ocupa o trabalho na valorização do capital, como acirra a superexploração da força de trabalho e encobre um dos elementos estruturantes desse desenvolvimento

econômico: a renda da terra como mecanismo fundamental na dinâmica de apropriação do valor no capitalismo dependente, a qual assume neste contexto contemporâneo, cada vez mais centralidade.

O objetivo desta tese é portanto, o de demonstrar em que medida a aludida modernização, propalada pelo consórcio da produção agrícola/mineral, requer a intensificação da superexploração da força de trabalho e o encobrimento do elemento estruturante desse desenvolvimento econômico que é a renda da terra.

No Brasil, a subordinação da terra ao capital, combinada ou não à lógica de valorização financeira da terra, ao expulsar continuamente do campo os “deserdados da terra” (MOURA, 1988), busca apagar as raízes históricas que explicitam como a terra e o trabalho compõem os determinantes fundantes da produção de valor, os quais marcam a historicidade do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente, muito embora o processo de industrialização levado à cabo desde os anos 1940, operasse uma pretendida superação destes fundamentos, que seriam tratados como as razões do atraso e do subdesenvolvimento, na visão cepalina<sup>2</sup>, por exemplo. O âmago da ideologia desenvolvimentista orbitava na visão propositiva do processo de progresso ancorado em uma perspectiva urbano-industrial, cuja questão agrária era portanto, fruto da contradição campo e cidade.

Em nossa premissa, dadas as contradições que emanam da sua subordinação na DIT, a questão agrária conforma determinações fundamentais da luta de classe neste território (TRASPADINI, 2016), a qual se expressa, por exemplo, em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais<sup>3</sup>, nos crescentes números de assassinatos e em processos de dominação e violência como os últimos crimes impetrados pela Vale, criminalização de lideranças indígenas e camponeses na disputa pela terra; no arder da Amazônia sob o fogo criminoso, sem investigação ou punição dos culpados; na liberação de porte armas pelos capangas dos latifundiários; na liberação desenfreada de agrotóxicos que são prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; na destruição dos

---

<sup>2</sup> Criada em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) agrupava um conjunto de autores centrados nas teorias do desenvolvimento latino-americanas. O nacional desenvolvimentismo que embalava as teses cepalinas e sua versão atualizada com o neodesenvolvimentismo são expressões de um mesmo projeto imposto à América Latina, a partir da projeção da ideia, de que seria possível um desenvolvimento das econômicas subdesenvolvidas estruturado nas relações capitalistas vigentes.

<sup>3</sup> Nos referimos ao crime ambiental causado pelo rompimento da barragem de rejeitos na cidade de Mariana (MG) em 5 de Novembro de 2015 na Bacia do Rio Doce, operado pela empresa mineradora Samarco/Vale/BHP, bem como o caso da petroleira Chevron na Amazônia equatoriana atingindo mais de 30 mil pessoas. Ambos os crimes possuem em comum a impunidade que blindava estes grandes grupos estrangeiros para seguirem operando nos territórios.

mecanismos de proteção aos povos indígenas; no encarecimento dos alimentos, dada a centralidade monocultora e agroexportadora economia; do encarecimento da terra e da moradia nas cidades, superlotadas dado o esvaziamento do campo. Enfim, uma série de processos que afetam a classe trabalhadora como um todo, cujas raízes da questão agrária fincadas em nosso território se dão nos marcos da dominação imperialista.

Com o intuito de apreender essa dinâmica é que miramos o processo atual de extração de renda da terra, buscando pistas que revelem o substrato atual da dependência e da superexploração ao qual os expropriados do campo e da cidade são submetidos. Temos, assim, a seguinte questão norteadora, qual a relação entre a atual dinâmica de apropriação da renda da terra pelo capital e o aprofundamento da superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI?

Neste sentido, a título de conclusão da tese - referendando ou contestando a hipótese desta pesquisa - cabe problematizar se tais conexões constituem-se dimensões decisivas da questão social no Brasil, expressão da luta de classes, tal como apreendida na reflexão crítica pelo serviço social, seja como área de conhecimento, seja como elaboração de sua práxis ético-política profissional<sup>4</sup>.

Na sociedade capitalista, o monopólio da propriedade fundiária pelo capital permite que ele possa apropriar-se não apenas de imensas porções da terra, mas também, de parte substantiva do produto da força de trabalho empregada ali, isto é, da mais-valia gerada pela extração do trabalho não pago no setor agrícola durante o processo produtivo em si e da reprodução do capital em sua totalidade. Parte desta mais-valia é também apropriada pelo proprietário fundiário na distribuição da mais-valia social em seu favor, a renda da terra emerge justamente neste processo de apropriação da mais-valia social.

Assim, tal qual o trabalhador recebe o salário pela venda do único bem que ainda lhe resta, a força de trabalho, o proprietário fundiário recebe uma renda pela utilização da terra (como mercadoria). Tão logo, a renda da terra caracteriza-se pelo pagamento ao seu proprietário referente à licença pela exploração capitalista da terra.

---

<sup>4</sup> Ana Elizabeth Mota (2013) salienta a particularidade do Serviço Social brasileiro encerrada tanto em sua práxis profissional como também enquanto área do conhecimento, principalmente no período dos anos de 1980 em diante. Tal discussão vem alimentando debates em voga sobre a atualidade dos desafios ético-políticos postos à profissão e sua intervenção. Aqui, corroboramos Mota (2013) sobre a natureza da particularidade do Serviço Social no Brasil.

Lembremos que, a renda da terra tomada em sua acepção clássica, conforme demonstra Marx (2017), determina o valor da terra, das mercadorias produzidas e aquelas que poderão ser produzidas, ou o que venha a ser produzível na terra e das demais condições susceptíveis de gerar renda, afetando o preço da terra e dos arrendamentos. É conforme a variação por demanda de recursos naturais, que os preços da terra e os arrendamentos se alteram de forma a propiciar cada vez mais a incorporação de novas terras e melhoramento daquelas já incorporadas no mercado de terras. Considerando a importância que assume a dinâmica agroexportadora no Brasil, a renda da terra ocupa no processo de produção e reprodução do capital lugar de centralidade. Porém, além de constatar é preciso compreender tal processo, na sua mais concreta engrenagem. Marx permite que entendamos a dinâmica da renda da terra na reprodução do capital como um todo. Porém, na particularidade latino-americana que compõe a totalidade capitalista, dadas as características *sui generis* da dinâmica do capital neste território, conforme assinalado por Carcanholo (1981) e Traspadini (2016), a renda da terra assume funções fundamentais para a valorização e acumulação do capital, impondo mecanismos de extração de valor que se configuram ainda mais truculentos neste território, quando se associam, também, os processos de superexploração e de dominação da classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade. Historicamente, conforma uma dinâmica cuja matriz centrada na produção agroexportadora, desde a invasão colonial à dominação imperialista, se mantém, e na dinâmica da dependência se constitui como o cerne da produção e transferência de valor.

Esta produção agroexportadora demarca, todavia, a gênese do processo de integração técnica da indústria com a agricultura, na correia do desenvolvimento das forças produtivas, cujos caminhos similares foram percorridos por alguns países na América Latina, na década de 1970. Nestas economias, os processos de industrialização da agricultura deram-se sob os ditames do novo padrão exportador de especialização produtiva (NPEEP). Entretanto, pelos limites dessa pesquisa, trataremos principalmente do padrão exportador de especialização produtiva da economia dependente brasileira, cunhado por Jaime Osório (2012) a partir do debate em voga inaugurado por Vânia Bambirra em seu estudo de 1973 (2012). O padrão exportador de especialização produtiva propõe uma tipologia, que distingue e caracteriza as transformações econômicas erigidas ao fim do século XX, no bojo da reconfiguração da divisão internacional do trabalho, do pós-segunda guerra mundial.

Ao tomar essa referência, Bamberger (2012), e depois Osório (2012), demonstram que a divisão internacional do trabalho, ao se constituir no âmbito da realização da lei do valor do capitalismo em nível mundial, restringindo a atividade econômica dos países latino-americanos a segmentos primários da produção -, atua de forma a reforçar o caráter contraditório do desenvolvimento desigual e combinado das economias dependentes, como processo inerente ao metabolismo do capital na sua totalidade.

É tal a complexidade do contexto que se instaura em meados de 1973 que leva outro marxista, David Harvey (2005), em “Novo Imperialismo” a afirmar que a acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada desde esse marco histórico, tendo como força propulsora a redefinição das funções do estado. Para Harvey (2005) a redefinição do poder do Estado foi central nesse processo, cujo surgimento do marmemoto neoliberal<sup>5</sup> e da política de privatização associada a ela, deram, em grande parcela, a tônica geral dessa transição e que no Brasil tem seu período áureo nos anos de 1990.

A economia dependente brasileira caracterizava-se, em meados da década de 1960 e fins de 1970, por selar aquela que viria ser uma das dimensões estruturais da produção agrícola no século XXI, ao articular ainda na década de 1960, a grande exploração na agricultura com o uso extensivo de insumos industriais, subsídio estatal e presença de capital estrangeiro, muito embora, seja apenas nos anos 2000, impelida pelos interesses de nações imperialistas, que a economia brasileira passou a vivenciar um projeto hegemônico na agricultura intitulado agronegócio.

A partir deste marco, o agronegócio no século XXI passa a controlar todos os momentos no processo de produção do setor agrícola desde o controle de sementes até a circulação das mercadorias. Alcançando uma associação inédita - porque plena de simbiose - entre o produtor nacional e os agentes financeiros vinculados ao capital internacional. A expansão e internacionalização deste modelo, através da exportação de capitais obtidos por meio da produção agrícola, pecuária e mineral brasileira, fomentou a geração de commodities de modo a reforçar a DIT para América Latina frente à dinâmica de acumulação mundial.

---

<sup>5</sup> De forma sintética, Petras (1997,p.18) assim define em que consistia o neoliberalismo, “As políticas neoliberais podem ser resumidas em cinco metas essenciais, estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização( do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada); austeridade fiscal (restrição aos gastos públicos).”

A situação colocada no então cenário dos anos 2000, forjada internamente pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrou condições favoráveis para as relações com o comércio externo em termos da exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Este desempenho das exportações passa a ser cada vez mais decisivo para remuneração do capital financeiro, uma vez que a economia monopolista do agronegócio apresenta um arranjo no qual a extração de excedente econômico está organizada a partir do reestabelecimento da especialização primário-exportadora no mercado mundial (DELGADO 2012). Para Oliveira (2016) são estes processos contínuos de abertura comercial e financeira que aguçaram um movimento cada vez maior de centralização de capitais por meio de fusões, incorporação e aquisição de empresas e setores industriais distintos, ao mesmo tempo em que desnacionalizava a economia brasileira.

Tal dinâmica aprofunda a “transnacionalização da agricultura” (OLIVEIRA, 2016) no bojo da economia monopolista do agronegócio, e reproduz, assim como nos demais países latino-americanos e Caribenho a lógica de dominação imperialista ditada pelos grupos detentores do grande capital, embora, no interior de cada economia assuma determinações próprias configuradas pela dinâmica mesma do NPEEP (OSÓRIO, 2012).

Conforme assinalamos, esse movimento mais recente no século XXI reforça a função ocupada pelos países dependentes latino-americanos na DIT<sup>6</sup> e se apresenta como mecanismo de manutenção da histórica transferência de valor para os centros imperialistas (no período colonial para Europa, no século XX seguia para o Estados Unidos e atualmente para a China que desponta como a “fábrica do mundo”). Esta situação repõe o histórico debate da dependência frente ao avanço do processo de financeirização do capital, aprofundando a apropriação da renda da terra - ou seja, da mais valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores - e, portanto, aprofundando também a superexploração daqueles que vivem do trabalho. O pressuposto desta tese, ao considerar a produção primário-exportadora no Brasil e a tendência histórica da renda da terra no país e na América Latina como um todo - é de que no século XXI

---

<sup>6</sup> São países Organização Mundial do Comércio (OMC) fiscaliza e normatiza a transação de produtos agrícolas que junto ao Fundo Monetário Internacional submete os países dependentes às suas diretrizes moldadas por interesses de empresas transnacionais que controlam os mercados de produtos e insumos agrícolas. São conglomerados que englobam distintas frações do capital industrial, comercial e financeiro, detêm o controle dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos. Além de possuir o monopólio sobre o conhecimento científico de ponta, pressuposto para o desenvolvimento tecnológico que viabiliza a espoliação dos recursos naturais (STEDILE, 2013).

tal tendência não apenas se acirra, como também apresenta nuances distintas na sua dinâmica, as quais a particularizarão em relação aos padrões de reprodução do capital que precederam a atual fase de financeirização. Assim, buscamos elucidar elementos que demarcam a dinâmica atual da renda da terra no Brasil e seus impactos no aprofundamento da superexploração.

Neste sentido, nosso objetivo nesta tese foi o de evidenciar a categoria renda da terra como uma mediação teórica fundamental para a apreensão das particularidades da relação contraditória capital/trabalho no capitalismo dependente, tendo em vista a necessidade imperiosa de decifrarmos os determinantes da questão social em nossa particular contemporaneidade.

Para responder às inquietações de origem desta tese, percorremos um caminho teórico metodológico que buscou estudar a renda da terra, conferindo-lhe centralidade como categoria analítica explicativa de um aspecto da sociedade capitalista, tal como Marx (2017) cunhou em sua teoria do valor no livro terceiro d'O Capital; seguindo o método crítico dialético do mesmo, referenciando-a na realidade concreta a partir das particularidades do capitalismo dependente latino-americano. Isto porque no método do materialismo histórico esta categoria figura como uma determinação concreta da realidade mistificadora de sua origem - sobreproduto criado por trabalhadores agrícolas, mas que aparece como mero resultado do diferencial de fertilidade do solo, dádiva da natureza. É uma mistificação do capital em que a terra aparece como criadora de renda.

Na visão de Reinaldo Carcanholo (2013; p.12) a discussão da renda da terra no método crítico dialético trata-se de uma categoria para entender o concreto real “a economia e a sociedade capitalista tal qual elas aparecem aos nossos olhos” em que “a aparência, esfera na qual orbita categorias como lucro, juros etc. parece negar a essência, na verdade a nega dialeticamente. Não no sentido de afirmar sua inexistência”. Ainda que seja uma determinação do real, estas categorias são explicitadas pelo valor, que é produto do trabalho abstrato como demonstra Marx (2017) na fórmula trinitária.

O aparente contrassenso de que a terra seja fonte de riqueza é resultado da realidade concreta em que a condição de monopólio confere vantagem a uma determinada classe, os proprietários fundiários, de abocanhar no processo de distribuição social do lucro entre distintas frações do capital seu quinhão. Entretanto,

O capital não é uma coisa mas uma determinada relação social de produção que pertence a uma determinada formação histórico social, representa-se numa coisa e confere a esta caráter social. (MARX, 2017; p.887)

Por isso a apreensão da aparência deste sistema só é possível com aproximações sucessivas à realidade. Nesse sentido, enquanto expressão fenomênica deste processo, o agronegócio apresenta-se como a atual faceta da questão agrária no século XXI, ocultando múltiplas determinações de um vasto conjunto de fenômenos que possuem suas raízes nos processos repostos de mercadorização da terra, há mais de cinco séculos. Ao mesmo tempo, atua no sentido de camuflar as correntes estruturantes da dependência nas primeiras décadas do século XXI, obscurecendo o entendimento teórico-político da questão agrária ao longo do desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano.

Desse modo, a síntese aqui apresentada se estruturou em capítulos que buscaram responder teoricamente os objetivos específicos que se desdobraram da nossa questão norteadora, quais sejam:

1) estudar, a partir da elaboração teórica de Karl Marx, as determinações da renda da terra e sua dinâmica no modo de produção capitalista, de modo a evidenciar mediações que possibilitem a apreensão da mesma nas particularidades do capitalismo dependente;

2) evidenciar elementos da atual dinâmica do capitalismo dependente brasileiro para demonstrar a renda da terra como uma determinação fundamental na apreensão da luta de classes;

3) elucidar os mecanismos instituídos no atual ciclo de reprodução do capitalismo dependente - vide agronegócio - para se apropriar da mais-valia de modo a explicitar o aprofundamento da superexploração sob a dinâmica atual de extração da renda da terra;

É justamente no momento em que a economia monopolista do agronegócio estrutura a apropriação territorial sob a dominação imperialista que o debate acerca da renda da terra retorna ao campo de disputa teórico-política. Se, por um lado, o estudo dessa categoria analítica desvela as múltiplas camadas que encobrem a realidade concreta do processo em que recursos naturais necessários à reprodução da vida e escassos na natureza, resultam para o capital como bens fonte de mais-valor àqueles que detêm seu monopólio, conferindo a estes o direito de extraí-los até à escassez total. De outro lado, o debate sobre a renda da terra constitui muito mais que

uma ferramenta analítica a apreensão das contradições de classe ao longo do desenvolvimento capitalista, mas elucida o conflito que se manifesta entre as frações de classe que aquela divisão determina. Ademais, expressa a correlação de forças entre as classes sociais num determinado momento histórico. Para nós, este debate justifica-se, desde a dimensão teórico-política, por somar-se como contributo ao estudo do desenvolvimento concreto das relações capitalistas em função da particularidade que a renda impõe ao movimento do valor, que se reflete em antagonismos sociais também diferenciados.

Historicamente, o Serviço Social<sup>7</sup> constitui-se como profissão voltada à apreensão dos antagonismos de classe encerrados na questão social e em suas particularidades na formação sócio-histórica brasileira. Essa tese buscou somar-se aos demais esforços teórico-metodológicos no âmbito do Serviço Social que, ao apreender o subdesenvolvimento e suas raízes estruturadas pela desigualdade social no campo, visa aproximar-se das lutas da classe trabalhadora na disputa pela riqueza capitalista. Em que pese a mistificação da exploração da força de trabalho no processo produtivo na esteira do agronegócio nas últimas duas décadas, esta tese busca elucidar mediações que atravessam os conflitos entre as classes sociais determinadas pela contradição capital e trabalho no campo, de modo a recolocar a clássica pergunta, quem é o protagonista histórico da luta pela reforma agrária hoje? A resposta a tal indagação nos leva a uma aproximação à realidade destes que também são os sujeitos em luta pelo direito ao acesso às políticas sociais, à reforma urbana, às cidades.

Ademais, tal pergunta está implicada nas inquietações que movem esta pesquisa ao longo de nossa trajetória iniciada ainda no Programa de Pós Graduação em Política Social pela Universidade de Brasília e que agora culmina com este trabalho no Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Longe de apontar conclusões decisivas, reafirmamos uma discussão ainda em aberto que apenas começa com essas páginas. Entre ruptura e continuidade trilhamos um caminho que em essência buscava refletir sobre os trabalhadores rurais em luta no campo e na cidade. Inquietude que brota da vida cotidiana de origem rural, e que condensa heranças de expropriações dos que nunca tiveram terra. Apenas uma

---

<sup>7</sup> Nos referimos ao momento histórico marcado pelo Congresso da Virada, movimento que ocorreu na década de 1979 em São Paulo, sendo portanto, o divisor de águas no direcionamento ético-político e teórico-metodológico da profissão. Para estudo aprofundado ver melhor em Iamamoto (1992); José Paulo Netto (1990).

geração me separa da labuta da migração para a cidade, da história secular dos trabalhadores rurais que nunca tiveram acesso à terra, mas que sustentam memórias e modos de resistência estruturados no seio da luta cotidiana pela sobrevivência.

Essa história, da luta de classes no conflito pelo acesso à terra terá que articular ao debate da questão agrária uma de suas mediações constitutivas herdadas do escravismo e radicalizadas na transição que consolida o capitalismo expressa nas “marcas da raça no trabalho rural” (Silva, 2016). Por entender que a reescrita dessa história a partir dos sujeitos que dela foram apagados e/silenciados, pensamos ser esta, uma tarefa de todos aqueles implicados nas lutas sociais. Nesse sentido, apresentaremos aqui apenas uma primeira aproximação muito preliminar ao tema. Ainda que, em termos mais abstratos, ao retomar a renda da terra como uma determinação fundamental para a apreensão do processo de apropriação da mais-valia nas economias dependentes, nossa tese é de que a mesma sintetiza contradições fundamentais da relação desigual entre as classes em luta no capitalismo.

## **CAPÍTULO I - SOBRE A TEORIA DA RENDA DA TERRA EM KARL MARX: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA**

Para a seção sobre a renda fundiária, Marx havia feito na década de 1870 pesquisas especiais totalmente novas. Ele estudará no idioma original os registros estatísticos e outras publicações sobre a propriedade que lhe haviam sido fornecidos por amigos russos [...] dada a variedade das formas tanto da propriedade fundiária quanto da exploração dos produtos agrícolas na Rússia, esse país deveria desempenhar, na seção sobre a renda fundiária, o mesmo papel que, no Livro I, havia sido assumido pela Inglaterra no que diz respeito ao trabalho assalariado industrial. Lamentavelmente não foi possível executar esse plano. (ENGELS, 2017, p.36)

As palavras de Friedrich Engels, escritas para o prefácio do livro III d'O capital, ao que tudo indica, apontam a amplitude dos estudos de Karl Marx sobre a renda fundiária, mas não só. A ponderação de Engels (2017) parece reforçar a perspectiva desenvolvida nos últimos textos de Karl Marx sobre os distintos processos históricos que deram passagem ao modo de produção capitalista, mas principalmente sugere a necessidade de pensar a forma como o capital subordina a natureza e os recursos naturais, desde as variadas e múltiplas formações sócio- históricas que são suplantadas por ele. No caso da América Latina, 1492 é o divisor de águas do que constituirá neste território o porvir do capitalismo, à medida que a invasão colonial e os processos que dela decorrem foram determinantes tanto para a consolidação do capitalismo como modo de produção na Europa, quanto do *modus operandi* do mesmo sobre as Américas posteriormente, na virada do século XIX para o XX (MOURA, 2014; CUEVA, 1999).

Tanto a terra, como o trabalho, são indispensáveis à reprodução do capital e nenhum dos dois é passível de ser produzido pelo mesmo. Se, o capital em sua sanha inesgotável pelo lucro, visa somente a produção de mercadorias para a extração de mais-valia produzida pelo trabalho, a terra, como bem natural, não pode ser produzida pelo trabalho. Encerra-se aí um aspecto contraditório e insuperável do modo de produção capitalista.

Se o fundamento básico deste modo de produção é a dissociação entre terra e trabalho, instituindo-os como propriedades privadas individuais, para o qual a natureza como meio de produção social da vida humana, autonomiza-se enquanto sistema produtor de valor. Nas relações humanas de produção somente a terra enquanto recurso e meio de trabalho é que as condições fundamentais à produção social da vida são possíveis.

Nesse sentido, há uma contradição insuperável entre o modo de produção capitalista e as condições fundamentais para a sua existência. Entendemos, a partir dessa contradição, que a compreensão crítica do modo de produção capitalista, requer a apropriação da dinâmica singular destes elementos - terra e trabalho -, sob a égide do capital.

Para tanto, o objetivo deste capítulo é o de trazer a síntese dos estudos da elaboração teórica de Karl Marx sobre as determinações da renda da terra e sua dinâmica no modo de produção capitalista, de modo a evidenciar mediações que possibilitem a apreensão da mesma nas particularidades do capitalismo dependente na América Latina. Para isso, apresentamos um mapa analítico categorial para recuperar os pressupostos teóricos desenvolvidos por Karl Marx (2017), no livro III d'O capital, sobre a renda da terra. O objetivo supracitado, fez com que buscássemos-, em interlocutores contemporâneos, tais como Armando Bartra Vergés (2006) e Reinaldo Carcanholo (1981), os nexos que atualizam sua vigência na periferia do sistema capitalista.

Assim, já demarcamos, a priori, que partimos de um enfoque da categoria renda da terra, entendida a partir das elaborações de Marx (2017). Este teórico, em síntese, concebe a renda da terra como resultante da apropriação de parcela da mais-valia socialmente produzida pelo trabalho na terra. Endossa essa argumentação pontuando que sendo a renda da terra uma categoria da economia política, ela expressa o processo pelo qual a terra, enquanto bem natural escasso, é introduzida na dinâmica de acumulação capitalista, sendo, dessa forma, transformada em mercadoria e imposta à valorização, apesar de, no entanto, não constituir valor em si, possui preço de mercado e pode ser vendida.

O valor é trabalho. A fertilidade absoluta do solo faz apenas com que certa quantidade de trabalho renda determinado produto a depender da fertilidade natural do solo. A fertilidade desigual do solo faz apenas que as mesmas quantidades de trabalho e capital, ou seja, o mesmo valor se representem em diferentes quantidades de produtos agrícolas, portanto que os produtos tenham diferentes valores individuais. A nivelção desses valores individuais até formarem valores de mercado faz com que as vantagens do solo fértil sobre o inferior sejam transferidas do lavrador ou consumidor para o proprietário fundiário. (MARX, 2017, p.878)

Não obstante, o estudo da extração da renda da terra, em uma realidade concreta, requer pensar mediações que nos levam da aparência à essência, da totalidade às particularidades do desenvolvimento desigual e combinado capitalista. Isto porque, como bem recorda Jacob Gorender (1982) o caminho metodológico

trilhado por Marx na elaboração das categorias de análise do método materialista histórico dialético partiam da produção, objeto de análise da economia política clássica. Mas a aceitação da teoria econômica não implicou em um alinhamento ideológico. Para Marx, afirma Gorender (1982, p.11) “a produção é sempre social, e sempre resultado de um desenvolvimento histórico, cada época tem categorias específicas e, por isso, as chamadas determinações gerais da produção, se abstraídas das categorias específicas, se reduzem a tautologias.”

Ao retornarmos à advertência metodológica de Gorender (1982) quanto as categorias analíticas do método marxista, salientamos a compreensão da categoria renda da terra por nós adotada, cuja origem de sobrelucro criado por trabalhadores agrícolas é mistificado para que seja visto como dádiva da natureza ao proprietário da terra. Essa mistificação é resultante das próprias relações de produção capitalistas, das quais compõe a aparência ideológica necessária à sociedade.

Da própria realidade emana a necessidade de um arcabouço teórico que permita apreender a dinâmica na qual se processa a extração da renda da terra, em suas contraditórias determinações, as quais são movidas no capitalismo dependente latino-americano, a partir da forma *sui generis*, que assume a relação entre capital e trabalho neste território: a superexploração (MARINI, 2011).

Para tal intento, lançamos mão dos pressupostos teórico-analítico, elaborados por Ruy Mauro Marini (2011). Este autor determina que pensar a Pátria Grande, desde o que nos une e nos particulariza nos múltiplos e diversos processos de formação dos estados nacionais, só é possível, por meio da apreensão do processo de acumulação capitalista, a partir da inserção desigual das Nações latino-americanas na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, a desigualdade é expressa na condição dependente dessas Nações, explicitada pela subordinação das nossas economias aos interesses externos e sobretudo pela permanente transferência de valor. Esta, por sua vez, só pode ser sustentada por uma relação interna entre capital e trabalho, traduzida numa superexploração, entendida, pelo autor, como uma simbiose entre “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2011, p.149).

Nesta tese, posto os pressupostos assinalados, buscamos evidenciar que, sendo a transferência de valor um elemento determinante na consolidação de uma economia primário-exportadora, frente ao sistema capitalista mundial, a renda da terra

apresentar-se-á como um mecanismo que viabiliza/expressa a punção do valor. Dessa forma, conforma uma determinação fundamental no movimento *sui generis* do capital, na América latina, ou seja, apresenta-se como um dos pilares fundamentais da dependência.

Neste capítulo, a seguir, com a finalidade de estabelecermos mediações teóricas entre a superexploração da força de trabalho, neste território, e a extração da renda da terra, apresentaremos, primeiramente, uma síntese acerca da extração da terra, para, a partir da explanação dos elementos necessários, fazermos, posteriormente, as mediações ansiadas.

### **1.1 A Categoria Analítica Renda da Terra no Bojo da Teoria Marxista**

Marx (2008), com vistas a apreender os elementos gerais necessários ao avanço da sua investigação sobre a sociedade burguesa, estudou: as sociedades comunais antigas, desde os distintos modos de produção anteriores ao capitalismo até a evolução/dissolução histórica dos mesmos. Ao fazer esses estudos, assume que estágios diferentes da divisão social do trabalho correspondem a diferentes formas de posse da terra. Além disso, observa a crescente emancipação do homem, em relação à natureza, pontuando que: à medida que o homem afasta-se de sua relação desenvolvida espontaneamente com a natureza, consolida-se a cisão entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização. Por meio da separação entre o trabalho e a terra, ou mesmo, entre trabalhadores e as condições de realização de seu trabalho, esta separação é radicalizada sob o capitalismo.

A relação capitalista é resultado do processo histórico de separação entre o trabalhador e os meios de produção, constituídos como propriedade privada, que transforma em capital os meios de subsistência e de produção<sup>8</sup>. A expropriação da terra e a transformação dos sujeitos em força de trabalho “livre” passam a constituir os combustores para a acumulação originária de capital na Europa e, por seguinte, do acúmulo de capital e arranque do capitalismo. Esta história se fez sob os mais violentos processos, como bem destaca Marx:

---

<sup>8</sup> “O capital não consiste na soma dos meios de produção materiais e produzidos. Ele consiste nos meios de produção transformados em capital, meio que, em si, são tão pouco capital quanto ouro e prata, em si mesmos dinheiro. Consiste nos meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de atividade da força de trabalho autonomizados precisamente diante dessa força de trabalho, que se personificam no capital mediante essa oposição”. (MARX, 2017, p.48)

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva comercial de caça a peles negras, caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2013, p.821).

A este processo, Karl Marx (2013) chamou de acumulação primitiva ou originária, cujos pré-requisitos históricos materializam-se na dissolução da relação com a terra em sua condição natural de meio para produção. Mas, também, na dissolução das relações em que o/a sujeito social mostrava-se como o proprietário/a do instrumento de sua produção - destacando que as relações de produção, anteriores ao modo de produção capitalista, davam-se de distintas maneiras nos distintos territórios do globo.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem como alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013, p.789).

Ao analisar no famoso capítulo XXIII de O Capital o processo de expropriação da terra daqueles que dela retiravam sua subsistência, Marx (2013) aponta que esta é uma das determinações da acumulação primitiva e fundamento do capitalismo. Se por um lado as terras devem ser libertas para que o capital possa utilizá-las; por outro lado, a expropriação das terras liberava o outro elemento propulsor da acumulação, a força de trabalho, que, ao longo de séculos, libertou-se das formas anteriores da produção para ser aprisionada pelo capital. Eis, então, os elementos para a constituição do capital, o trabalhador despido de seus meios de reprodução e, logo, livre para vender sua força de trabalho.

[...] um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro com o objetivo de reproduzir e valorizá-lo (...) outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação, o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural (MARX, 1975, p.65).

As ponderações assinaladas aí, na seção dos Grundrisse intitulada “Formas que precederam a produção capitalista”, e também no livro I do Capital são retomadas pelo autor em estudos posteriores, dos quais os “Escritos sobre a Comunidade

Ancestral” (2015) e os fragmentos sobre as “Lutas de classes na Rússia<sup>9</sup>” (2013) explicitam o retorno de Marx ao tema da acumulação originária. Tal discussão, presente no estudo das comunidades agrárias comunais, dissolvidas no processo de consolidação do capitalismo, despertavam um interesse particular do autor, uma vez que, “essas investigações permitiram a Marx adquirir informações particularizadas sobre as características sociais e institucionais do passado mais remoto, das quais ele ainda não dispunha quando redigira os manuscritos e as obras dos anos de 1850 e 1860.” (MUSTO, 2017, p.539).

Estes estudos, escritos por Marx em seus últimos anos de vida, vêm sendo objeto de discussões atuais, das quais interpretações como as de Marcelo Musto (2017), vêm sugerindo que neles Marx tenha mirado mais detidamente a periferia capitalista. Em sua perspectiva, o objetivo que movia o velho “mouro” não podia ser outro senão, “reconstruir, com base na correta consciência histórica, a sequência provável com a qual, no curso do tempo, haviam-se sucedido os diferentes modos de produção.” (MUSTO, 2017, p.539)

Perseguindo esse objetivo, ao redigir os Cadernos etnológicos, Marx redigiu longos compêndios e interessantes anotações sobre a pré-história, o desenvolvimento dos vínculos familiares, as condições das mulheres, a origem das relações de propriedade, as práticas comunitárias existentes nas sociedades pré-capitalistas, a formação e a natureza do poder estatal, o papel do indivíduo, além de outras questões mais próximas de sua época, como, por exemplo, as conotações racistas de alguns antropólogos e os efeitos do colonialismo. (MUSTO, 2017, p.546)

Não ao acaso, o tema da acumulação primitiva refere-se, justamente, ao momento em que as distintas formações econômicas foram subsumidas no trânsito ao capitalismo. Por certo, assume “tonalidades distintas” nos distintos territórios do globo.

---

<sup>9</sup> A ligação de Marx e Engels com a militância, com a produção intelectual e com a realidade russa é de longa data, desde 1848 durante as revoluções quando Marx escreve sobre o papel contrarrevolucionário que a Rússia czarista cumpria na geopolítica naquela época. Posteriormente, trabalhando no jornal “New York Daily Tribune” publicou uma série de artigos sobre a guerra da Criméia, conflito entre os impérios Russo e Otomano. Entretanto, estamos nos referindo aos últimos escritos, a partir de 1873, momento em que se dedica ao desenvolvimento histórico das comunas e intensifica seu contato com os revolucionários narodnik. Engels, em 1875 escreve “A questão social na Rússia” em resposta ao texto de Tkatchev “Carta aberta ao Sr. Engels”. Mesmo momento em que Maksim Kovalevski passou a frequentar a casa de Marx, que em fins de 1879 inicia a leitura do livro “A propriedade Comum da terra” de Kovalevski. Este texto foi importantíssimo, pois as anotações e comentários de Marx a partir dele sobre as comunidades rurais pré-capitalista foram organizadas, sob o título “Cuaderno Kovalevski-Extractos” que compõem a parte principal dos chamados “Cadernos etnológicos”. Também de extrema importância foi a correspondência de Marx com a revolucionária Vera Zasulich em 1881 sobre o que pensava do futuro da comuna rural na Rússia. Mesmo após a morte de Marx, Engels continuou mantendo relações com relevantes figuras no debate sobre o desenvolvimento econômico e sobre a organização partidária na Rússia como G. Plekhanov. Nesta tese, referimo-nos a esses últimos escritos.

Karl Marx expressara esta perspectiva em uma correspondência à revolucionária russa Vera Zasulich, e amplia claramente sua visão acerca da história complexa da passagem das formas das sociedades antigas à forma capitalista, daquela perspectiva que expressara no capítulo XXIII do livro I d'o Capital, nos idos anos de 1850/1860. De modo a reafirmar nesta correspondência, que: “o capítulo sobre a acumulação primitiva visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal” (MARX, 2013, p. 68).

O outro aspecto correlato a discussão da acumulação originária abordado nos últimos textos deste autor foi o colonialismo. O colonialismo se estabelecia a partir das próprias condições e contradições dos territórios invadidos, as bases necessárias tanto à pilhagem de recursos que viriam impulsionar as transformações na Europa, como ao posterior desenvolvimento do capital nas ex-colônias.

A partir das contradições e condições do desenvolvimento particular dos modos de produção anteriores, o colonialismo assume distintas formas e estabelece relações distintas, o que se explicita quando observamos suas diferentes, mas conexas, trajetórias nas Américas, na Índia, na África etc. (SOUZA, 2019)

O texto intitulado “Cuaderno Kovalevski-Extractos”, escrito em meados de 1879, traz algumas notas de Karl Marx acerca dos estudos desenvolvidos pelo antropólogo Kovalesky. A história das comunidades ancestrais e dos modos de produção aparece como continuação das ideias expressadas por Karl Marx, em anos anteriores, nos Grundrisse (2011). No primeiro texto, ao estudar as formações econômico-sociais como o caso da Índia e da Argélia marcadas por saqueios, pilhagens e escravidões próprias ao sistema colonial, Marx amplia o prisma dos estudos sobre as comunidades originárias.

As notas de Marx, sobre os Cadernos de Kovalevsky (2015), criticavam a caracterização como “feudal” das relações comunitárias de produção na Índia, pois, ao fazê-las, encobriam o papel e as tendências revolucionárias das massas camponesas frente ao nascente capitalismo. Para Marx, o caráter particular dessas sociedades residia em suas relações comunitárias que, em formas transformadas daquelas originais, coexistiam ao sistema colonial; e seus tentáculos com o nascente capitalismo industrial.

Cabe ainda notar a intenção de Marx em buscar no funcionamento das relações comunais, em suas transformações, resistências e dissolução, mais do que

a chave analítica de uma economia agrária nas formações econômicas comunitárias submetidas à colonização. Posto que, para o autor, não se tratava, apenas, de um esclarecimento do caráter semi-asiático ou comunal das relações agrárias nestes territórios, era, antes de tudo, um problema da luta revolucionária.

Entretanto, segundo Marx (2015), as sociedades comunitárias, ao resistirem ao colonialismo e ao nascente capitalismo industrial, o faziam atravessadas por forças antagônicas internas e externas que alimentavam a dissolução dos laços comunitários. Externas, por emanar das relações capitalistas instauradas naquela formação econômica e social não capitalista; e internamente devido resultado da instituição da propriedade privada e a apropriação das terras, logo, da subsunção formal e real daquelas relações comunitárias de produção ao capital.

Contudo, o estudioso viu que essas comunidades só poderiam desenvolver seus traços coletivistas se fossem capazes de resistir ao regime capitalista, ou mesmo, se fossem capazes de colocar em marcha os processos revolucionários nos quais trabalhadores da cidade e do campo, que em luta, ponham fim ao modo de produção capitalista.

A subsunção real e formal das relações comunitárias de produção ao capital é, portanto, um ponto nodal no processo constitutivo da sociedade capitalista. Justamente pelas particularidades históricas que assumiram nas distintas formações socioeconômicas na periferia do sistema, como o Brasil, que passados dois séculos da realidade analisada por Marx, comunidades agrárias que, hoje, denominamos de tradicionais, indígenas e quilombolas ainda resistem, em seus territórios, ao *labirinto do capital*, embora esta resistência se realize nos marcos das contradições impostas pela dominação capitalista. (VERGÉS, 2006).

O monopólio da propriedade fundiária, todavia, é um pressuposto histórico para constituição do modo de produção capitalista, a captura da renda fundiária/capitalizada é a consequência necessária do processo de transformação de partes do globo terrestre em mercadoria, ou mesmo, em propriedade fundiária. A renda da terra é, portanto, o resultado do processo de valorização desse monopólio na produção capitalista.

Com a emergência do capitalismo, a propriedade fundiária é incorporada, e o tributo, antes individual e pessoal do servo ao senhor (na Europa ocidental) ou comunal (em partes da América Latina anterior à invasão colonial-1492), passa a ser um pagamento que toda a sociedade realiza, pelo simples fato de que alguns detêm

o monopólio da terra “uma parte da sociedade exige da outra um tributo em troca do direito de habitar a terra, assim como, de modo geral, a propriedade fundiária implica o direito dos proprietários a explorar o corpo do planeta, as entranhas da terra, a atmosfera” (MARX, 2017, p.834).

Supomos que a agricultura, exatamente como a manufatura, está dominada pelo modo de produção capitalista, isto é, “que a exploração da agricultura é feita por capitalistas que de início só se diferenciam dos demais capitalistas pelo setor em que seu capital está investido e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital”. (MARX, 2017, p.675).

O pressuposto de que o modo de produção capitalista se apoderou da agricultura implica que ele exerce um domínio sobre todas as esferas da produção e da sociedade, isto é, que a instituição da propriedade privada é a via pela qual o capital separa o homem de seu principal meio de produção: a terra.

Nos capítulos XXVIII e XXIV do livro primeiro d’*O Capital*, Marx (2013) demonstra de forma mais detida, como o capitalismo, em sua gênese, operou dois processos constitutivos e inerentes à sua consolidação: ao passo em que liberou produtores diretos da condição de meros acessórios do solo (na forma de vassalos, servos, escravos, etc.); liberou, por outro lado, um processo brutal de expropriação de uma ampla massa de produtores rurais de suas terras.

Essa massa de produtores rurais expropriados da terra, já libertos pelo capitalismo ‘livres como pássaros’, que passam a ser empregados por um capitalista-arrendatário. Este, por sua vez, trata a agricultura como, apenas, mais um espaço de exploração do capital sobre a terra e sobre o trabalho. Deste modo, na sociedade capitalista consolidada, o monopólio da propriedade fundiária pelo capital possibilita-o que possa apropriar-se não somente da terra, mas também de parte do produto da força de trabalho empregada ali. Em outras palavras, de parte da mais-valia gerada pela extração do trabalho não pago no setor agrícola, durante o processo produtivo, e, apropriada pelo capital.

Parte dessa mais-valia é apropriada pelo proprietário fundiário na distribuição da mais-valia social em seu favor. Do processo de apropriação da mais-valia social é que a renda da terra é gerada. A partir do momento em que o modo de produção capitalista subordina a agricultura ao capital, a agricultura não só passa a operar dessa forma, como todos os outros modos de produção são subsumidos ao capitalismo.

A renda expressa uma forma ou modalidade que adota a mais-valia, como uma via de acumulação diferente da indústria, do comércio, mas que é própria do capitalismo. Se o lucro e a mais-valia resultam da inversão produtiva do capital na exploração da força de trabalho. A renda da terra, por sua vez, resulta da propriedade de um bem escasso, não reproduzível que se valoriza por isso. Nesse sentido, a renda da terra é uma porção da mais-valia social, ainda que não o seja em sentido estrito, uma porção do mais-trabalho extraído de quem trabalha e que está orientada ao expressar a valorização da transformação de um meio de acumulação.

Muito embora a história do capitalismo e a acumulação em escala mundial tenha se modificado, as rendas permanecem ali. Enquanto classe social, a figura do rentista condensa tal dinâmica, é aquele que tem direito a uma parcela do valor produzido pelo mero fato de ser proprietário, ou seja, é rentista pelo simples fato de ser dono de uma dada porção do globo terrestre. Em outras palavras, essa determinação da renda, presente nos distintos territórios em que o capitalismo se institui, é a tendência em tratar a terra como mero bem financeiro (HARVEY, 2013), cuja potência analítica na contemporaneidade reside aí, a terra passa a ser utilizada como capital fictício.

Entretanto, para adentrar a essa temática faremos uma breve digressão sobre o debate teórico que cerca esta categoria analítica. Longe de um retorno às polêmicas que circunscrevem a discussão da renda da terra no bojo das ciências econômicas ao longo dos dois séculos que precedem Karl Marx, buscamos no item seguinte uma incursão preliminar à economia política. Se, as categorias desenvolvidas por tal autor, aproximam-se gradualmente da maneira como se mostram na sociedade, na aparência. É, nessa aproximação que nos mostra o caminho para investigações mais concretas, que possibilitem desvelar a mistificação sobre as várias camadas que encobrem a origem essencial da mais-valia: a exploração do trabalho.

## **1.2. Elementos Iniciais Sobre a Renda da Terra: Implicações na Distribuição da Mais-Valia Social na Totalidade do Sistema Capitalista**

De acordo com Marx, a renda absoluta “nasce da condição em que algumas pessoas detêm partes do globo terrestre” (MARX, 1986, p.233), ou seja, é o resultado do monopólio da propriedade privada. Mas, não deixa arestas sobre o tema, para ele “uma renda absoluta pode existir sem infringir de modo algum a lei do valor”, pois,

parte da mais-valia excedente produzida na agricultura (em função da intensidade do trabalho, com composição de valor inferior) é apropriada pelo proprietário da terra e entra na equalização da taxa de lucro.

Assim, Marx supera o aparente dilema que levou David Ricardo a negar a possibilidade de renda absoluta. O método com que Marx transpõe os obstáculos que haviam sido insuperáveis para David Ricardo é, em essência, o mesmo com que tem enfrentado os problemas da reprodução e da acumulação, como o da transformação de valores em preços. A diferença entre preços e valores não invalida a lei do valor, pelo contrário, é precisamente sua forma de existência.

A essência da renda absoluta consiste, portanto, no seguinte: capitais da mesma magnitude em diferentes esferas da produção produzem, conforme sua distinta composição média, com a mesma taxa de mais-valia ou a mesma exploração do trabalho, diferentes massas de mais-valia. Na indústria, essas diferentes massas de mais-valia se nivelam para constituir o lucro médio e se distribui uniformemente entre os diferentes capitais como partes alíquotas do capital social. A propriedade fundiária, assim que a produção precisa de terra, seja para a agricultura, seja para a extração de matérias-primas, impede essa nivelção de capitais investidos na terra e intercepta parte da mais-valia, que do contrário, entraria na nivelção para formar a taxa geral de lucro. A renda constitui, então, uma parte do valor, mais especificamente da mais-valia das mercadorias, só que, em vez de reverter para a classe capitalista, que a extraiu dos trabalhadores, reverte para os proprietários de terras, que a extraem dos capitalistas. (MARX, 1986, p.234)

Da mesma maneira em que a nivelção dos lucros e a aparição de uma quota média, que regula a repartição da mais-valia, não anulam a lei do valor; a aparição da renda da terra, que introduz novas determinações nos fluxos de mais-valia, não questiona a vigência nem da lei do valor, nem da tendência à nivelção dos lucros. Ainda assim, integra novas mediações e contradições a seu modo de operar. Desde esse prisma explicativo, toda renda da terra é originária do processo de exploração da força de trabalho pelo capital, ou seja, da mais-valia, produto de mais-trabalho (MARX, 1986, p.136).

No modo de produção capitalista, a renda é, portanto, excedente sobre o lucro, ou seja, sobre a parte do valor da mercadoria que consiste em mais valia, de maneira que esta parte especial da mais-valia não pode ser explicada, ao se explicar as condições gerais da existência da mais-valia e do lucro, dado que a grande problemática “[...] se encontrava em explicar o excedente do lucro agrícola sobre o lucro médio, não o mais-valor, mas o mais-valor excedente, característico dessa esfera da produção” (MARX, 2017, p.844).

A questão apontada pelo autor é, justamente, o principal fator de diferenciação das distintas interpretações sobre a renda na atualidade- deriva do debate da origem do sobrelucro-, já que, para esta parte especial da mais-valia, não é possível uma explicação a partir da origem das condições gerais da mais-valia e do lucro, uma vez que não advém daí. Essa temática foi um dos focos do estudo intitulado *Capitalismo tardio*, de Mandel (1982). A discussão assinalava que, como um de seus fundamentos<sup>10</sup>, dos superlucros, tem-se a mais-valia extra.

Para entendermos os rastros de origem do superlucro, tal como nos coloca Marx, é necessário focarmos um pouco mais em dois aspectos correlatos e fundamentais à discussão da renda da terra, são eles: a transferência de valor e o desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Para tal, utilizaremos como base Vergés (2006) e Mandel (1982).

Na agricultura, a terra e suas características particulares na produção de matérias-primas e na produção de alimentos, possui uma composição orgânica do capital própria, o que, por vezes, acirra o desenvolvimento capitalista desigual e combinado entre setores na agricultura e na indústria.

A dinâmica de funcionamento entre setores/grupos da indústria e da agricultura tende a aprofundar uma característica comum do funcionamento desigual e combinado do desenvolvimento capitalista no interior desses setores, ou mesmo, na economia interna do país ou, ainda, nas relações comerciais externas entre países.

Por isso, uma das clivagens em que Marx (2017) aborda a questão da renda é ela como sendo um problema vinculado ao desenvolvimento desigual da indústria e da agricultura. Para Vergés (2006), o desenvolvimento desigual teria uma base natural e histórica. Entretanto, sua dialética não se explica por esta base histórico-natural, que não é mais que um ponto de partida.

A teoria da renda, no bojo da teoria mais geral que explica os mecanismos de equiparação do lucro, tem de dar razão à dinâmica do desenvolvimento desigual da indústria e da agricultura. Porém, o tratamento da renda é um avanço teórico importante, pois, o desenvolvimento desigual, que aqui está em jogo, não é simplesmente dos setores produtivos, com composições orgânicas diferentes. Por trás

---

<sup>10</sup>Outro autor que se deteve neste tema foi Ruy Mauro Marini (2011). Para ele, a mais-valia extra, articulada com a mais-valia absoluta e relativa e a transferência de valor jogam papel central na estruturação da dependência.

da composição orgânica da produção agrícola, está a questão da terra, bem natural escasso, como meio de produção fundamental não substituível.

O desenvolvimento desigual, nos distintos ramos industriais dos diversos níveis de composição orgânica, dá-se, em todos os casos, sobre a base de um processo de trabalho que permita a subordinação do trabalho ao capital. No processo de trabalho, baseado fundamentalmente na maquinaria, os meios de produção encarnam plenamente o capital, entre outras coisas, uma vez que são mercadorias, produtos do trabalho social.

No caso do desenvolvimento desigual da indústria e agricultura, a inferior composição orgânica da segunda, está intimamente vinculada a um processo de trabalho que inclui como fator de trabalho a terra. A terra, embora possa ser formalmente transformada em capital, por ter um preço, e se tornar mercadoria, ela é um bem natural escasso que não pode produzir-se socialmente e, por isso, é naturalmente monopolizado.

São essas características que, de acordo com Vergés (2006), dão, ao processo capitalista de produção de que é base, peculiaridades qualitativas: têm efeitos sobre a concorrência no interior do ramo; afeta a formação do preço de produção e da taxa de lucro e influência sobre as condições de sua concorrência com os demais ramos. Enquanto outros meios de produção, que atualmente chamamos de agrícola, não substitui a terra em seu papel decisivo, está como bem escasso, alterará qualitativamente a lógica da produção capitalista na agricultura.

A partir das peculiaridades da terra como meio de trabalho, é que se constitui o que Vergés (2006) chama de *a base natural da renda*. Duas características que a fundamentam, explicitam sua operacionalização no movimento concreto do real: a primeira característica, trata-se da condição de recurso natural da terra, que é um bem natural e não um produto de trabalho humano; a segunda seria resultado das características qualitativas da terra, que influem no processo de trabalho agrícola, elas se dão de maneira desigual, por se tratarem das distintas fertilidades dos terrenos. Sendo assim, reagem de diferentes maneiras às inversões sucessivas do trabalho.

Por outros caminhos, Mandel (1982) também se refere à distribuição da mais-valia social na totalidade do sistema em seu conjunto. Ele explica isso por intermédio das transferências de valor entre os setores, mas não propriamente na que ocorre no interior dos setores produtivos, entre as empresas de cada ramo. Em sua compreensão, Mandel (1982) aponta que, para Marx, as diferenças entre os preços de

produção e os valores são explicados nas transferências, que é de onde advêm os superlucros.

A questão da “transferência de valor” tem aparecido n’O capital já em passos teóricos anteriores e mais abstratos: a repartição da mais-valia, através da nivelção da taxa de lucro, origina-se no desenvolvimento desigual da composição orgânica do capital, nos diferentes ramos da produção ao tempo em que os condiciona. Começemos por este ponto de partida.

Para Mandel (1982) o que permite a apropriação, por certas empresas, desses superlucros seriam: as possibilidades, em certos países, de se pagar menos que o valor da força de trabalho; a utilização de matérias-primas mais baratas que o valor médio; a capacidade que possuem as empresas ou os setores de apropriar de transferências devido à maior produtividade, se comparada com outros ramos ou esferas na produção.

O outro elemento determinante na concorrência entre setores econômicos que também incide na capacidade de apropriação dos superlucros é a capacidade de inovação tecnológica.

A inovação tecnológica, por si e na medida em que só implica aumento de produtividade do trabalho, não incrementa a massa total de mais-valia e muito menos a mais valia-relativa diretamente. Do ponto de vista da teoria marxista do valor, embora incremente a massa de valores de uso produzidos durante determinado tempo de trabalho, não resulta em maior riqueza capitalista produzida, pois esta tem como dimensão fundamental o valor, e não o valor de uso. (CARCANHOLO, 2013, p.105)

Na perspectiva da teoria do valor-trabalho (MARX, 2013), o valor de uma mercadoria corresponde à média do trabalho social despendido para produzi-la. O trabalho é então a substância social comum a toda mercadoria, e o valor é sua cristalização. Na produção capitalista, em geral, as mercadorias valem o equivalente ao trabalho socialmente necessário para sua produção, uma média social da produtividade dos diversos trabalhos empregados para produzi-la. Suponhamos, que em todos os capitais de um ramo de produção trabalhem com a mesma tecnologia, e que se introduzida uma inovação isso se espalhe aos demais setores que produzem a mesma mercadoria. Deste modo o único resultado será a redução do valor unitário da mercadoria, mas a mais-valia produzida e apropriada pelo ramo de produção, em cada jornada de trabalho de cada trabalhador não se altera, continua sendo da mesma magnitude não havendo modificação nas demais variáveis.

Isto ocorre, demarca Carcanholo (2013, p.105) porque a inovação o só implica em um aumento na taxa de mais-valia quando reduz o valor da força de trabalho. “Para isso ela precisa ocorrer nos setores que produzem bens de consumo dos trabalhadores ou seus insumos, aumentando a produtividade do trabalho ali e reduzindo o valor unitário desses bens.”

O aumento da capacidade produtiva do trabalho resultante de uma inovação tecnológica pode vir, e quase sempre vem acompanhado de um aumento da intensidade do trabalho. Trata-se portanto, de duas coisas distintas que devemos esclarecer.

O aumento da intensidade do trabalho expressa uma dinâmica em que se concentra uma maior quantidade de trabalho em um mesmo espaço de tempo, o que logo, leva a redução do tempo de produção da mercadoria ainda que sob a mesma quantidade de trabalho. Já a intensificação resulta de um maior esforço por parte do trabalhador, sendo muito parecida com a extensão da jornada de trabalho. A grande dificuldade está em distinguir entre uma e outra. (CARCANHOLO, 2013)

Disso resulta que o avanço tecnológico expresse um aumento da riqueza produzida, apenas, na medida em que resulta na intensificação do trabalho. Pois ainda que a maior produtividade não resulte, necessariamente na produção de uma maior riqueza capitalista, essa produtividade pode permitir a um capital individual ou a uma região ou a um país uma maior apropriação de valor. Marini (1976) demarca isso.

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato que leva o capitalista individual a procurar o aumento da produtividade, já que isso lhe permite baixar o valor individual da sua mercadoria...obtendo assim...uma mais-valia extraordinária. Ora bem, essa mais-valia extraordinária ao traduzir-se em lucro extraordinário, altera a repartição geral da mais-valia entre os capitalistas, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, quer dizer, não incide na taxa de mais-valia. (MARINI 1976, p.15-16)

Tanto para Marini (1976) quanto para Carcanholo (2013) a capacidade de apropriação da mais-valia extraordinária resulta, portanto da transferência de valor (neste caso intra-setorial, entre produtores do mesmo tipo de mercadoria) entre as empresas no interior do setor. Mas a capacidade de apropriação de maior mais-valia extraordinária resulta da capacidade de inovação tecnológica, na qual a empresa não inovadora transfere valor à empresa inovadora, esta por sua vez, se apropria de mais-valia superior à que produziu.

No caso da renda, é lucro extraordinário resultante da transferência de valor entre os diferentes ramos de produção, e apropriada por aqueles ramos de produção mais inovadores, ou seja com alta composição orgânica e que empregam menos trabalho.

A mais-valia extra não foi produzida pelo trabalho de produtividade excepcional, pois ele produz valor em quantidade igual ao trabalho normal; ela é produzida pelo trabalho das empresas não inovadoras que se veem obrigadas a transferir à inovadora [...] graças a existência de um único preço de mercado para a mercadoria. (CARCANHOLO, 2013, p.114)

Em ramos de produção como a agricultura, com baixa composição orgânica e que empregam mais trabalho, o que a renda possibilita a este setor é, pelo fato de que intervém durante o processo produtivo um bem natural que é escasso e diferencial, a simples propriedade privada desse bem natural confere a possibilidade de auferir um preço de monopólio de certo produto (VÉRGES, 2006). O preço de monopólio, a partir de um recurso natural advém da possibilidade de lucrar com isso porque tem sua propriedade, seu domínio.

Todavia, na produção capitalista, a saga por lucros objetiva sempre a produção de um mais-valor, que ultrapasse aquilo que existia antes do processo de produção (ou do ciclo de capital) ter iniciado. A origem do mais-valor reside na diferença entre o que é gasto pelo capitalista em salários (valor da força de trabalho), e o que o capitalista obtém no processo de produção, a partir do uso da mercadoria força de trabalho (que permite a valorização do valor).

Em cada setor da produção capitalista de mercadorias, há características específicas quanto à composição do capital. Entre os setores do capital o que diferencia um componente de outro é, apenas, o capital variável (expresso pela utilização de capital vivo), que permite e está relacionado, de forma direta, com a valorização do capital durante o processo de produção. Como resultado da mobilidade intersetorial de capitais, tem-se a formação tendencial de uma taxa geral de lucros, uma taxa média.

Em tal tendência de formação, a taxa geral de lucros está relacionada ao segundo nível de abstração da teoria do valor, que culmina em um segundo tipo de “transferência de valor”, diferente do visto anteriormente. Aqui, do ponto de vista intersetorial, a transferência decorre da divergência entre a composição do capital, em

questão, e a composição do capital social médio. A transferência de valor opera, dessa forma, intra e inter-setores destes dois níveis de abstração distintos.

Posso articular ao debate do Marini de como a superexploração atua para contrarestar a tendência à queda da taxa de lucros e inserir a importância da renda absoluta da terra.

O que foi pontuado anteriormente é somente um aspecto dessa questão. Nas páginas anteriores, mostramos que este traço da produção agrícola capitalista não afeta unicamente a geração e distribuição da mais-valia no interior do setor. Um dos seus efeitos, mais relevantes, é forçar uma “transferência relativa” de valor de toda a sociedade em favor dos proprietários privados da terra, que provém do peculiar mecanismo de fixação dos preços de produção do produto agrícola.

Na próxima seção, abordaremos mais de perto este aspecto, guiando-nos pelas elaborações de um pesquisador que enfrentou tal problemática, Reinaldo Carcanholo (1981). Este importante cientista econômico latino-americano, enfatiza que, ao tratar da renda da terra em uma determinada formação sócio-histórica, é necessário fazer ponderações sobre o nível de abstração que trabalhava Marx, de modo a buscar as mediações que possibilitam captar o seu movimento desde a realidade concreta em que se realiza a análise concreta. É nesse sentido que avançamos às elaborações apresentadas no item a seguir.

### **1.3 Sobre a Dialética da Produção, Apropriação e Transferência da Renda Diferencial**

Carcanholo (1981) discorre, em sua tese de doutorado, sobre a transformação do valor em preço de produção das mercadorias, com enfoque na produção agrícola. Sugere que, em Marx, não existe uma articulação direta entre valor e preço. Para ele, a teoria do valor é a teoria da riqueza capitalista. O valor é entendido como expressão das particulares relações de produção, em outras palavras, o valor é a forma histórica da riqueza capitalista e não simplesmente valor de troca.

De acordo com o autor, no caso das sociedades mercantis, a diferença entre as categorias aparece como sendo ainda mais complexa, a relação entre o verdadeiro produtor e o capital produtivo, progressivamente, dão lugar às relações contraditórias entre empresas do mesmo setor e outras de outro setor e, posteriormente, essa oposição materializa-se entre capital monopólico e não monopólico. Ao mesmo tempo

em que se desenvolve a distinção real entre as duas categorias, sua percepção é complexificada, sendo necessária outra mediação que aclare esta relação. Neste contexto, Marx cunha a categoria da transferência de valor.

A categoria transferência de valor permite pensar a distinção entre produção e apropriação, na medida em que a magnitude do valor produzido e do valor apropriado pode conter uma distinção. Desta distinção resulta a transferência “ainda que, no nível da totalidade social a produção e apropriação sejam idênticas” (CARCANHOLO, 1981, p.24).

Ao entender a Teoria do Valor, nesta perspectiva, ela converte-se num prisma essencial de análise, caso se queira apreender o desenvolvimento concreto do capital, focado numa realidade econômica particular, no nosso caso, o Brasil. Carcanholo (1981) aponta, ainda, que a investigação concreta do movimento de uma realidade econômica específica, desde a teoria do valor, exige identificar os ramos fundamentais que produzem valor e a compreensão de sua dinâmica; mas, não só, esta investigação implica, além disso, descobrir o processo de articulação concreta que se produz entre esses tipos de setores e o exterior. A partir disso, é possível haver explicação dos mecanismos de transferência de valor e, concomitantemente, pensar as relações sociais produzidas dentro desses setores entre os trabalhadores.

Tanto o valor, como o preço de produção, são duas categorias centrais na teoria do valor, da qual a apropriação real do valor somente chega a estar totalmente determinada pelos preços de mercado.

Em Marx, o preço da produção é, na verdade, um valor transformado, resultante de duas mediações fundamentais. A *primeira identidade* gira em torno do fato de que a transformação do valor em preço de produção implica uma condição elementar, a de que a totalidade da sociedade e sua magnitude, e o valor produzido, seja igual ao apropriado, e que também, supondo que o valor total produzido como mais-valia seja igual ao apropriado na forma de lucro. Em outras palavras, o valor produzido é distinto do apropriado, apenas porque essa diferença é transferida. Na totalidade social, a transferência se compensa e o valor produzido deve ser igual ao apropriado. Conforme Carcanholo (1981), esta seria uma primeira identidade que Marx confere na totalidade social, as transferências são compensadas e o valor produzido deve ser igual ao valor apropriado.

Agora, resta esclarecermos a outra mediação fundamental para compreensão da transformação dos valores em preços de produção. Conforme nos aponta

Carcanholo (1981), cada capital produz uma mais-valia que não necessariamente é igual à magnitude do valor apropriado como lucro. Quando distinguem a mais-valia produzida e o valor apropriado como lucro por um capital, ou conjunto de capitais, é porque se realizou uma transferência. Para o capital total da sociedade, as transferências se compensam e a mais-valia total é igual ao valor apropriado como lucro. Essa é, então, a segunda identidade que a transformação dos valores em preços de produção adquire.

Sendo assim, a transformação, apontada por Marx no *Capital*, é a superação do suposto de que cada capital se apropria da mais-valia que produz. Entretanto, Marx se deu conta que os capitalistas, ao comprar os elementos do capital constante e a força de trabalho, devem pagar um preço de mercado correspondente à magnitude do valor e, não, o preço de produção. Todavia, este não foi um aspecto que lhe importou para os propósitos, naquela investigação, aponta Carcanholo (1981).

[...] Tanto a existência como o conceito do preço de produção e da taxa geral de lucro nele incluída se baseiam no fato de que as mercadorias individuais não são vendidas por seu valor. Os preços de produção tem origem numa equiparação dos valores das mercadorias, a qual, após o reembolso dos respectivos valores de capital consumidos nas diferentes esferas da produção, distribui todo o mais-valor não na proporção em que foi gerado nas distintas esferas da produção e, portanto, está contido em seus produtos, mas na proporção da grandeza dos capitais adiantados. (MARX, 2017, p.821).

Nesta situação advém o espaço para a ampla controvérsia, expressa em que:

[...] qualquer que seja a forma de proceder para transformar valores em preços de produção de maneira completa, o resultado produz uma dificuldade aparente: as duas identidades aparecem formalmente como impossíveis de ocorrer simultaneamente” (CARCANHOLO, 1981, p.29).

Essa questão tem aberto brechas às críticas sobre o dito “erro” de Marx e possíveis limitações de sua teoria do valor, principalmente, em sua teoria da renda. No que se refere a este propagado e aparente aspecto controverso Carcanholo (1981) se detém.

Segundo o autor, alguns pontos podem ser sistematizados em torno do que Marx desenvolveu sobre a transformação do valor: 1- o resultado do sistema de equações que permite a transformação de valores em preços de produção é que a totalidade da mais-valia não é igual a magnitude do lucro; 2- esse resultado formal não apenas possibilita, como também fundamenta-se teoricamente na tese de que a mais-valia total é igual ao valor apropriado pelos capitalistas como lucro; 3- a magnitude da

mais-valia que se apresenta na transformação é uma magnitude do valor, e a magnitude do lucro, não é uma magnitude do valor, na verdade, é uma magnitude do valor transformado, portanto, de preço da produção.

A grande questão enfrentada por Carcanholo (1981), na discussão do preço de produção, é justamente o nível de abstração que trabalhava Marx, ao defini-lo. A taxa média geral de lucro é derivada dos valores, isto em um nível de abstração muito elevado, e não, pelo preço de mercado que é efetivamente quem define a taxa geral de lucro.

Esta elaboração que faz Carcanholo (1981) é absolutamente fundamental ao estudo da renda da terra, uma vez que, o preço de produção é a base da apreensão do que determina a renda. A renda absoluta aparece como a diferença entre o valor da terra e o seu preço de produção.

Se o que estiver em questão for a renda diferencial, sabemos que ela é determinada pela diferença entre o preço de produção de um determinado tipo de terra utilizado e o preço de produção da terra de menor qualidade, menos adequada. A diferença dos demais setores produtivos, o preço de mercado, no caso do setor agrícola, é o preço de produção médio na terra menos adequada.

Nesse sentido, o nó teórico analítico, que em diálogo com Carcanholo (1981) tentou apontar, está em torno do que se entende por renda diferencial. Desse modo, o autor afirma:

A determinação da magnitude da renda diferencial não depende dos preços de mercado, mas dos preços de produção, isto é, do preço de custo (dos preços de custo dos diferentes tipos de terra) e da taxa média geral de lucro, determinada no nível global da economia, a partir da magnitude dos valores e independente dos preços de mercado. Esse último aspecto, que parece mais ou menos trivial, não o é. Não importa a taxa média de lucro definida efetivamente pelos preços de mercado, mas aquela derivada dos valores, isto é, da taxa geral de lucro em um nível muito elevado de abstração (CARCANHOLO, R. 2013, p.162).

Com isso, depreendemos que,

assim, o conceito de renda diferencial não leva em consideração as condições circunstanciais da apropriação, mas exclusivamente as da produção [...] Estamos aqui afirmando, então, que uma coisa é a magnitude da renda diferencial e outra coisa distinta é a capacidade de apropriação dela por parte do setor agrícola. E isso é uma coisa relevante e não destacada por Marx, dado o nível de abstração em que trabalha (CARCANHOLO, 2013, p.162).

Isso significa que a renda diferencial pode ser parcial ou totalmente valor transferido de outro capital da sociedade, ou pode, ainda, ser simplesmente parte do

valor produzido pelo mesmo capital. Porém, no nível de abstração em que trabalhava Marx (2017), a diferença entre produção e apropriação só surge quando ele expõe a transformação de valor em preços de produção, a fim de explicitar o processo de mistificação da origem da mais-valia, ou melhor, dos lucros do capital.

Assim, “aquilo que mais nos parece adequado é dizer que esta renda diferencial é gerada por capitalistas que não utilizem as piores terras, sendo parcial ou totalmente apropriada por eles, e logo pode ser parcial ou totalmente transferida” (CARCANHOLO, 1981, p.43). Em outras palavras, a renda é gerada nos setores menos desenvolvidos, pelo trabalho que advém dos setores menos desenvolvidos, pois, é resultante dos superlucros. Ainda que não sejam estes os setores a se apropriarem dessa renda, pois ela restará a setores detentores do desenvolvimento tecnológico.

Com isso, vale ressaltar que uma coisa é a magnitude da renda diferencial; outra coisa, totalmente diferente, é a magnitude da apropriação da renda diferencial, por parte do setor agroindustrial, eles, sim, dependem dos preços de mercado. Justamente daí, pela mecânica dos preços que opera a transferência de valor, e a sua apropriação pelos setores mais inovadores que detém o desenvolvimento tecnológico. Isso ocorre apesar do desenvolvimento tecnológico continuar absolutamente dependente dos recursos naturais, abundantes em territórios como a América Latina.

Vimos, até aqui, tentando mostrar como opera a lei do valor, no que tange às categorias de valor e preço de produção, a partir de mediações elucidadas inicialmente por Verges (2006) e Carcanholo (1981) sobre o tema. Para o que é de interesse neste trabalho, buscamos mostrar como a categoria renda da terra circunscreve-se no seio dessa problemática.

O exposto acima deixa-nos uma indagação que está inscrita na relação de determinação, no sentido da produção, circulação/distribuição/apropriação. O movimento tendencial do capital de expansão, com o crescimento da produtividade, determina às necessidades sociais (incluindo, nesse bojo, a relação de oferta e demanda).

Isso, em um alto nível de abstração, está correto. Porém, quando consideramos a existência de certas especificidades, como, por exemplo, os fatores de produção que não são produzidos pelo trabalho, mas que, mesmo assim, são apropriados de forma privada. Desta forma, a relação de determinação, tomada unilateralmente, é válida. Todavia, é insuficiente ao analisar realidades específicas,

como é o caso do Brasil, circunscrito na condição dependente da reprodução do capital.

Posto isso, para nós, “preencher” a determinação de mediações mais concretas, emanadas do capitalismo em suas distintas historicidades e formações econômicas, aponta para a grande dificuldade no estudo da renda da terra, remete à problemática já apontada por Marx,

O desafio é mostrar de onde provém após o nivelamento do mais-valor entre os diferentes capitais para formar o lucro médio, a participação proporcional, de acordo com suas respectivas grandezas proporcionais, no mais-valor total gerado pelo capital social em todas as esferas da produção somadas (MARX, 2017, p.843).

Neste capítulo, buscamos expor os elementos mais gerais que explicitam a dinâmica da renda da terra em um alto nível de abstração. O mais relevante, nesta exposição, é a compreensão da renda da terra a partir da relação contraditória entre capital e trabalho. Em outros termos, a determinação da propriedade privada da terra e suas implicações no modo de produção capitalista na luta de classes.

O monopólio privado da terra, ao possibilitar aos seus detentores, sua apropriação gratuitamente de uma parcela da mais-valia, da riqueza social produzida pelos trabalhadores, impacta, necessariamente, nas condições de exploração, demandando o seu aprofundamento quanto mais se especula e se valoriza a terra.

A análise de Marx (2017), que conduz à apreensão da renda da terra como parcela da mais-valia, é de fundamental importância. Porém, está inserida em um nível de abstração elevado, na apreensão concreta de situações e momentos históricos específicos. Por isso, necessita de mediações que nos possibilite apreender sua dinâmica na realidade concreta determinada, no nosso caso, no Brasil. No rastro da luta de classes, na busca por explicitar os processos de dominação e exploração e suas determinações próprias, neste território, bem como o peso do monopólio da terra na sua dinâmica, que seguimos este trabalho.

O Estado capitalista como a instituição que condensa as relações de poder e domínio de classe atua como árbitro de disputas e conflitos no interior das classes sociais, e assegura o monopólio latifundiário, na qual a economia agrário-exportadora conduz o ritmo e as tonalidades do subdesenvolvimento ao longo dos ciclos de reprodução do capital no Brasil e, de modo mais amplo, na América Latina. Com isso, entendemos que não é possível nos furtar do estudo da categoria renda da terra sem articula-lo às determinações estruturais que assume no Estado na periferia capitalista.

### 1.3.1 O Estado capitalista: determinantes estruturais

Para compreender o Estado na sua complexidade, é necessário situá-lo como parte da lógica do próprio capital, como relação social. Para Mandel (1982) o Estado seria o parceiro do modo de produção capitalista, ele é a substância fundante e o fundamento da propriedade privada, ainda que já existisse em sociedades pré-capitalistas. Só que nessas, assumia funções específicas, uma vez que a propriedade privada assumia a forma de apropriação privada da terra e do solo e não das mercadorias. Com efeito, é equivocado reduzir a função e o caráter do Estado conectado diretamente à natureza da produção e da circulação de mercadorias, e que podem conduzir a interpretações que atribuem às classes dominantes burguesas um plano voluntarioso ou um desejo de constituição do aparato político para si, trata-se na verdade de uma relação mais complexa.

Desde uma concepção marxiana, tal conceituação lança as bases para se compreender a origem burguesa do Estado, cujas funções desempenhadas não precisam necessariamente serem transferidas a um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, isto só veio a acontecer em situações específicas e historicamente determinadas. Se materializa, isto sim, por meio de instituições erigidas sobre uma estrutura específica, resultado e expressão da reprodução da totalidade social: do valor, da mercadoria, do capital e do trabalho assalariado. É este Estado, encarnado em instituições burocráticas, que irá cumprir, segundo Mandel (1982), três principais funções, de: 1) Promover e assegurar as condições gerais de produção, não asseguradas pelas demais atividades privadas dos membros das classes dominantes. 2) Por meio da coerção, reprimir qualquer ameaça vinda do proletariado e de suas frações, quer seja pelo exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário. 3) Promover a integração entre as classes dominadas, de modo a garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classes dominante e que as mesmas aceitem sua exploração sem a intervenção direta das forças militares.

Tanto a função de impor a vontade da classe dominante, por meio da coerção, como a função integradora, atribuída à ideologia, foram demasiadamente examinadas pelo marxismo clássico<sup>11</sup>. Assim, apontamos para a função do Estado de “providenciar

---

<sup>11</sup> Nos diferentes modos de produção ou formações sócio-econômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias, à exemplo das análises desenvolvidas por Gyorgy Lukács.

as condições gerais da produção” e da acumulação do capital e que, portanto para Mandel (1982) assegura uma mediação direta entre infra e superestrutura. Este domínio funcional do Estado inclui essencialmente assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo, além de providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção.

Na fase de transição do capitalismo concorrencial para a fase dos monopólios capitalistas que se fez sentir a necessidade de um mecanismo “extra-econômico”. (MANDEL, 1982, p. 337) Segundo o autor é com o capitalismo monopolista que se altera tanto a essência da “atitude subjetiva da burguesia em relação ao estado”, quanto a “função objetiva desempenhada pelo estado ao realizar suas tarefas centrais.”

O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas (MANDEL, 1982, p.337).

A exportação de capitais impactou profundas mudanças no desenvolvimento do capitalismo para os países onde foram canalizados, leia-se a periferia do sistema mundial e que neste estudo, para efeitos analíticos, tomamos a América Latina, em especial o Brasil. É neste processo de partilha do globo cujo imperador máximo, o capital financeiro<sup>12</sup>, se faz o elo entre os monopólios do Estado e os monopólios privados.

Lênin (1980, p.84) elucida que no imperialismo capitalista a questão da política colonial põe-se imersa ao predomínio do capital financeiro e à política internacional, que amalgamadas a ele conformam, reduzindo, a luta pela partilha econômica e política do mundo e que “criam entre os Estados diversas formas transitórias de dependência”. Esta passagem é esclarecedora para muitos equívocos que se cometem sobre a caracterização de dependência estrutural, principalmente na América Latina, pois o capitalismo monopolista na era imperialista lança não apenas uma divisão política e econômica entre dois grupos de países: possuidores de colônias e colonizados. Mas relança em diferentes nuances “variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática.” (LÊNIN, 1980,

---

<sup>12</sup> Lênin (1980) deixa claro que tanto a política colonial como o imperialismo já existiam antes da fase contemporânea do capitalismo, o que caracteriza a particularidade do capitalismo contemporâneo é o domínio dos grupos monopolistas, aglomerados e constituídos por grandes empresários.

p.84). Uma dessas formas é a atual nuance sócio-política que a dependência estrutural assume na América Latina, na era dos monopólios e hegemonia do capital financeiro.

É justamente com o ingresso na fase imperialista que o traço intervencionista do Estado muda funcional e estruturalmente. Para Netto (2010) é com a era dos monopólios que ademais das preservações das condições externas da produção capitalista, que a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. O eixo das intervenções estatal neste período é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios.

Na Europa Ocidental o processo de ascensão do capitalismo monopolista ocorre concomitante ao substantivo aumento da influência do movimento da classe operária, com claros efeitos contraditórios sobre o estado burguês em sua fase imperialista. Mas este “aparente paradigma eurocêntrico” (Netto, 2010) de que a transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores, coloca de manifesto que, entre as funções econômica e política do Estado burguês, a absorção de demandas do proletariado é algo plenamente possível e suportável, não só suportável como necessário para o Estado desempenhar sua funcionalidade, principalmente em assegurar que o esgarçamento da força de trabalho e possíveis colisões não coloquem em risco a reprodução do capital.

Possível, do ponto de vista econômico, principalmente pela drenagem de riquezas produzidas nas periferias capitalistas, extorquidas historicamente, desde a acumulação primitiva (MARX, 2013, p.823) e que possibilitou uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado. Posteriormente integra um dos elementos que tornou capaz ao Estado nos grandes centros econômicos subvencionar demandas oriundas do proletariado.

Apesar do alargamento da legislação social, refratária da luta de classes do proletariado, estas são oferecidas na medida exata em que elas podem ser refuncionalizadas com vistas à garantia dos superlucros.

As intervenções do Estado burguês no estágio mais dilatado do capitalismo monopolista, o imperialismo, coloca de manifesto a necessidade do capital para assegurar a reprodução da mercadoria força de trabalho por intermédio do Estado, principalmente dada a existência de um elemento estrutural inerente à condição *sui generis* de conformação do desenvolvimento dependente latino-americano: eis a superexploração da força de trabalho. No capitalismo monopolista a preservação e o

controle contínuo da força de trabalho de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem, diz Netto (2012). Por fim, é justamente uma função do Estado, também resultante do estágio tardio do capitalismo monopolista, que abarca características importantes do capitalismo tardio, a saber: “redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica, e o aumento do custo dos projetos de acumulação de capital” (MANDEL, 1987, p.339) Como resultado e amalgamado a essas pressões há:

Uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado como também de aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos (...) para garantir as condições gerais de produção que financia (MANDEL, p.339)

Ocorre que esta socialização dos custos nos setores produtivos e reprodutivos, incorporados cada vez mais pelo Estado, satisfaz as novas condições de reprodução do processo capitalista de trabalho no capitalismo tardio. A socialização dos custos é para Netto (2010) mais de que apenas um mecanismo em que o Estado transfere recursos públicos aos monopólios, este é para o autor um fenômeno geral. Reiterando que o processo é mais abrangente, “quer pelas contradições de fundo do ordenamento da economia capitalista, quer pelas contradições intermonopolistas e entre monopólios e o conjunto da sociedade” (Netto, 2010, p.23) no qual o Estado é obrigado não só a prover a reprodução da força de trabalho ocupada e excedente, mas, também, acrescenta Netto (2010), é compelido pela via da proteção social a regular sua manutenção a determinados níveis de consumo.

Se para o capitalismo tardio em seu estágio mais dilatado uma das dificuldades crescentes é de valorização do capital, dada a superacumulação e a supercapitalização, o Estado soluciona-as redirecionando para “investimentos lucrativos” na indústria bélica, na ajuda subvencionada pelo estado das economias centrais à países estrangeiros. Além destes, há uma maior intervenção do Estado capitalista tardio sobre os rendimentos sociais.

Portanto, a redistribuição dos custos<sup>13</sup> possui sempre neste processo de centralização das frações de mais-valia e salários, o objetivo primeiro e último de

---

<sup>13</sup> Karl Renner (1924) elabora uma teoria sobre a noção de redistribuição, que incidiu fortemente a literatura reformista britânica das décadas de 30, 40 e 50. Mandel (1982) parte da crítica a esta teoria, para ele é uma ilusão que não passa de estágios preliminares do desenvolvimento em torno de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para estabilização completa da economia capitalista e de seus níveis de lucro.

assegurar a realização efetiva de certas “despesas/custos” para a preservação da sociedade burguesa, que se consolida uma forte tendência a centralização e redistribuição de parcelas do “excedente social”.

O Estado latino-americano imerso em bases econômicas dependentes expressa por sua vez uma particularidade como Estado dependente, pois se analisado desde os marcos da luta de classes apresenta um Estado estruturalmente cindido, constrangido pela transferência de valor: a superexploração, cristalizada pela imaculada dependência.

Segundo Cueva (1989) é nesse sentido que as particularidades dos países dependentes emanam de sua própria formação interna, que também podem portar similitudes próprias das formações de tipo dependente caracterizando traços comuns entre países. A unidade entre os mesmos se expressa, dentre outros elementos, pelas tarefas comuns operadas pelos Estados nos países subdesenvolvidos. Transitam entre tarefas comuns a todos os países capitalistas, de assegurar a reprodução ampliada do capital. Mas assume uma heterogeneidade diversa e ampla, conformado pelo prisma das diversas dinâmicas sociais constitutivas aqui do particular modo de vida dos povos originários e camponeses, donde estas distintas formas de reprodução (origem das sociedades pré –colombianas) devem estar alinhadas com as formas de reprodução da sociedade burguesa, e que certamente não possui as mesmas características da sociedade burguesa desenvolvida.

As funções que o Estado na economia dependente (devido a estrutura particular dos países periféricos) assume acarretam algumas particularidades ao aparato estatal, para além desta função típica de garantir a reprodução ampliada do capital. Incrustadas na relação entre as esferas da produção e da reprodução social da riqueza e da pobreza, no qual surge um mecanismo auxiliar na regulação da relação capital e trabalho, tem-se que as políticas sociais são igualmente marcadas pela particularidade das economias dependentes, principalmente quando se pensa a América Latina, continente em que o desenvolvimento capitalista explicita as particularidades históricas e conforma a superexploração da força de trabalho como *modus operandi* concreto do capitalismo dependente.

Se a natureza da dependência latino-americana emana do fato de que foi incumbida a participar no processo de acumulação em geral, alterando a capacidade produtiva do trabalho lá (países centrais), aqui (América Latina) teve que fazê-lo mediante uma forma particular de extração de sobretrabalho, dada a situação

periférica dos capitais latino-americanos no âmbito mundial, e que portanto, exigiu a acumulação fundada na superexploração da força de trabalho.

Atualmente, tal configuração histórico-social impõe a economia exportadora brasileira uma dupla dimensão na realização do capital financeiro: a superexploração da força de trabalho e a extração/espoliação dos recursos naturais. De acordo com Marini (1990), uma das particularidades na debilidade dos mecanismos de manejo e apropriação do excedente econômico, produzidos pelos trabalhadores na periferia, resulta do fato da produção ser sujeitada à relação exportação-importação para o comércio internacional. Isto faz com que a mais-valia produzida nas economias dependentes se realize na esfera do mercado externo, mediante a exportação, o que gera uma separação entre a esfera de produção e a esfera de realização da mercadoria.

Vale destacar o fato de tal mecanismo, inicialmente, apresentar-se como processo vinculado à fase primário-exportadora da América Latina. No entanto, com o processo de especialização produtiva na era neoliberal, tal situação volta a ser explicitada configurando uma situação interna débil, frente ao cenário internacional controlado pelo grande capital monopolista.

A fase atual da dependência evidencia, como um dos elementos centrais de dominação, o endividamento público e individual dos trabalhadores tidos como “naturais”, atrelados a um tipo de conduta do Estado latino-americano que aprofunda o aprisionamento dos governos aos interesses do capital financeiro<sup>14</sup>. Segundo Ouriques (2001, p. 36) é principalmente a partir destes problemas de acumulação que os governos se mobilizam para “avançar ainda mais na transformação da profunda crise social como uma necessidade de Estado”. Assim em cada nova tentativa de ‘estabilizar a economia’ novas dívidas são contraídas pelo Estado, aprofundando a dependência subjacente a tal inserção.

Das contradições que marcam a singularidade do capitalismo dependente, Paiva; Carraro e Rocha (2011) assinalam que há um constante deslocamento da renda dos trabalhadores, retirada pelo pagamento dos tributos, para alimentar a acumulação, direcionadas, sobretudo, para o pagamento da dívida pública. Lênin (1987) já

---

<sup>14</sup> A categoria Capital Financeiro, presente nesta análise, parte da conceituação clássica cunhada por Vladimir Lênin (1987), na qual o conteúdo desta expressão vincula-se a concentração da produção tendo com consequência a formação dos monopólios; ou mesmo, é a fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria, determinando e definindo o capitalismo atual, onde reina os monopólios e exportação de capitais.

demonstrara como o Imperialismo e a exportação de capitais desempenhou profundas transformações tanto na dinâmica da acumulação mundial, quanto para as nações que recebiam os empréstimos externos.

Para Netto (2012), esse período expressa uma série de equívocas vitórias do grande capital e do ponto de vista ideocultural os ganhos foram também inquestionáveis, vide o ascenso de postulações teóricas e políticas pós-moderna, de 1980 para cá. Estas vitórias nada carregaram de positivo para as maiorias expropriadas que só possuem a força de trabalho para venderem, sobremaneira no quadro do tardo-capitalismo, assim definido por Netto (2012) para se referir ao capitalismo que se desenvolveu na periferia do sistema. Custando-lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho, uma vez que o desemprego se alastra mundialmente.

As medidas defendidas pelos ideólogos do capitalismo neoliberal seguem refratárias à crise cíclica do capital, ou seja, aludem ao gasto estatal dirigido às classes trabalhadoras (inclusive salário do funcionalismo de custeio dos serviços decorrentes dos direitos sociais) a grande razão da crise. Em segundo lugar, custaram-lhe mediante aumento da exploração uma tendência ao rebaixamento dos salários, refletindo em ponderável aviltamento do padrão de vida. E, ainda, referindo-se a um terceiro custo às massas, adverte para o ataque aos sistemas públicos de seguridade social, que para o autor pode ser dimensionado pelo balanço das últimas três décadas de “flexibilização do tardo-capitalismo”. O que se constata é que a extração de mais-valia absoluta e relativa, conjugadas ou não, cresceram para as massas de todo o mundo.

A partir do exposto, entendemos que no Brasil o processo que se apresenta na realidade do século XXI é resultado de um largo processo histórico de dominação do capital sob a tutela das classes dominantes internas e sua atuação por meio de um Estado nacional que cumpre à risca as suas funções na sociedade burguesa. Como afirma Souza (2017, p.501-502).

Na virada para o Século XXI, as receitas neoliberais estavam implementadas e consolidadas, o que veio subsequente, apesar das aparências, só demonstra o quão amarrado está o pacto contraditório entre as classes dominantes nacionais e internacionais. Dentre outras muitas mudanças impostas pelo pacote neoliberal aos rumos da nação, a reprimarização da economia e a grande centralidade que se deu à exportação de commodities agrícolas e minerais pós 2002, para atender aos interesses do mercado mundial e fortalecer o poderio dos setores, historicamente dominantes, e suas parcerias estrangeiras, [...] o que explica a acomodação das classes burguesas, perante os termos de integração impostos pelo imperialismo, é a possibilidade de manter suas próprias vantagens frente a esse processo. Conduzem o Estado Nacional em direção a seus interesses comuns, de modo

que o potencial político e econômico do Estado convertem-se num mecanismo de proteção dos interesses dominantes.

É a partir do exposto que subsidiamos nossa análise sobre a intervenção estatal na estruturação do pacto político que sustenta a dinâmica de extração e apropriação da renda da terra na economia monopolista do agronegócio (DELGADO,2012).

A renda da terra é a sangria permanente da classe trabalhadora superexplorada, é a síntese da dominação econômica, política e ideológica, fundada pela *cooperação antagônica* entre as burguesias locais e internacionais sobre a miséria crescente das nossas gentes (MARINI, 2012). Nesse sentido, no capítulo a seguir, buscaremos expor as mediações teóricas necessárias para explicitar a relação entre a renda da terra e a dinâmica do capitalismo dependente.

## **CAPÍTULO II - A RENDA DA TERRA COMO DETERMINAÇÃO ANALÍTICA FUNDAMENTAL À APREENSÃO DA PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE**

Conforme elucidado no capítulo anterior, a renda da terra é um aspecto do processo de distribuição da mais-valia extraída do trabalhador. Ela é um mecanismo de apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, como um todo. Essa análise é possível, dada a forma histórica que a propriedade privada da terra é assumida, na sociedade capitalista, como monopólio das classes dominantes.

Marx (2013) assinala que a expropriação da terra e a expulsão dos trabalhadores do campo constituem bases essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, pois libera a terra para ser submetida à forma mercadoria; e torna “livres como pássaros” os que nela habitavam, sem nenhuma alternativa de vida que não seja a subsunção ao capital, vendendo sua força de trabalho.

Na América Latina, o processo de expropriação que possibilita ao capital a dominação sobre a terra, tem as suas bases fincadas, antes mesmo que o capitalismo como modo de produção se consolidasse na Europa.

O seu desabrochar, enquanto modo de produção e organização social da vida, só se cristaliza ao unir em um amálgama dos distintos núcleos e das coletividades humanas conectadas ou relacionando entre si como mercadorias numa imensa teia. A consolidação desta ordem, que se imporia globalmente, organizou-se a partir de dois processos umbilicalmente conectados: a acumulação primitiva de capital e a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital.

Além do papel que estes processos exerceram na gênese constitutiva do capitalismo, também demarcam um outro elemento: trata-se dos papéis que as periferias, no que se inclui a América Latina, exerceram na estruturação do mercado globalizado; o que, na sua contraface, configura a inserção deste território no âmbito daquele mercado, de forma subordinada e subserviente, como economias agrário-exportadoras, condições que as nossas economias nunca foram capazes de romper e não o serão dentro da ordem estabelecida nesses processos.

A divisão internacional do trabalho demarca o momento em que a América Latina, a partir das independências formais e constituição das suas Nações, surge para suprir as necessidades do nascente capitalismo europeu, cuja Revolução Industrial,

na segunda metade do século XVIII, passava a requisitar suprimentos e matérias-primas, além de alimentos com menor custo.

O encontro entre as necessidades de consolidação do capital e as mudanças estruturais, no nosso território, já havia sido fundado pela invasão colonial, que abriu a possibilidade concreta de impulsionar as mudanças na Europa e fazer crescer o gérmen do capitalismo que se acenava naquele território. Tal encontro - marcado pela violência, pela pilhagem, pela escravidão, pelo genocídio, memoricídio e etnocídio (BAÉZ, 2012)-, forjou as bases para que as reconfigurações políticas e econômicas, advindas das Independências formais e do fim do escravismo colonial, não modificassem as estruturas essenciais do principal meio de produção e manancial de riqueza - a terra -, cuja propriedade privada monopólica se ajusta à encenação de formalidades advindas, no Brasil, da Lei de terras de 1850, a qual ratifica o processo brutal de expropriação fundado desde a invasão colonial.

Neste sentido, Souza (2019, p.73) afirma que:

[...] as formas apresentadas pelos meios de produção (propriedade da terra), nos modos de produção imediatamente anteriores ao modo de produção capitalista na América Latina, coincidem com as formas necessárias a este modo de produção, restando, ao processo de transição, a sua simples adequação jurídica (ideológica). Ao passo que foram as relações de trabalho que sofreram a transição necessária ao novo modo de produção, passando de escravo/servil para “livre”, sem, necessariamente, assalariamento formal e real, mas engendrando a *possibilidade* posterior de sua inclusão na tipificação do trabalho ao longo da história urbano-industrial latino. Sendo assim, nesse segundo momento, modifica-se a forma de existência da força de trabalho sem que as condições de reprodução desses trabalhadores “libertos”, em relação aos meios de produção anteriores, sofressem alteração, pois, naquilo que é fundamental ao modo de produção capitalista, a relação da força de trabalho com os meios de produção e a forma da propriedade privada da terra já estavam adequadas.

Desse modo, pensar o capitalismo dependente latino-americano, no rastro do desenvolvimento que culmina na consolidação da divisão internacional do trabalho, leva-nos a discutir a questão agrária como pedra angular deste processo. A questão agrária é a explicitação do complexo de complexos que sintetizamos como luta de classes neste território. Mais uma vez corroboramos com Souza (2019, p.222), que aponta um duplo caráter da questão agrária no capitalismo dependente, o qual orienta, metodologicamente, a apreensão das suas determinações históricas para a luta de classes:

1) estrutural, cuja gênese se arraiga na desigualdade inevitável para a continuidade da acumulação capitalista neste território, a qual se amplia em concomitância ao processo de acumulação do capital, que cada vez mais

avança seu domínio sobre a terra e os recursos naturais em toda a América Latina, ampliando as contradições a si inerentes e forjando as condições objetivas necessárias à superexploração da força de trabalho e; 2) político-ideológico, como expressão das distintas situações da luta pelo direito à terra e ao trabalho sob a ampla dominação ideológica, de largo cunho racista, dos conflitos que delas resultam, mais ou menos acentuados e mais ou menos organizados de acordo com a realidade de cada país e das forças políticas presentes, mas que têm, no centro da luta, principalmente os povos indígenas e quilombolas.

Somente se for considerada a relação dialética desse duplo caráter da questão agrária na Região, principalmente na sua relação com a superexploração da força de trabalho, é que se terá elementos para explicitar o conteúdo da luta de classes neste território, bem como para traçar as estratégias políticas de fortalecimento da classe trabalhadora contra o capital.

Traspadini (2016) ao analisar a questão agrária no território latino-americano aponta que essa discussão desde a economia política clássica apresenta uma tendência eurocêntrica, pois aqueles que o fizeram tinham como par dialógico de suas análises o papel da industrialização frente o atraso do campo. Ao mesmo tempo que, se arvoram a defender a ideia do desenvolvimento urbano-industrial, assentado na dicotomia entre campo e cidade, como síntese das múltiplas determinações, quando, para apreender a realidade concreta, é necessário buscar as mediações que explicitem o *modus operandi* do capital neste território, nas suas configurações próprias, e não a partir de certas transposições mecânicas das explicações teóricas sobre outras realidades.

Para nós, a questão que se coloca em torno do debate da questão agrária, na América Latina, em que pese à história passada e presente da extração de valor e seus componentes na terra, diz respeito a uma determinação constitutiva da dinâmica da luta de classes no território. Pois, nela estão concentradas as contradições da relação entre capital e trabalho, instituída nos marcos de uma divisão social global do trabalho, cujas classes dominantes, na América Latina, pactuaram à condição de coadjuvante no processo de apropriação do mais-valor social na dinâmica de reprodução do capital.

Para apreender os processos constitutivos da dinâmica de reprodução do capital e, por conseguinte, da apropriação da renda da terra nas economias dependentes, é necessário que entendamos o processo histórico que forjou as condições objetivas, tanto para que a terra fosse transformada em propriedade privada e mercadoria monopolizada, quanto, neste mesmo processo, a expropriação das possibilidades dos trabalhadores terem acesso a terra e aos meios de produção.

Nesse duplo processo, reside a relação entre a renda da terra e a superexploração, faces da mesma moeda, conectadas umbilicalmente.

Ao retomar a renda da terra como uma determinação fundamental para a apreensão do processo de apropriação da mais-valia nas economias dependentes, nosso pressuposto é de que ela sintetiza as contradições fundamentais da relação desigual entre as classes em luta no capitalismo dependente.

Nesse sentido, o presente capítulo objetivou evidenciar elementos da atual dinâmica do capitalismo dependente para demonstrar a renda da terra como uma determinação fundamental para a apreensão das particularidades da relação contraditória entre capital e trabalho, expressa na luta de classes.

Almejamos a explicitação das determinações fundadoras da luta de classes neste território, a partir da sua dinâmica concreta. Entretanto, sua lógica não pode ser entendida sem levar em conta as condições que revestem a subsunção do trabalho ao capital nas distintas formações socioeconômicas como um processo peculiar. As elaborações de Karl Marx sobre a subsunção do trabalho ao capital<sup>15</sup>, ajuda-nos a compreender tal processo. Iniciamos por elas nas próximas seções.

## **2.1 A Constituição Histórica da Terra Como Propriedade Privada na América Latina**

A história da instituição da forma-mercadoria da terra, nos distintos modos de produção que precedem a sociedade capitalista, ou mesmo, da instituição da renda capitalista da terra, carrega um bom punhado de complexidades geradas pelo conflito social engendrado nos distintos territórios a partir das contradições movidas pelo colonialismo<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>Conforme Marx (1978), a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital constituem o processo de imposição do capital sobre o trabalho. A subsunção formal remete ao momento em que o capital organiza o trabalho segundo padrões e objetivos capitalistas, mas o trabalhador continua dona da técnica de produção, embora sob condições formais do capitalismo. De modo que, a essência do aspecto formal da subsunção do trabalho ao capital emana do fato de que todos os valores de uso adquirem o caráter de valor de troca, a lógica dos valores de troca se impõe sobre os valores de uso e a própria força de trabalho é transformada em mercadoria. Já o processo de subsunção real seria então o momento em que as determinações das particularidades daquele processo de trabalho se subordinam ao processo de valorização do capital. Esta exigência corporifica um tipo de forças produtivas e de organização do trabalho cuja expressão mais acabada identificada por Marx é a grande indústria capitalista.

<sup>16</sup> O tema da terra e de sua mercadorização nas Américas durante período colonial é ainda uma discussão em aberto. Nos trilhos do mercantilismo, o capitalismo em expansão ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII impunha a apropriação dos territórios e subjugação e extermínio dos povos originários

No nosso território, a mercadorização da terra é um processo que antecede sua apropriação privada, ela se deu no marco da invasão, com a transformação da terra em propriedade da Coroa Portuguesa. A possibilidade de capitalização da propriedade privada da terra, mercadorização da terra, tem seus marcos legais em 1850, com a Lei de Terras. Essa lei antecede o processo histórico de “libertação” do trabalho dos grilhões da escravidão e a transformação da força de trabalho em mercadoria.

No diálogo com as elaborações de Marx sobre o tema da terra, referenciamos de algumas pistas metodológicas apontadas pelo autor em meados de 1879, quando, em notas e esboços, discutia com o antropólogo russo Kovalevsky sobre as comunidades originárias da Índia, da Argélia e incaicas<sup>17</sup>. Embora o tema da instituição da propriedade privada da terra em territórios que viveram a barbárie do colonialismo tenha ocupado atenção periférica de Marx, é em seus últimos escritos que encontramos algumas notas.

Conforme aponta Musto (2018), os estudos sobre a Rússia parecem apontar para uma perspectiva radicalmente dialética sobre a periferia, onde o tema da apropriação privada da território era em seu tempo, assim como no nosso, absolutamente fundamental. Nestes escritos, Marx retorna ao tema da expropriação dos camponeses e a separação de seus meios de produção na transição ao capitalismo. Reafirmando que em sua discussão da “A Assim chamada acumulação primitiva” n’O Capital (2013) quisera descrever esse percurso, que só se realiza de modo radical na Inglaterra.

Karl Marx e seu companheiro Engels (2017) assinalam um mecanismo que demonstra como a produção agrícola se colocou como alternativa a renda capitalista da terra na Europa. No prefácio à edição russa do Manifesto Comunista eles salientam:

O limitado campo do movimento proletário daquele tempo (Dezembro de 1847) está expresso na última parte do Manifesto: a posição dos comunistas em relação aos vários partidos de oposição nos diferentes partidos. A Rússia e os Estados Unidos, precisamente, não foram mencionados [...] Ambos os

---

que ali habitavam. Para autores como Clóvis Moura (2013), Jacob Gorender (ano) o domínio sobre o território colonial pela metrópole, no caso de Portugal sobre o Brasil, implicava não apenas o controle sobre a forma de trabalho, como também determinava a produção de riquezas internamente, estruturado no monocultivo e trabalho escravo. E nesse sentido, a questão que se colocava era se, antes de 1850 quando da lei de terras e portanto da possibilidade de compra e venda por aqueles que podiam pagar por ela, a colônia não era, ela mesma, propriedade privada da metrópole?

<sup>17</sup> O texto ao qual nos referimos compõem uma coletânea de artigos publicados recentemente pelo Estado Boliviano intitulado “Karl Marx Escritos sobre a comunidade ancestral” 2015.

países proviam a Europa de matérias-primas, assim como eram mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou outra, eram, portanto, pilares da ordem europeia vigente. (MARX, K; ENGELS, F. 2017, p. 124)

O mecanismo assinalado por Marx e Engels é a apropriação do cultivo de novas terras de alta fertilidade (as pradarias norte-americanas) e matérias-primas obtidas em unidades de produção não capitalista na Rússia e Estados Unidos. Este mecanismo de apropriação de matérias-primas em locais onde a produção não capitalista imperava, foi também utilizado em outras regiões. Mandel (1980) nos fornece outro exemplo, “a mera pilhagem da Índia durante o período compreendido entre 1750 a 1800 aportou à classe dominante britânica entre 100 e 150 milhões de libras-ouro” (MANDEL, 1980, p.60).

No caso da Índia, a expropriação e a pilhagem pela Inglaterra remete ao único mecanismo lógico capaz de contrarrestar o tributo que se instituía na Europa e, fora dela, nas colônias. Ainda que em condições de escassez de terras de alta e média fertilidade, na Europa - a operação de unidades agrícolas que não condicionam sua reprodução a obtenção de um lucro e, principalmente, que estão em condições determinadas pelo colonialismo de serem obrigadas a ceder não apenas seu trabalho excedente como a abundância de seus recursos naturais.

No território latino americano não foi diferente, sob os trilhos do colonialismo, a segunda via de apropriação da produção agrícola se deu pela expropriação dos povos originários<sup>18</sup>, como alternativa à renda da terra fora de seu território. A invasão colonial do dito “Novo Mundo” cumpriria dois principais objetivos; se por um lado a expropriação das terras dos povos originários na América significa a apropriação de

---

<sup>18</sup> As estruturas de produção conferiam às sociedades coloniais uma fisionomia variada entre si, só plenamente definida nas regiões densamente povoadas da Meso-América e dos planaltos andinos, conforme nos mostra Ciro Flamarion Cardoso e Hector Pérez Brignoli (1984). Segundo os autores nesta região a colonização espanhola baseou-se na exploração e escravização das comunidades indígenas, interdadas do acesso a suas próprias terras. O *repartimiento* estruturava o tipo de exploração da força de trabalho indígena, que no México recebeu o nome de *coatequil*, no Peru e Bolívia denominado como *mita*, no Equador *minga*, na Guatemala *mandamento*, na Colômbia, se fosse nas minas era a *Mita*, mas se fosse em trabalhos urbanos *alquiler e concertaje* na agricultura. Este sistema do repartimento funcionou a todo vapor entre 1550 à 1650, a baixa demográfica resultante da dizimação dos povos originários junto ao exaurimento das minas dão lugar a uma crescente importância da grande propriedade rural. A decadência do repartimento desde o século XVIII foi dando lugar a outras formas de sujeição pessoal. As comunidades indígenas escravizadas e usurpadas de suas terras, num lento processo de dissolução passam a migrar de suas comunidades, ou mesmo do que restou delas para as grandes fazendas, dando origem a outras formas de trabalho, a exemplo do *Yanaconaje* peruano, os *gañanes, naborios e laborios* do México.

novos territórios, por outro lado, significa a consolidação de mercados futuros para a venda de mercadorias produzidas na Europa.

A chegada dos europeus na América instaura, antes de qualquer outra coisa, o redimensionamento dos fatores produtivos fundamentais de sobrevivência daqueles povos. Ao expropriá-los da terra, alteravam-lhes os fatores produtivos essenciais à reprodução daquilo que era medular naquela organização, terra e trabalho como unidade dialética.

A posse da terra significava para os povos originários uma composição unitária, pois ao mirarem-se e às suas condições naturais de reprodução as viam como lhes pertencendo mutuamente, como pré-requisito de sua existência e como parte de seu próprio corpo. Atitudes estas que se corporificam tanto em sua existência como membro de uma comunidade, povo originário, como também em sua relação com a terra como algo visceral e próprio.

A conexão entre os povos originários em sua relação com a terra de uso comum era o elemento central nessas comunidades, Marx (1977, p.78) explica que ela era vista “como é sua própria pele, como são seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos do sentido são também desenvolvidos, reproduzidos no processo da vida, enquanto pressupostos deste processo de reprodução”.

Tendo isso em vista, fica notório que o colonialismo, na América Latina, cumpria muito mais que uma função específica no processo de constituição do mercado mundial, “umbigo da expansão comercial europeia”. Além disso, ele constituía o processo histórico em que dissolvia as diversas formas nas quais os povos tinham a posse comunal da terra e nela trabalhavam.

As unidades não capitalistas são incorporadas ao ciclo do capital, através de seus meios de subsistência e meios de produção. Novamente, Mandel exemplifica este cenário, “E.J. Hamilton calcula o valor da transferência de ouro e prata que os espanhóis fizeram da América do Norte e do Sul para a Europa, entre 1503 e 1660, equivaleria a 500 milhões de pesos-ouro” (MANDEL, 1980, p.60).

Após 1492, a função específica que o território latino-americano passa a desempenhar determina a constituição de sistemas produtivos orientados, essencialmente, para abastecer o mercado europeu com metais preciosos e produtos tropicais na Europa Ocidental. Para Hobsbawm (2017), esse é o momento histórico expresso pela acumulação de capitais no florescimento do capitalismo como modo de produção.

Eric Williams (2012), ao estudar o contexto de declínio do mercantilismo, aponta ser sua ascensão e queda a mesma história da ascensão e queda da escravidão. Pois, em seu entendimento “o sistema colonial era a espinha dorsal do capitalismo comercial da época mercantil” (WILLIAMS, 2012, p.201), a partir do comércio triangular. Nesse sentido, ele completa:

Enquanto no século XVIII todos os setores econômicos importantes na Inglaterra se alinhavam com o monopólio e o sistema colonial, após 1783 todos eles, um a um, passavam a intervir contra o monopólio e o sistema escravista (WILLIAMS, 2012, p.201).

Isto tinha uma razão de ser, para esse autor, o capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu sua riqueza na Europa, por meio da escravidão e do seu monopólio. “Mas, com isso ajudou a criar o capitalismo industrial no século XIX, que se virou e destruiu a força motriz do capitalismo mercantil, a escravidão e todo seu funcionamento” (WILLIAMS, 2012, p.284).

Embora os processos de anexação colonial, neste território, concretizassem dinâmicas internas distintas dadas as pluralidades socioeconômicas e cultural na região, a eclosão do capitalismo marcava uma característica comum à América: a produção interna assentada no escravismo e voltada para a exportação, a partir do que o capital industrial europeu demandava naquele momento.

No caso do Brasil, Moura (1983) elucida que a dinâmica interna movida, a partir da decomposição do escravismo tardio (1850-1888), fundou as bases para consolidação do capitalismo dependente, mas não sem antes deixar vestígios nas relações de produção.

O capitalismo dependente que substituiu o escravismo dele se aproveitou e faz dele uma parte dos mecanismos reguladores do subdesenvolvimento. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade do capital dependente em função do Imperialismo (MOURA, 1983, p.135).

A racionalidade econômica do período colonial foi moldada para a produção voltada para fora do território, sustentada por uma organização da produção econômica interna escravista, em que a pilhagem e o saqueio dos recursos naturais para exportação foi um de seus principais traços. Deste traço, fica evidente algo que é intrínseco a relação de produção capitalista: a acumulação do capital. A acumulação do capital, no caso latino-americano, teve, na relação trabalho-terra, princípio central de acumulação originária e, posteriormente, capitalista, dada a expropriação dos povos originários e exploração dos africanos escravizados.

Na América Latina, até o período de eclosão das (In)dependências formais, o que houve em todo o território foi uma submissão direta às metrópoles. A organização do trabalho, neste período, tinha um elemento em comum, tanto na colônia espanhola, como na portuguesa: a extração do excedente econômico transferido às metrópoles a partir do escravismo, essa característica em comum demarca o sentido da pilhagem e do extrativismo colonial no território.

Contudo, o mecanismo de extração do excedente econômico a partir de uma organização produtiva, eminentemente primário-exportadora, não é por si só um privilégio do processo de colonização latino-americano, mas o que nos particulariza, nesse processo, é *para onde* esse excedente econômico gerado nas colônias é transferido.

Ainda que as independências políticas ocorridas nas primeiras décadas do século XIX não tenham subsumido a matriz produtiva extrativista do período colonial, o fato de ser algo que se perpetuou, não significa que não houve mudanças substantivas, como bem alerta Marini (1973, p.135), “a dificuldade de análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade”.

Assim, o que se torna metodologicamente preponderante para apreender as configurações da terra no capitalismo dependente é o processo que se desenrola sob o jugo do capital sobre a terra e a subsunção real do trabalho à voracidade da acumulação. Feito isso, entenderemos as modificações-permanências que conduzem as atuais configurações da questão agrária no Brasil. Isto posto, avançamos para, na próxima seção, a explicitação da relação entre a propriedade privada da terra e a produção e apropriação de valor neste território.

## **2.2 A terra e o trabalho no estudo da formação sócio-histórica (1850-1930)**

A década de 1960 foi um marco para as Ciências Sociais, devido o afã de explicar as origens do subdesenvolvimento econômico latino-americano. A busca por resposta mobilizou intelectuais que detinham diversas concepções teóricas e políticas. Grande parte desses estudiosos tomou o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre como o marco fundamental para a análise das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Dos pesquisadores que buscavam essas respostas, utilizamos como base os que nos parecem os mais arraigados no rigor

teórico-metodológico herdado das elaborações marxianas, são eles: Gorender (2016) e Moura (1983).

Para esses autores, as estruturas econômicas e sociais que, por mais de três séculos sustentaram o Brasil-colônia, estavam fundamentadas em uma organização e um modo de produção bastante específico, o escravismo colonial. A apreensão da produção de mercadorias no Brasil, a partir do trabalho escravo e de uma organização social escravista, conecta-se com as determinações da engrenagem do capital comercial, a nível global entre os séculos XV e XVIII, o qual fluirá para a Europa parte expressiva da riqueza necessária à expansão das relações sociais mercantis e do capitalismo como modo de produção preponderante.

A categoria escravismo colonial, apreendida desde as elaborações de Gorender (2016) e Moura (2014, 1983) explicita um movimento na dinâmica interna, ou seja, nas relações sociais que se formam ao largo de quase quatro séculos e que demarcam as particulares relações sob as quais se sustentava a conexão externa da produção de riquezas, neste território, e a expansão e a consolidação global do capital.

Em Gorender (2016), o debate do escravismo colonial pauta-se desde uma reconstrução sistemática do modo de produção como numa totalidade orgânica, sistematizada em leis específicas. A crítica da economia política marxiana esclarece como os modos de produção compõem as formações sociais, mostrando que elas não se reduzem, exclusivamente, ao modo de produção, muito pelo contrário,

[...] compõe-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social [...] Sob o prisma categorial das formações sociais, as chamadas ciências humanas superam a necessária especialização e readquirem a unidade cognoscitiva que exige seu objeto comum (GORENDER, 2016, p.57).

As relações de produção entre o latifundiário e o escravo, no Brasil Colônia, expressavam uma relação em que a sujeição do trabalho à produção de riqueza não estavam hegemonicamente baseadas no monopólio dos meios de produção. Mas, sim, no monopólio do próprio trabalho, o qual possibilita a apropriação de uma renda. As relações sociais que engendraram esse fazendeiro-latifundiário em muito ultrapassa as relações de produção no interior da fazenda, na medida em que eram determinadas pelo que se passava fora dela.

Para Gorender (2016), um aspecto de grande importância era a estratificação social no escravismo, para ele foi resultado dos caminhos distintos de organização e

ocupação das terras, paralela ao latifúndio em posse do senhor de escravos que pela carta de sesmarias obtivera as terras, sobretudo as melhores pela fertilidade e a localização, trata-se do acesso que teve o pequeno lavrador que ocupava as terras aparentemente devolutas. Entre os lavradores proprietários de terras, havia dois tipos, os “obrigados” e os “livres”. Destes, os obrigados eram aqueles que, já na cláusula de concessão da terra, só poderiam moer cana em determinado engenho, estes eram os arrendatários que por essa condição de dependência eram os mais precarizados entre os lavradores. A partir dessa particularidade, resultante da relação do senhor de engenho com o lavrador arrendatário, que se obtém a renda escravista da terra. Ou seja, a renda escravista da terra é uma parcela distinta da renda contida na metade do açúcar, que é apropriada pelo senhor de engenho.

Como exemplo figurativo, a renda escravista da terra era fruto de relações estabelecidas num quadro minoritário, pois pressupunha a posse da terra pelos lavradores. Entretanto mesmo como expressão de um quadro minoritário, pois o monopólio da terra pelo latifundiário era um dos pilares do domínio de classe, a categoria renda escravista da terra nos possibilita dimensionar a segmentação posta à aqueles trabalhadores, baseada em diferentes níveis de expropriação a que estavam submetidos, desde escravos do eito, na mineração, escravos domésticos, escravos de ganho na cidade, a lavradores obrigados e livres etc.

Cabe ainda notar, que a relação entre agricultura capitalista e a economia escravista monocultora, já havia sido apontada por Marx. Conforme aponta Gorender (2016), o que Marx chama a atenção é que a analogia entre agricultura escravista e a agricultura capitalista, pode ser apenas formal, mesmo que numa agricultura voltada à exportação como analisava no caso da Sicília, surgissem arrendatários no sentido moderno, ou seja, rentistas.

Os elementos elencados acima sobre a renda pré-capitalista da terra no Brasil, apenas demarcam desde um ponto de vista histórico, que o domínio de classe a partir do controle da terra está no âmago da constituição das classes sociais, consolidadas num momento posterior. Todavia, demarca em seu processo de gênese um ponto de partida original: o escravismo colonial.

O monopólio de classe sobre a terra, teria suas raízes fincadas no processo de consolidação do capitalismo dependente. Conforme Clóvis Moura (1983) as oligarquias agrárias no Brasil colonial, os senhores de escravos que viriam a se tornar a classe dominante, muito rapidamente estabeleceram mecanismos controladores da

luta de classes no seio das camadas dos recém trabalhadores livres, ex-escravos. Estes mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais, seriam nos termos de Moura (1983), o aparato necessário para acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente.

As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exercício industrial, não é o lumpenproletariado, mas transcende a essas duas categorias. E uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. *Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário.* Não é aproveitado (MOURA, 1983, p.133. Nossos grifos).

O que estamos enfatizando em diálogo com Moura (1983) e Gorender (2016) é que a transição ao trabalho livre findada a escravidão, foi orientada pelas classes dominantes de modo a assimilar nas relações de produção não as massas expropriadas sem-terra, saídas da escravidão, mas voltou-se a um tipo de trabalhador abstrato imposto pelo colonizador: o branco. Esse modo de pensar, moldado pelas estruturas coloniais será o condutor da racionalização das ações da classe dominante sobre o conjunto dos trabalhadores. De modo que, refunda contradições que particularizam a luta de classes, no seio da diversa classe trabalhadora.

Corroborando com Souza (2019), é possível afirmar que as particularidades desse processo denotam que, a dinâmica da desigualdade estrutural forjada pela expropriação da terra dos povos originários dará, posteriormente, as bases fundantes ao capitalismo dependente e das contradições que lhe são inerentes.

O que quero ressaltar é que a invasão colonial, com o soterramento ou apropriação dos processos de trabalho originários, foi o marco da expropriação dos meios de produção (terra), dos povos originários. Processo que se imbrica e coincide com a expropriação dos povos africanos, expropriados, inclusive, de suas condições humanas e submetidos à escravidão e, não menos, coincide com a expropriação feudal da terra na Europa, o que resultou em muitos desterrados, trabalhadores “livres” ou semi-livres, miseráveis que vieram para as Américas (SOUZA, 2019, p.70).

De acordo com Souza (2019), é necessário entender a constituição das condições objetivas das relações sociais de produção na América Latina, a partir deste processo, o qual, demarcado pela invasão colonial e pelo modo de produção escravista, consolidou as bases para a relação desigual entre capital e trabalho, quando, em fins do século XIX, o escravismo deu lugar ao capitalismo dependente. No

Brasil, este, emerge das estruturas desiguais forjadas pelo processo de expropriação da terra dos povos originários e impossibilidade de sua apropriação pelo povo negro, ex-escravizado.

Para Moura (2014), uma das medidas modulares para a criação das condições de estruturação do capitalismo no Brasil, face a decadência do modo de produção escravista, foi a Lei de Terras de 1850. Ela institui o desencontro posterior entre o trabalho livre e as condições objetivas de subsistência dos trabalhadores, criando o elemento fundamental para que a superexploração da força de trabalho MARINI (2011), pudesse dar continuidade à transferência de valor para as classes dominantes externas, bem como garantir o status das classes dominantes internas. SOUZA (2019) dialogando com as elaborações de Clóvis Moura, aponta que:

[...]as contradições do escravismo colonial, expressas na sua superação pelo modo de produção capitalista dependente, fizeram emergir, no seio do novo modo de produção, outras contradições, as quais perpassam as relações de classe no país, mas, incidem de forma particular sobre a classe trabalhadora. As contradições emergentes se manifestam de maneiras diversas: primeira, entre o negro recém saído do cativeiro, a classe dominante e sua estrutura de poder imersa, ainda, na ideologia escravista; segunda, entre o imigrante que chega para vender sua força de trabalho e os interesses da sociedade de capitalismo dependente [...]; terceira, entre o trabalhador negro ex-escravo, quase sempre desempregado ou sub-empregado e o trabalhador estrangeiro que, ainda durante o escravismo, frente ao seu desgaste final, ocupou os postos de trabalho para suprir as demandas da produção interna já condicionada pelo imperialismo [...]. No capitalismo dependente, a massa de trabalhadores é composta por uma população muito acima das necessidades produtivas, a qual os mecanismos do capitalismo dependente não pode incluir, pois esta é a “*franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar” (MOURA, 1983, p.133) (SOUZA, 2019, p. 205)

Nesse sentido, o trabalho como unidade dialética fundante desta formação sócio histórica, ao longo dos séculos, assume feições amalgamadas ao processo de mercadorização da terra, de tal maneira que, trabalho e terra passam a compor o fundamento explicativo da particularidade que o trabalho superexplorado assume no território latino-americano. Desta relação, emana o veículo transmissor da dinâmica na qual a produção e apropriação do valor constituem o movimento dialético, desigual e combinado da acumulação de capital.

Com efeito, foi a extensão da circulação do capitalismo central que definiu o início da produção capitalista nas economias dependentes. Desse modo, ao engendrar-se a este sistema, a economia dependente, passa obedecer a uma

tendência da produção e circulação determinada externamente, que também se soma as tendências internas constituindo-as como expressão de suas particularidades.

Indagando-nos sobre os impactos dessa dinâmica na constituição das classes sociais em luta, é que, nos colocamos desde esse emaranhado de relações sociais, integrando esforços coletivos na busca por apreender caminhos teórico-metodológicos, que potencializem a apreensão da luta de classes no Brasil, nas últimas duas décadas deste século. Tendo como prisma teórico-metodológico, o duplo processo de ataque a luta de classe, já apontada por esses autores.

Desde fora, o capital financeiro monopolista, finca raízes profundas no território, e pela transferência de valor, determina a dinâmica da acumulação de capital nas economias dependentes, tal como demonstrou Lênin (2008), sendo esta uma tessitura do imperialismo contemporâneo. Que desde as estruturas internas, finca seu tentáculo ao cristalizar mecanismos que possibilitem as economias de capitalismo dependente, replicar internamente a mesma estrutura que a subsumi, centrado em uma característica também apontada por Lênin (2008) no processo de partilha do mundo, durante a anexação colonial do século XX, que é a função posta para a periferia latino-americana na divisão internacional do trabalho, como lócus por excelência de extração de recursos naturais.

Em resumo, a dinâmica que tentamos elucidar, foi o papel da periferia latino-americana integrada a configuração histórica do capitalismo, presidida por transformações tanto na Europa quanto na periferia, de forma imbricada, mas com consequências radicalmente distintas. A lógica da mercadoria ao se consolidar dando corpo a economia mundial, impôs transformações nas relações de classe, desdobrando na Europa a elevação da produtividade do trabalho e incrementando a participação da mais-valia relativa como método, para extração e apropriação do trabalho excedente.

Se miramos a América latina, sua contribuição neste deslocamento do eixo de acumulação, baseado na mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, significou para si a cristalização de uma modalidade de acumulação, baseada na exploração mediante maior desgaste da energia vital do trabalhador. Fiquemos um pouco mais neste que se traduz em um dos pressupostos da TMD. Deste processo emergem as mediações que possibilitam a consolidação das classes sociais e de seus antagonismos particulares.

### **2.3 A particularidade da economia agroexportadora no capitalismo dependente (1930-1970)**

Até aqui temos colocado como a dependência estruturada ao longo da história da América Latina legou a ela aquela função jamais transposta, a de economia exportadora, “mantendo sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado um novo estágio” (MARINI, 2011, p.138).

A lógica da economia exportadora é decorrência das implicações do estatuto da dependência internamente, cujo ciclo do capital se fecha fora, se realiza fora, pois o eixo de acumulação não pode contar com o mercado interno. Por isso, está economia estará sempre estimulada a criar uma economia exportadora quer seja de matérias primas e produtos manufaturados como em épocas pregressas, quer seja como exportadora de capitais por meio do mecanismo de transferência de valor.

A medida em que o ciclo do capital, na economia dependente, acentua as contradições que são típicas do capitalismo em geral, essa agudização produz tendências particulares provocando uma modalidade específica de circulação de capital, nos termos de Marini (2012), em que se intensifica a lógica mesmo do desenvolvimento desigual e combinado entre nações de distintas composições orgânicas de capital, culminando no processo cuja apropriação do valor produzido, se dará, em parte, fora dos territórios.

Em decorrência da lógica que assume o ciclo de capital na economia exportadora, a anatomia de nossas sociedades, tem como elemento constitutivo o fato de que a classe trabalhadora sente, cotidianamente, um dos principais aspectos do capitalismo dependente, o consumo das amplas massas pouco interfere na acumulação capitalista.

Osório (2012), em continuidade ao programa de pesquisas da TMD, aponta dois principais momentos que explicitam o padrão histórico de reprodução do capital no ciclo da economia dependente: entre 1850 e a primeira década do século XX, quando a América Latina é vinculada ao mercado mundial, constituindo entre nós um padrão agro-mineiro-exportador. E num momento posterior, quando as economias dependentes já consolidadas, passam então, a experimentar processos de industrialização, a partir do começo do século XX.

No subitem anterior buscamos elucidar como este primeiro momento de reprodução do capital, integrou em seu movimento a formação sócio-histórica

brasileira, cujas classes dominantes constituíam-se a despeito das necessidades de consumo dos trabalhadores, majoritariamente ex-escravos, que não foram absorvidos pelas parcas relações de produção regidas pelo assalariamento, que começava a consolidar-se no âmbito da produção. Isto, foi resultante da lógica constitutiva da economia exportadora, atrelada ao mercado externo<sup>19</sup>.

Sendo assim, nos interessa elucidar o segundo momento deste padrão de reprodução do capital na economia dependente, caracterizado pela industrialização destas economias entre meados dos anos de 1930 a 1970. Nos interessa, particularmente, demonstrar como o setor agroexportador, figurou como aspecto importante e determinante no desenvolvimento capitalista no Brasil a partir desse momento.

Para isso, teremos como fundamento teórico as elaborações de Ruy Mauro Marini (2012) em “Subdesenvolvimento e Revolução”, livro em que se debruça sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro, no contexto de consolidação da integração das economias dependentes às nações imperialistas, resultando internamente na industrialização tecnológica.

Lênin (2008) analisa a tessitura do capitalismo no início do século XX, explicitando as novas bases do velho conteúdo, como substância da dinâmica estrutural desigual e combinada do capital, que, naquele contexto, expressava-se sob a face do Imperialismo.

Dessa maneira, ao analisar o capitalismo monopolista do século XX, o autor aponta duas de suas facetas que lançam luz sobre o processo que institui a dependência estrutural das economias latino-americanas, em alinhamento com a extração de renda da terra nas mesmas. Uma dessas facetas é a exportação de capitais das economias periféricas para as economias centrais. Segundo o teórico, essa dinâmica é a expressão da crise de valorização nos países centrais e a sua busca por maiores taxas de lucro, através da apropriação de mais-valia e renda da terra em países com custos menores da força de trabalho e de matérias-primas.

Contudo, Lênin (2008) elucidada que a busca por maiores taxas de lucro, em direção à periferia capitalista, é, também, acompanhada pela concentração do capital

---

<sup>19</sup> Por isso, para Marini a produção capitalista na América Latina teve origem a partir da extensão da circulação do capitalismo dominante, como parte de um processo dialético em que o externo internalizou-se para se exteriorizar, ou seja, desdobrar em outras tendências certamente contraditórias.

bancário, cada vez mais, determinante no processo produtivo. Como resultado desse processo, observa a formação de uma oligarquia financeira que cristalizou a monopolização de diferentes setores econômicos, sob a batuta do Estado, de modo que, passava a desempenhar papel central na concessão de crédito para grandes empresas, alavancando a formação de monopólios em setores econômicos estratégicos.

O autor mirava o processo de concentração e centralização de capital na gestação daquilo que se constituía como o monopólio, sem perder de vista a crescente articulação do capital bancário, em expansão, com o capital industrial, fusão que culmina na consolidação do capital financeiro, cuja fase superior se apresentará no século XXI, com o avanço da valorização do capital pela via financeira.

Atuando de forma combinada com a exportação de capital, a outra faceta apontada pelo estudioso, que assume a economia capitalista ao passar para a fase do capital financeiro monopolista, é a partilha do mundo entre grandes capitais. Para Lênin (2008), a característica própria do estágio mais avançado da concorrência intercapitalista entre os monopólios se desdobra na sujeição de economias periféricas abundantes em recursos naturais e força de trabalho. Essa integração territorial, ao destituir de poder as nações periféricas, as condiciona ao marco estrutural da dependência e determina o desenvolvimento do particular tipo de capitalismo *sui generis*, nas periferias mundiais.

Imbuídos dos pressupostos da teoria do Imperialismo, aquela elaborada por Lênin, é que teóricos latino-americanos, como Marini (2011), Bamberger (1970), Santos (2000), demonstraram o impacto da política de exportação de capitais para as então “colônias” do século XX, articulado com o processo de partilha do mundo durante a anexação colonial. Tal dinâmica recoloca uma função para a periferia latino-americana na divisão internacional do trabalho como locus por excelência da apropriação da terra-territórios, naquilo que Lênin (2008) definiu como apropriação dos recursos naturais.

Ao cumprir a função histórica legada à periferia capitalista latino-americana, em que pese o processo de avanço do desenvolvimento das forças produtivas em meados de 1970, é que alguns países na periferia capitalista vivenciaram processos de inserção tecnológica nas relações de produção, de forma a redimensionar a dinâmica da extração da renda da terra nesta fase de desenvolvimento capitalista.

Para Marini (2012) ao longo do desenvolvimento capitalista brasileiro uma característica foi sempre presente, consiste no pacto selado entre a burguesia

agroexportadora e a burguesia industrial, a fim de manter o controle político e econômico do país. Este pacto se traduz no que denominou de cooperação antagônica.

Foi a cooperação antagônica, nos termos do Marini (2012) que soldou as condições materiais de uma expansão industrial, sustentada pelo setor primário exportador, hegemônico na economia brasileira até os anos de 1930. Mesmo depois, essa indústria é beneficiada pelo conflito mundial. Contudo, nos anos de 1950 essa situação é alterada. Para ele, houve um elemento definidor nesta crise que marcou a cisão de complementaridade entre os setores da burguesia, que foi a remuneração do capital estrangeiro. Isto porque essa remuneração é coberta pelas exportações, mas as exportações estavam em crise.

A participação do capital estrangeiro interferia diretamente nas relações entre o setor industrial e o setor agroexportador, acentuando a dependência na qual a indústria se encontrava frente a este último, que, por sua vez era a fonte de divisas para a importação. Selada uma trégua momentânea outra contradição ganha centralidade, o país naquele momento, assim como hoje, não havia enfrentado a herança do período marcado pelo escravismo colonial. Nas palavras de Marini

Se considerarmos que, no período em que essa tendência se acentua (1955-1960), a taxa de expansão da produção agrícola para o mercado interno diminuiu (passando de 4,9%, entre 1947-1954, para 4,3% entre 1955 e 1960) ao mesmo tempo em que a taxa anual de crescimento industrial aumenta (de 8,8% para 10,4%, nos períodos considerados), conclui-se que a aceleração da transferência de rendimentos à produtividade urbana para o campo se deve, basicamente, à rigidez relativa da oferta de bens agrícolas frente a uma demanda urbana crescente (MARINI, 2010, p.84).

O aumento do investimento estrangeiro na indústria, mesmo diminuindo a fissura que se abrirá entre os interesses deste setor e do setor agroexportador, não suprime o fosso crescente para o mercado interno, pois este se via impedido por uma estrutura fundiária que mantinha na miséria grande parte das massas camponesas. O mercado interno defrontava então, com um problema real para a ampliação dos produtos industriais.

A grande questão que se colocava era o fato de que a estrutura fundiária abissalmente concentrada, ao impor a pobreza e miséria aos trabalhadores rurais, mantendo-os em condições de muito baixa produtividade, fazia com que toda a riqueza produzida no setor agrícola fosse apropriada por uma pequena quantidade de latifundiários por meio do arrendamento. A extração de renda fundiária, resultante dos

arrendamentos, garantia que, pelo simples fato de terem a propriedade da terra tivessem também a riqueza produzida nela, produzida pelos grandes contingentes de “deserdados” no campo.

Situação dramática, porque segundo Marini,

[...] sobretudo graças ao arrendamento da terra, a estrutura agrária brasileira permite a drenagem de toda a riqueza produzida no campo para uma minoria de grandes proprietários. Ainda mais grave, qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês” (MARINI, 2012, p.86).

A apropriação da renda da terra por poucos latifundiários acirra uma contradição já pungente na realidade dos trabalhadores do campo e da cidade. A expulsão dos trabalhadores rurais do campo contribuía para que o nível dos salários se mantivesse estacionário, em outras palavras, a estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários, fazia com que, de um lado as cidades contassem com uma ampla mão de obra desocupada, mantendo baixos salários, e por outro lado, à medida em que o campo esvaziava de trabalhadores, a agricultura diminuía sua produtividade e forçava o aumento dos preços agrícolas, aumentando o custo de vida nas cidades.

Tal contradição estava no cerne da política de governo das primeiras décadas dos anos de 1960. Do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, este cenário corresponde ao fim da etapa de industrialização substitutiva de bens de consumo não duráveis, dando início a outro momento da industrialização.

O segundo momento que se abre correspondente à necessidade de implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital. O esgotamento relativo da expansão da indústria leve no mercado interno, junto a dificuldade de importar os bens intermediários e os maquinários necessários, conduziu a nascente burguesia industrial a enfrentar a criação de uma indústria pesada.

Para que esta se viabilizasse, era necessário não apenas seguir a tendência de expansão do mercado para a indústria leve, o que demandou um montante ainda maior de capital. Foi também necessário aumentar as transferências de capital do setor exportador e instaurar barreiras alfandegárias que pudessem defender o mercado nacional.

Conforme aponta Marini (2012), é justamente nesse momento que os interesses da burguesia colidem com o setor latifundiário, estes já articulados aos interesses dos trustes internacionais, integrados nas economias dependentes, pelas atividades de importação e exportação. Essa situação coloca para as burguesias latino-americanas o contexto em que “[...] topam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar este setor” (MARINI, 2012, p.60).

As mudanças que ocorrem, decorrentes destas transformações no processo de acumulação de capital, se tornaram visíveis na América Latina no momento em que, segundo Marini (2012, p.59) “reorganizado o mercado mundial pela hegemonia dos Estados Unidos, o imperialismo afirma sua tendência à integração dos sistemas de produção”.

A saída encontrada pela burguesia dos países subdesenvolvidos, articulada ao imperialismo norte-americano foi a ruptura do que Marini (2012) chamou de cooperação antagônica. A ruptura das relações que selavam esse pacto levou a expansão industrial estruturada, sobretudo, na intensificação do investimento estrangeiro com introdução massiva do aparato tecnológico. E o fez em resposta a aquela contradição encerrada na crise do setor de exportação brasileiro, expressa internamente pela impossibilidade do desenvolvimento capitalista nos moldes em que se dava até então.

A questão agrária no Brasil condensava as contradições do desenvolvimento capitalista nas suas configurações naquele momento. Se de um lado a agricultura expressava o tentáculo externo no mercado mundial, que deveria aumentar sua capacidade produtiva voltada a exportação, gerando excedentes econômicos necessários ao processo de industrialização interno. Por outro lado, como elemento interno, a agricultura estruturada em um regime fundiário de base monocultora e latifundiária, expulsava do campo um contingente cada vez maior de pessoas, diminuindo a oferta de gêneros alimentícios, requerido pelo crescimento dos centros urbanos.

A esta contradição constitutiva do capitalismo dependente, não há saída pela reforma agrária tal qual fizera a burguesia dos países centrais, isto se deve ao caráter da burguesia agroexportadora, que tem em sua matriz constitutiva o latifúndio e uma grande massa de trabalhadores sem terra a disposição, como sendo a essência da pujança deste setor. A impossibilidade de uma reforma agrária fica explícita com o

restabelecimento da aliança entre a burguesia e o setor agroexportador, consolidando uma estrutura agrária que deve permanecer intocável, cujo único horizonte é a intensificação da inserção de capital no campo com o objetivo de incrementar a acumulação capitalista na agricultura a partir da superexploração das massas camponesas.

A subordinação da burguesia brasileira à integração imperialista, demarca o momento em que a reforma agrária sai de cena como pauta política do nacional-desenvolvimentismo e dá lugar ao que ficou conhecido como a industrialização no campo, cujo protagonista foi o capital estrangeiro. O resultado das transformações movidas aí é o alinhamento radical do setor agroexportador com o capital estrangeiro, determinando os rumos da agricultura brasileira e de seu processo de modernização tecnológica<sup>20</sup>.

Tal integração põe fim ao projeto de industrialização nas economias latino-americanas, e dá início a um novo padrão exportador de reprodução do capital a partir dos anos de 1970, caracterizado pela especialização produtiva<sup>21</sup>. Ainda que este apresente diferenças substanciais em relação ao padrão agromineiro-exportador, que prevaleceu entre meados do século XIX à início do século XX, dado o maior grau de elaboração de alguns bens exportados, esse novo padrão, que se coloca a partir da década de 1970, apresenta semelhanças com o anterior, justamente por expressar uma continuação no que tange ao peso do setor agroexportador, ao qual se somam agora alguns bens secundários.

Para Osório (2012) esse último modelo exportador é o que prevaleceu no Brasil, e nas demais economias na América Latina. Nos interessa elucidar como este modelo implicou o acirramento da questão agrária, ao aprofundar a tendência de composição do mercado interno e sua produção voltada ao mercado externo cuja consequência foi uma maior dinamização da economia, sem, contudo, inserir frações da classe trabalhadora ao consumo como elemento dinâmico na realização da mais-

---

<sup>20</sup> O capital estrangeiro ocioso que buscava se valorizar por meio da disponibilidade de créditos aos países dependentes encontra no setor agroindustrial uma via de investimento. Com a agroindústria canavieira não foi diferente, o endividamento deste setor tem início no período da ditadura militar (1964-1985) e seguiu a ampliação da dívida externa brasileira, baseada em capitais financeiros internacionais.

<sup>21</sup> Salientamos que existem particularidades e diferenças entre os países da região no que tange a conformação do novo padrão de exportação em cada economia, em relação ao produto exportado, aos mercados aos quais se dirigem e as consequências que provocam no plano interno. Contudo, seguem a mesma pauta de exportação assentada majoritariamente em *commodities* agrícolas e minerais. Nesta tese tomamos o Brasil como o exemplo a ser elucidado. Para esclarecimentos sobre as particularidades ver melhor em Osório (2012).

valia, e aprofundando o declínio dos salários. O quadro que se monta nessa conjuntura, sustenta a transferência de valor para os centros imperialistas, a partir do mecanismo da superexploração. Evidencia-se aí a superexploração tanto como mecanismo que sustenta tais transferências, como recurso para o capital que opera na região enfrentar a concorrência nos mercados internacionais.

A situação originada no imperialismo clássico, complexificada ao longo do desenvolvimento posterior àquele que mirava Lênin, foi objeto de estudo de outro autor marxista, Ernest Mandel (1982). Para ele, as transformações assumidas pelo capitalismo no pós-guerra, de acordo com as leis básicas de movimento do capitalismo apontadas por Karl Marx, conformavam o que ele definia como o capitalismo tardio. Posto isso, demonstra como as velhas características do imperialismo clássico reaparecem com novas roupagens. São essas contribuições, no campo da teoria marxista, que nos ajudam a pensar a complexidade da relação capital-trabalho no século XXI.

A complexificação das contradições do capitalismo pós-guerra resultam na imposição de uma nova divisão internacional do trabalho nos anos de 1970, expresso na agudização de duas contradições: 1- relançamento para a periferia capitalista de um padrão exportador de especialização produtiva; 2- o trabalhador como fonte de lucros extraordinários.

Num primeiro plano, as contradições expressaram o restabelecimento de formas de dependência que, na visão de Marini, estariam equacionadas desde final do século XIX. Contudo, após 1980, corporificam novas formas.

O segundo aspecto resultante dos novos termos que passa reger a Divisão Internacional do Trabalho, relançada no processo de mundialização do capital que segue após as décadas de 1970 e 1980, opera, no nível do estabelecimento da lei do valor, em uma economia globalizada.

Mandel (1982), ao tratar do neocolonialismo e da troca desigual- momento em que no livro “Capitalismo Tardio” recupera de forma contundente o debate da teoria marxista da dependência- reforça o caráter tendencial da acentuação do desenvolvimento desigual e combinado como processo inerente ao metabolismo do capital. Nas palavras do autor:

O neocolonialismo, ou neoimperialismo, não muda essa diferença de desenvolvimento ou produtividade, assim como não elimina, de maneira alguma, a “troca desigual”. Ao contrário, as fontes da exploração imperialista metropolitana das semicolônias hoje fluem com mais abundância do que nunca. Houve apenas uma dupla mudança de forma: em primeiro lugar, a

distribuição dos superlucros coloniais iniciou um declínio relativo da transferência do valor como meio da “troca desigual”; em segundo lugar, a divisão internacional do trabalho dirige-se lentamente para a troca de bens industriais leves por máquinas, equipamentos e veículos, além da troca desigual “clássica” entre gêneros alimentícios e matérias-primas por bens de consumo industrializados. Mas, em última instância, na transferência de valor não está vinculada a nenhum grau específico de industrialização, mas à diferença entre os respectivos graus de acumulação de capital, de produtividade do trabalho e da taxa de mais-valia. (MANDEL, 1982, p.259)

No mundo globalizado, a produção mundial passaria a se caracterizar por uma homogeneização de capital fixo (trabalho morto) e capital circulante, sendo este o traço distintivo do capital no pós-guerra em 1970. Desse modo, ao criar condições para a sucessão das barreiras que fragmentava o mercado mundial, emperrando o fluxo de reprodução ampliada do capital, a homogeneização do processo produtivo marca uma nova fase de produção e circulação de mercadorias, na qual a lei do valor opera em pleno estabelecimento.

A questão central, que se coloca acerca desse debate, subjaz ao fato de que a dissolução progressiva das fronteiras nacionais e o incremento da produção voltada às necessidades de mercados consumidores, implicam na intensificação da concorrência entre: grandes empresas; e uma constante busca para incrementar a taxa de lucro.

A consequência é a utilização de procedimentos e mecanismos para obtenção de lucro mais elevado. Dada à necessidade de recorrer às novas formas de redução de gastos, de circulação e descentralização produtiva que resultaram não só na expansão da difusão tecnológica, especialmente em relação ao uso de métodos diretos de produção.

A resultante desse processo é a homogeneização no processo produtivo e a equalização da produtividade e da intensidade do trabalho, no qual o mercado mundial, nos setores mais integrados, tende a nivelar os valores e a suprimir as diferenças entre os países que afetam a vigência do valor a partir da diferenciação de preços no mercado internacional (segredo do intercâmbio desigual, segundo Marini).

A outra face desse processo é a contrapartida necessária, que é a importância do trabalhador enquanto fonte de lucros extraordinários. Paradoxalmente, por um lado, a introdução de novas tecnologias resulta na expulsão do capital variável (trabalho vivo); de outro lado, mantém-se o elemento fundamental da reprodução ampliada do capital, a extensão do trabalho não pago. Na busca por esse trabalho não pago, é que se lança mão de mecanismos, tais como: a intensificação do trabalho, o aumento da

jornada de trabalho, o rebaixamento dos salários abaixo do valor real da força de trabalho. Esses mecanismos constituem uma das dimensões do que Marini (2011) denomina de superexploração do trabalho.

Essas determinações estruturais e conjunturais conformam a unidade dialética como seu fundamento no capitalismo contemporâneo. Na medida em que acentuam, tanto as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no plano mundial, como também, intensificam a lógica mesma do desenvolvimento desigual e combinado entre nações de distintas composições orgânicas de capital, culminando no processo cuja apropriação do valor produzido, dar-se-á, em parte, fora dos territórios.

No caso da economia brasileira, a concentração e centralização de capitais culminou na territorialização por todo o espaço produtivo no campo: de grandes grupos empresariais, que intensificaram as disputas entre si e demarcaram novas dinâmicas, no tocante à subordinação/dominação do trabalho. Isso resultou em um movimento intenso de expulsão da força de trabalho do campo para as cidades.

É importante salientar que articulada às transformações territoriais ocorre uma superposição ou mesmo a disputa direta entre frações da burguesia agroexportadora, com destaque para os investimentos na atividade agroindustrial canavieira. O cenário em que as frações do capital no território em disputa (intra e intercapital), com participação crescente de grupos estrangeiros, expressa não apenas um novo redimensionamento do espaço agrário no Brasil, mas cristalizam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis do país, e também sobre as terras com maior incidência de disponibilização de água do subsolo.

É neste cenário que se enreda o movimento contraditório que revela e refaz os sentidos e os significados do universo do trabalho nas economias dependentes no fluxo das transformações do capitalismo contemporâneo, explicitado por Marini (2012) pela superexploração da força de trabalho.

Para prosseguir nossa análise sobre a superexploração e sua determinação na dinâmica constitutiva da questão agrária na economia dependente, é necessário esclarecer uma mediação teórica essencial se quisermos repensar o protagonista político no século XXI da questão agrária, referimo-nos à transferência de valor.

Temos colocada de manifesto (capítulo 1) como Marx nas seções iniciais do livro III demonstra como ocorrem transferências de valor entre capitais individuais, entre diferentes ramos econômicos e entre diferentes setores da produção. Entretanto, a partir de Carcanholo (1981), vimos que, devido os distintos níveis de abstração em

que Marx trabalhava, não é a mesma coisa o conteúdo da transferência de valor (opera entre economias que produzem mercadorias sob a égide de uma especialização produtiva, marcada pelo desenvolvimento desigual). Visto a conformação da Divisão Internacional do Trabalho entre o centro capitalista e a periferia, como bem discorre Lênin (2008).

No caso dos países imperialistas, as transferências de valor resultam da obtenção de mais-valia extraordinária, apropriada a custa de outros capitais. Ela é limitada pelo mecanismo de compensação da taxa de lucro. Contudo, no caso das economias subordinadas ao imperialismo, a transferência de valor/riqueza opera, destas, em direção às economias centrais.

Segundo Marini (2011, p.29), esse mecanismo se dá “via preços, que vai além daquela que corresponderia estritamente aos mecanismos de nivelamento da taxa de lucro e que, em vez disso, os violam”. Esse é um ponto importantíssimo, pois Marini mostra que as transferências de valor via preço operam entre economias que se especializaram na produção de distintas mercadorias. Por outro lado, os valores de uso não se dão do mesmo modo.

Este é o elemento de particularidade, uma vez que, existe, no caso das economias dependentes, uma não similaridade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado que se observa entre as distintas esferas da produção. Dessa forma, essas economias não são afetadas da mesma maneira pelos mecanismos de formação da taxa de lucro. Essa observação leva Marini a requerer uma categoria que seja capaz de expressar tal particularidade. Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho expressa a lógica da transferência de valor como uma de suas faces.

Feitas as mediações sobre a discussão da superexploração, no âmbito da economia política, buscamos, neste item, apontar como o debate marxista, sobre a transferência de valor, encontra, nos intelectuais fundadores da teoria marxista da dependência, o arcabouço teórico que explicita o sentido da questão agrária na América Latina. Vale ressaltar, que ela figurou, historicamente, como o tentáculo do imperialismo na determinação da dependência histórico-estrutural no território.

A superexploração elucidada não só o caráter da desigualdade social estruturado pelo monopólio da terra, ao passo em que também elucidada o caráter de classe no capitalismo dependente. No item a seguir, passamos para a discussão da superexploração como uma realidade concreta no bojo do período em que vivemos o maior fluxo migratório da história do Brasil, os idos anos de 1970.

Neste cenário, o histórico mecanismo de transferência de valor das economias dependentes para os centros imperialistas, no movimento concreto da economia mundial, encontra na dinâmica de extração e apropriação de renda da terra fora do território latino-americano um dos mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Ainda que os fundadores da teoria marxista da dependência tenham se concentrado em duas principais formas de transferências de valor: a deterioração dos termos de intercâmbio no comércio mundial e as remessas de lucros e dividendos, a apropriação da renda da terra, segue operando como uma das principais formas de transferência de valor. Para Luce (2018) havia um motivo.

Primava a preocupação de demonstrar, na crítica à teoria do desenvolvimento da Cepal, bem como às organizações políticas que tomavam postulados correlatos, que por trás de preços deprimidos havia a relação do valor, e que diante do processo de industrialização, concebido como a solução por excelência para o subdesenvolvimento e a dependência, antepunham-se limites, sobretudo a partir da conjuntura marcada pela integração dos sistemas de produção, sob a égide das relações imperialistas (...). Entendendo a TMD como uma teoria em construção, conforme colocou o próprio Marini no Posfácio de *Dialética*... cabe a seus continuadores no presente aprofundar o conhecimento dos nexos à espera de novas investigações, com base em seus programas de pesquisa (LUCE, 2018, p.49-50).

Nesta tese, há apenas uma primeira aproximação ao tema da renda da terra e da superexploração da força de trabalho, dado o caráter pantanoso de todas essas questões. Todavia, reconhecemos a importância e relevância do tema para os estudos sobre a questão agrária, justificando nosso atrevimento em tratá-lo. Seguindo essa linha, para Luce (2018) é possível dizer que “a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais das economias dependentes, constitui uma quarta modalidade de transferência de valor, como intercâmbio desigual” (Luce, 2018, p.68).

Sendo a renda diferencial uma expressão de parte da mais-valia, não constitui em si valor, é somente com sua transformação em riqueza capitalista que faz dela produto de valor, convertendo-se em mais-dinheiro, na metamorfose em que a renda se transforma em preço. O exemplo da mercadoria cana-de-açúcar, assim como o café, são riquezas extraídas do cultivo do solo, portanto, portadora de um determinado *quantum* de renda da terra.

Quando os grandes grupos monopólicos, que detêm empresas de exportação da cana-de-açúcar, por exemplo, determinam o preço que pagarão pelos produtos primários, ao que parece, estão ampliando a parcela de renda da terra de que se

apropriam em detrimento da fração da burguesia agrária vinculada à produção destas mesmas mercadorias.

A partir da mecânica dos preços de produção, a renda da terra opera nas economias dependentes latino-americanas como uma via de transferência de valor para os impérios capitalistas.

As multinacionais responsáveis pelo monopólio do processo produtivo, muito mais presente na economia brasileira a partir dos anos de 1970, em que *commodities* agrícolas e minerais são extraídas, apropriam-se de grande parte deste mais-valor que se realizará fora da economia dependente (MARINI, 2011).

Por certo, a fração da burguesia agrária vinculada ao setor produtivo encontrará meios de compensar suas perdas, tenderá a lançar mão do mecanismo de compensação que é a superexploração da força de trabalho. Por isso, viemos até aqui articulando a discussão da superexploração da força de trabalho ao longo do desenvolvimento capitalista na economia dependente brasileira. No qual, o padrão de reprodução do capital, sempre contou com a pujança do setor agroexportador às custas da extração de renda da terra, seja no padrão de reprodução agromineiro-exportador, seja no atual novo padrão exportador de especialização produtiva.

No item seguinte observaremos como o processo de extração da renda da terra, enquanto uma forma de apropriação da mais-valia extraída das massas trabalhadoras, figura como um dos elementos estruturantes da superexploração da força de trabalho, mas principalmente lança luz para pensarmos. Nosso pressuposto é que o estudo da categoria analítica renda da terra elucida esta mediação.

## **2.4 A Renda da Terra e a Questão Agrária no Capitalismo Dependente**

Em diálogo com Marx (2017), temos colocado como a discussão da renda da terra está no bojo do processo de extração de riqueza capitalista, assentado no monopólio da terra. Por certo, seu monopólio precedeu o atual modo de produção, inclusive pelas distintas e variadas formas de posse e uso existentes nas comunidades ancestrais.

Os interesses antagônicos acirrados pela metamorfose em que terra e trabalho emergem, como mercadorias passíveis de compra e venda, tem no seu verso a consolidação de distintas classes sociais. Para Marx (2017) esses interesses antagônicos resultam da disputa entre as distintas classes sociais: os capitalistas, os

trabalhadores e os latifundiários. Nesse sentido, a discussão da renda da terra aparece em Marx (2017) como a discussão da questão agrária, mesmo que não nesses termos, vez que, tratava-se para ele da luta de classes.

Nesta tese, tomamos o debate categorial acerca da renda da terra como determinante na discussão da questão agrária. Para nós cumpre esse papel porque elucida dois conjuntos de questões: 1) a industrialização no âmbito do capitalismo dependente; 2) a superexploração da força de trabalho.

Ao dizer que a discussão sobre o tema da industrialização, integra uma das dimensões do debate sobre a questão agrária, referimo-nos a interpretação do desenvolvimento desigual e combinado e as rivalidades imperialistas, em que a renda da terra elucidava as relações capitalistas de produção instituídas, tanto no campo quanto na cidade.

A noção de questão agrária, figura desde o fim do século XIX, como uma discussão central na economia política marxista. Adquirindo contornos sociais e econômicos circunscritos nas limitações políticas e ideológicas da Europa do virar do século. Foi com base em uma geração anterior de autores do pensamento social<sup>22</sup>, que o debate da questão agrária evoluiu no que se refere ao tema do atraso, tendo a industrialização como sua única solução. Que a industrialização seja necessária ao avanço da humanidade, não resta dúvidas, mas não em quaisquer termos e, certamente, não nos termos militaristas do capitalismo monopolista.

O ponto que queremos explorar é, com base no debate da questão agrária desde a elaboração marxista de renda da terra, como esta discussão em uma geração de teóricos posterior à cepa de intelectuais que consolidou o debate clássico da questão agrária, deságua no debate da dependência latino-americana posta pela realidade concreta da superexploração da força de trabalho.

Sem, contudo, desprezar o lapso temporal que separa os desafios enfrentados pela geração primeira dos teóricos da questão agrária, (e que mais tarde imputaram o status de clássica) como em Lênin (2008), Kautsky (1980), no contexto do imperialismo dominado por monopólios corporativos, pelo capital financeiro e o militarismo do final do século XIX, e, os estudiosos da teoria marxista da dependência no chão histórico da América Latina e Caribe do século seguinte. O que queremos enfatizar é que estes

---

<sup>22</sup> Estamos nos referindo ao debate clássico da questão agrária em Vladimir Lênin (2008) e Karl Kautsky (1980) Rosa Luxemburgo (1918)

desafios não amadureceram simultaneamente, muito menos eram idênticos; contudo, se desenvolvem num contínuo dialético, no qual a discussão da questão agrária, soma-se à aquela característica que demarca a particularidade do capitalismo na periferia latino-americana, a superexploração da força de trabalho.

No século XX emerge no bojo do pensamento crítico-revolucionário latino-americano e caribenho, num contexto em que as dimensões políticas, sociais e econômicas da questão agrária, são reestruturadas no marco do processo de luta contra o imperialismo, cuja robustez do debate resulta da incorporação das contradições e da natureza do capitalismo dependente.

A principal resultante do debate da questão agrária desde o prisma metodológico da dependência latino-americana, foi incorporar a industrialização, sem se render a ela, como observa Marini (2012)

O processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas (MARINI, 2012, p.67).

Ainda, é preciso esclarecer um aspecto metodológico. Quando elegemos os teóricos que compuseram a teoria marxista da dependência, não desconsideramos o debate profundo sobre as alternativas políticas e econômicas para a América Latina no seio das Ciências Sociais em meados dos anos 1950 e 1960. Em geral, já se reconhecia a relevância do método marxiano para a análise da dependência, com distintos enfoques metodológicos. Foi a diversidade teórica que caracterizou os debates sobre o desenvolvimento da dependência no pensamento crítico latino-americano. Nesta exposição não traremos essa variedade de contribuições às discussões da dependência, assim, nos interessa apenas os elementos mais gerais compartilhados pelos autores, que subsidiaram o caldo teórico em que emerge a teoria marxista da dependência.

Dois processos contraditórios perpassavam os caminhos nos quais se desenvolvia as Ciências Sociais latino-americanas em meados de 1960. De um lado, o impacto causado pela revolução Cubana, cujo efeito foi aprofundar as contradições teórica e política das teses do marxismo ortodoxo. Abrindo então, espaço para novas reflexões sobre a realidade latino-americana desde o marxismo. Por outro lado, resulta

do movimento crescente de integração dos processos produtivos das economias da região com o capital estrangeiro desde os anos de 1950. No plano teórico, isto implicou em uma crise da teoria desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Para Osório (2012) a crise na teoria desenvolvimentista resultará em fissuras teóricas em seu interior, que radicalizará a noção de dependência por outros autores que discutiam a dependência desde o prisma marxista.

De maneira mais geral, esses dois processos exigiam tanto no plano teórico como no plano político a construção de alternativas para a crise latino-americana, sendo assim, a polêmica em torno do debate da dependência pode ser sintetizada pelo esforço contínuo de construção em torno de uma proposta teórica que se afastasse do referencial desenvolvimentista, que embalava as discussões em torno da dependência. Nesse sentido Osório (2004) aponta que as divergências foram exacerbadas sobretudo depois da publicação de *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini em 1973.

O debate que emergia das elaborações dos teóricos da vertente marxista da dependência, centrava-se em dois conjuntos de questões: 1- a apreensão das contradições e da natureza do capitalismo dependente no pós-guerra, mas também, 2- elaboraram os fundamentos para a orientação tático-estratégica para os movimentos revolucionários da região, frente aos duros erros programáticos sofridos pela esquerda anteriormente. São essas condições específicas que nos permitem eleger metodologicamente a teoria marxista da dependência, como o tentáculo que possibilita conectar a discussão da questão agrária no pós-guerra à luta de classes no capitalismo dependente latino-americano, a partir da realidade concreta marcada pela superexploração da força de trabalho.

Por outras palavras, Marini (1976) em um artigo intitulado “Reforma agrária na América Latina” explica qual a grande implicação deste postulado.

Nisto reside um fator determinante dos baixos salários urbanos e da concentração de renda em favor dos capitalistas, que acabariam tornando inútil a reforma agrária, do ponto de vista da criação de um mercado interno. Tudo isso, que expressou uma complementaridade de interesses entre a burguesia e os proprietários de terras, e não uma contradição fundamental, resultou na participação conjunta das duas classes no poder. O latifúndio causou migrações rurais e forneceu à indústria força de trabalho abundante e barata (MARINI, 1976)<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/281\\_reforma\\_agraria.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/281_reforma_agraria.html)

Essa é uma discussão absolutamente imprescindível, porque clareia a natureza das reformas agrárias desde a especificidade da formação sócio-histórica dos territórios. Para ele não há dúvida.

As reformas agrárias nascem, portanto, sempre da dinâmica das classes exploradas. Por outro lado, não é a burguesia forte que faz a reforma agrária, mas a burguesia fraca, incapaz de resistir à pressão (Chile) e até contra a antiga oligarquia (México) [...] em países onde a burguesia é forte, como Argentina e Brasil, tornou-se forte sem reforma agrária e hoje se opõe fortemente a ela. Houve até o caso do México, onde o fortalecimento da burguesia levou não ao aprofundamento da reforma, mas à contra-reforma. Isso se deve às características da industrialização latino-americana, que separa a estrutura produtiva das necessidades de consumo das amplas massas e as torna inúteis do ponto de vista da criação de demanda; Isso leva ao problema do mercado interno, assumindo, no capitalismo latino-americano, um caráter muito especial. (MARINI, R. 1976, p. 14).<sup>24</sup>

No Brasil, o cativo da senzala, nos termos de Mauro Maestri, demarcou a impossibilidade do acesso à terra pelas massas trabalhadoras, muito antes da constituição da economia dependente. E esta é uma ponderação importante, porque clareia a natureza das reformas agrárias onde ocorreram na América Latina como no México, Cuba e Nicarágua. A correlação de forças estabelecida entre as classes nos distintos processos caracterizou a intensidade e radicalidade daquelas reformas mas todas tinham como elemento comum o fato de serem resultado de um processo revolucionário, a terra portanto, é na América Latina o palco da luta de classes. O Brasil não foge à regra, como bem demonstra Clóvis Moura (2000) em sua análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para o autor as lutas empreendidas pelo movimento seriam a síntese histórica da luta de classes iniciadas ainda em Canudos, em sua visão aquele movimento seria “a Fênix renascida” que persiste no horizonte revolucionário das massas expropriadas.

Nesta perspectiva, resgatamos neste capítulo, a teoria marxista da renda da terra, como determinante no debate da questão agrária no capitalismo dependente. Isto porque “revela a articulação íntima entre essa forma de renda e o lucro do ponto de vista do modo de produção capitalista. Mas nas formações sócio-históricas a articulação entre o latifundiário e o capitalista tem uma conotação específica”<sup>25</sup> (MARINI, 1976, p.21), o que nos requisitou lançar mão da categoria transferência de valor, inicialmente, de modo a tratá-la tal qual se referiu Marini (1976), como uma face da superexploração da força de trabalho.

---

<sup>24</sup> Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/281\\_reforma\\_agraria.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/281_reforma_agraria.html)

<sup>25</sup> Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/281\\_reforma\\_agraria.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/281_reforma_agraria.html)

Sendo a superexploração um determinante estrutural que assume, em cada conjuntura histórica, configuração particular, conferindo forma-conteúdo específico à reprodução do capitalismo dependente, quais seriam os impactos da forma-conteúdo que essa superexploração assume nas últimas duas décadas, com a territorialização do capital financeiro monopolista, expresso no movimento de apropriação de terras? No capítulo seguinte, buscaremos as pistas que elucidam tal problemática.

### **CAPÍTULO III - SOB A MOLDURA IDEOLÓGICA DO AGRONEGÓCIO: A RELAÇÃO ENTRE A APROPRIAÇÃO DE TERRAS E A FINANCEIRIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA ESTEIRA DO CONFLITO CAPITAL E TRABALHO**

Nas últimas duas décadas, a apropriação de terras pelo capital transnacional tornou-se uma prática comum e generalizada na América Latina, Caribe e África Subsaariana<sup>26</sup>. As teses que justificam esse fenômeno<sup>27</sup> têm argumentado que os investimentos em terras são impulsionados pela busca dos abundantes, mas finitos, recursos naturais nestas regiões. Neste capítulo, argumentamos que no caso do Brasil, esta explicação se enreda numa moldura ideológica tecida pelas amarras do agronegócio, uma vez que, o mero fato de ser um território abundante em raros recursos naturais, não pode assegurar a transferência de suas terras para investidores estrangeiros, como se fosse uma maldição natural. Em contraste, o aprofundamento na região do novo padrão de acumulação capitalista (OSÓRIO, 2012), assentado na especialização produtiva e o aprofundamento sem precedentes, da superexploração da força de trabalho, parece ser a chave explicativa da pilhagem e expropriação em curso neste padrão de acumulação do capital nos territórios assinalados.

Nosso objetivo, será elucidar os mecanismos instituídos no bojo das transformações do novo padrão exportador de especialização no Brasil - vide agronegócio - para se apropriar da mais-valia/riqueza socialmente produzida, de modo a explicitar o cenário sob o qual se dá o aprofundamento da superexploração e o protagonismo da dinâmica atual de extração da renda da terra.

Ao que parece, a dinâmica de apropriação de terras na América Latina é resultante da radicalização da dependência sob a crise estrutural do capital, o que implica, necessariamente, no aprofundamento da superexploração da força de trabalho, a qual se reconfigura, ao longo da trajetória histórica da América Latina, na expansão da nossa miséria e da desigualdade imensa que conduzem as relações sociais neste território. Para entendermos esta dimensão da realidade social que se desenha no bojo de tais contradições é necessário uma elaboração teórica que

---

<sup>26</sup> Muitos pesquisadores têm se debruçado nesta temática desde a perspectiva do “Sul Global”, ou seja desde a periferia capitalista. Em nossa análise não trataremos da África. Ver melhor em interessante estudo [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements\\_fernandes-2013.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf).

<sup>27</sup> Sobre o discussão da apropriação de terras global no século XXI ver melhor em Saskia Sassen “Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global” (2016).

ultrapasse a fragmentação da realidade e a tome numa perspectiva de totalidade, como temos afirmado.

Compreender o debate sobre a terra e a questão agrária, mais do que nunca, exige um movimento nesse sentido, o de ultrapassar a fragmentação imposta pela dominação ideológica burguesa, que se desenrola desde uma perspectiva de afirmação abstrata de um desenvolvimento e modernização - que buscava ocultar a realidade agrário-exportadora do país, suas contradições, sua condição de expressão máxima da dependência e subserviência externa - passando pela afirmação aberta do “agro” como centro do que se concebe por desenvolvimento, que igualmente é fetichista e oculta o aprofundamento da dependência estrutural e a expansão exponencial das contradições que dela se desdobram.

O pacto das classes dominantes na construção do subdesenvolvimento na América Latina, e particularmente, no Brasil, como mostrou Fernandes (2013) e Marini (2012) é atualizado nas suas formas à medida que as contradições do modo de produção capitalista e sua dinâmica desigual e combinada (MANDEL, 1982) se acirram. Aqui é importante salientar que as relações contraditórias que se desenvolvem no capitalismo dependente têm os Estados como estruturas fundamentais para a realização das demandas da classe dominante, sendo o seu locus de poder e privilégio às custas do suor e do sangue da classe trabalhadora.

Assim, antes de avançar para a elaboração sobre a dinâmica da questão agrária na atualidade, assinalamos aqui alguns aspectos gerais sobre o Estado na sociedade burguesa, de modo que possamos, adiante, explicitar as conexões indispensáveis entre a atuação do Estado brasileiro na manutenção da dominação de classes e suas intervenções para a reprodução de um modelo econômico, cuja síntese só pode ser o acirramento da histórica questão agrária e da superexploração da classe trabalhadora.

### **3.1 Preâmbulo histórico à discussão do agronegócio: a construção ideológica de um conceito**

Após a crise mundial de 2008, surgiram preocupações sobre o fenômeno mundial de apropriação-captura de enormes porções de terras em países na periferia capitalista. Na América Latina, principalmente, com o relatório regional elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (Borras et al;

2011), esse fenômeno se tornou um tema de discussões entre pesquisadores que versam sobre a questão agrária e sua face contemporânea expressa pelo agronegócio. Neste capítulo dialogamos, principalmente, com estudos elaborados por Clements; Fernandes (2013), Flexor e Leite (2017), Fábio Teixeira Pitta (2018), Sauer e Leite (2012), Fernando Michelotti; Hipólita Siqueira (2017), aos quais nos valemos de suas pesquisas sobre a corrida mundial por terras. São estas pesquisas que nos permitiram mirar um dos tentáculos de estruturação do agronegócio brasileiro no século XXI: a expansão do território agricultável (a dita fronteira agrícola) sob domínio do capital financeiro monopolista.

A publicação do relatório do Banco Mundial (2010) endossa a acelerada apropriação de terras no mundo. Ao ganhar notoriedade o relatório torna de amplo conhecimento denúncias e publicações de organizações não governamentais sobre apropriações de terras no que denominou-se chamar de *land grabbing* ou mesmo *acaparamiento de tierras*<sup>28</sup>. Para Castro; Hershaw; Sauer (2017), a simples tradução para estrangeirização de terras acarreta alguns limites, não apenas por problemas semânticos, mas sobretudo pela disputa dos sentidos políticos e ideológicos envolvidos diante da complexidade do fenômeno, como bem apontam:

Na corrida do capital pela aquisição de áreas, o termo “land grabbing” foi traduzido como “estrangeirização de terras”. No entanto, devemos entender que faz parte de processos mais amplos de internacionalização, pois não se reduz a operações de compra e arrendamento de glebas por estrangeiros. São processos de apropriação por uma série de iniciativas e mecanismos, que vão de investimentos (compra, leasing, arrendamentos, etc.) por estrangeiros a mudanças legais que rompem as fronteiras nacionais [...] Essas transações e mecanismos titularizam direitos em favor de pessoas (físicas e/ou jurídicas) estrangeiras ou abrem possibilidades (flexibilizam leis e normas, criação de mecanismos de ‘preservação’, etc.) de apropriação da terra e dos frutos da terra (ou da renda fundiária) que transcendem ou rompem as barreiras nacionais. O fenômeno foi traduzido por “estrangeirização” no Brasil (CASTRO; HERSHAW; SAUER; 2017 p.75).

Nessa perspectiva, o conceito *acaparamiento de tierras* encontra como melhor tradução o termo apropriação de terras, diretamente relacionado aos conceitos de acumulação e expropriação/espoliação não apenas de terras, mas também dos recursos naturais que aquelas contêm (água, minérios, biodiversidade).

---

<sup>28</sup> Dados compilados a partir do relatório do Banco Mundial por Flexor e Leite (2017) apontam que parece haver uma demanda crescente global por terras desde 2008. “Antes de 2008, a transferência de terras usadas para cultivo era cerca de quatro milhões por ano. Em contraste, entre outubro de 2008 e agosto de 2009, mais de 45 milhões de hectares foram comercializados, 75% dos quais apenas na África, e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e na Argentina.

Em consonância com essa perspectiva, Borrás Jr et al. (2013) argumentam em importante artigo intitulado “Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina” que o acaparamiento envolve três fatores inter-relacionados: a concentração do controle da terra, que permite mudanças nas formas de uso e no seu significado - fenômeno relacional e político, expressão de relações de poder; transferência de controle em grande escala - não tanto em termos de área física, mas de capital envolvido; vinculação aos imperativos da acumulação de capital - especialmente dos novos centros de acumulação no âmbito de blocos tais como BRICS, e a centralidade da China no mesmo.

Com essa definição mais abrangente, esses autores discutem que o acaparamiento de terras na América Latina não se resume à apropriação de terras por capitais e Estados estrangeiros, chamando atenção para o papel de capitais e Estados nacionais intraregionais, ou seja, a apropriação de terras por empresas (trans) latinoamericanas que atuam direta ou indiretamente, inclusive com aporte financeiro e legitimação<sup>29</sup>. Abordando a dominação da terra em termos de controle político, não restringem a análise aos processos de compra/expropriação, incluindo inúmeros outros mecanismos como arrendamentos de curto e longo prazo, contratos e joint ventures, o que significa que, além da expulsão de produtores locais, existem outras formas de subordinação em curso. Por fim, sugerem que o acaparamiento não ocorre exclusivamente no setor alimentar, e nem, como resposta exclusiva aos aumentos dos preços desses produtos, envolvendo diversos setores agrícolas e não-agrícolas e mecanismos mais complexos de vinculação à especulação financeira. Ao que parece, a autovalorização do capital, ou seja, sua valorização fictícia, tende a se volatilizar muito rápido, caso perca totalmente o lastro com o mundo da produção.

Neste caso, o domínio sobre a terra, expresso na apropriação da mesma, funciona como componente ressignificado, porém decisivo, para acumulação capitalista neste século, cuja corrida pelo desenvolvimento tecnológico entre nações imperialistas, se faz absolutamente dependente dos recursos naturais, os quais se encontram em abundância no continente latino-americano.

---

<sup>29</sup> O tema das apropriações de terras na América Latina por frações do capital financeiro (Trans) regional tem sido abordado por importantes pesquisas, ver melhor com Cecilia Vuyk (2013) “Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual”. Tal perspectiva de análise recoloca o tema da questão agrária na periferia latino-americana articulado a questão do imperialismo na atualidade.

Mônica Bruckmann (2011), em sua pesquisa sobre a financeirização dos recursos naturais, demonstra a escassez nos Estados Unidos (EUA), destes recursos minerais frente à apropriação dos mesmos na América latina. Para isso, divide-os em categorias conforme a escassez do mineral, de modo a caracterizá-los de acordo com os níveis da dependência do respectivo mineral: 1- total vulnerabilidade como o caso da bauxita, da qual 84% é importada pelos EUA; o nióbio, cuja principal fonte de abastecimento para os Estados Unidos é o Brasil, sendo que 85% do que os EUA importam saem daqui. Ambos os dados têm como referência a pesquisa elaborado por Bruckmann no ano de 2005. Há, também os minerais que compõem o segundo grupo, 2- alta vulnerabilidade, que, conforme essa caracterização, seriam o estranho, o zinco, a prata e o tungstênio todos importado pelos Estados Unidos fundamentalmente da América Latina. Além de minerais usados na agricultura como o potássio, usado para a produção de fertilizantes, dos quais 85%, em 2005, foram importados da América latina.

Logo, está dinâmica crescente de apropriação de terra em nosso território tem como uma de suas razões de ser, a centralidade da dependência dos recursos naturais na corrida imperialista pela hegemonia e monopólio do desenvolvimento tecnológico, o qual, mesmo sob égide de um capitalismo (mais que) tardio, nunca suprimiu sua demanda por estes recursos, ao contrário, cada vez mais a produção científica do conhecimento tecnológico e de seu desenvolvimento se faz calcada na apropriação e disponibilidade dos recursos naturais. Bem como a pesquisa elaborada por Bruckmann (2011) nos permite aludir.

A construção ideológica do agronegócio subjaz, portanto, a um complexo processo ídeo-político atado à interesses de classe daqueles que detém o poder econômico e político, para o qual a apropriação de terras no continente latino-americano, particularmente Argentina, Brasil e Paraguai é um componente estrutural e determinante na conformação da dominação imperialista.

Importa ressaltar que o mecanismo de apropriação de terras mundiais encontra nas previsões do Banco Mundial e instituições multilaterais uma perspectiva que entende esta demanda global por terras como “oportunidades de negócios”. Nesse sentido, distintos pesquisadores (Castro; Hershaw; Sauer, 2017) têm indagado a quem servem essas oportunidades, a quem são dirigidas? A possível resposta está conectada ao próprio sentido que ganha essa “corrida por terras”. Sobretudo porque a apropriação de terras não se dá sobre uma fronteira desocupada e improdutiva que

precisa ser integrada às cadeias produtivas, pelo contrário; vem crescendo sobre terras já ocupadas. O que faz com que uma das clivagens da análise sobre a apropriação de terras no novo ciclo de expansão do capital no território seja a expansão da fronteira agrícola.

Portanto, àquela questão sobre a quem se abre a “janela de oportunidades” - neste atual ciclo de apropriação de terras no Brasil - passa por uma análise de que a expansão do “agronegócio”, em especial, com o *boom* das *commodities*, se deveu a estreita articulação com a presença de capital estrangeiro no setor.

Segundo Clements; Fernandes (2013) só entre 2007 e 2010 cerca de 1.152 propriedades de terra com área total de 515,1 mil hectares foram declaradas como compradas por estrangeiros. O percentual de 69% dessas áreas está no bioma Cerrado, especialmente nos Estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia. A mesma região denominada como área especial e que recebeu do estado, no governo interino de Michel Temer (2016-2018), o nome de MATOPIBA. A região forma o principal corredor de grilagem de terras por estrangeiros no Brasil. Essas aquisições também são significativas em outros Estados, conforme revela a pesquisa elaborada por Clements; Fernandes (2013), sendo que Paraná e Rio Grande do Sul respondem por 10% do total de terras compradas por estrangeiros, enquanto esse percentual vai a 12% na região da Amazônia, no Pará e Amazonas.

Conforme mencionado, o Matopiba abrange cerca de 73 milhões de hectares e 337 municípios, estes tiveram crescimento de 379% de sua área plantada com soja e cana-de-açúcar, entre 2000 e 2014, segundo aponta pesquisa elaborada por Gerardo Enrique Cerdas em seu estudo (2015).

A expansão da fronteira agrícola no território brasileiro a partir dos anos 2000 expressa, portanto, um dos tentáculos do agronegócio cuja moldura ideológica está sustentada na potência que o capital financeiro monopolista aparenta, ao mobilizar partes, cada vez maiores, do território para a acumulação capitalista. Em consequência, a expansão da produção, predominante, de soja e cana-de-açúcar para outras regiões, na esteira do MATOPIBA, radicalizou a dinâmica em que as ditas “janelas de oportunidades” (segundo o Banco Mundial) foram escancaradas à participação de investimentos estrangeiros por corporações transnacionais como a ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Monsanto, Syngenta e Dupont. (OLIVEIRA, 2016)

Essas empresas, entre outras como bem revela Oliveira (2016) têm se beneficiado com o controle em larga escala da terra agricultável nacional, articulado ao monopólio de instalações de processamento através de mecanismos complexos e contínuos de fusões e aquisições.

Para Pitta (2016) pesquisador que tem se debruçado nessa temática, foi este o cenário em que grandes montantes de investimento financeiro ocorreram no mercado de *commodities* em geral. Os fundos de pensão e os chamados *hedge funds*, são enormes poupanças em busca de valorização, apesar das distintas abordagens teóricas, o estudioso ressalta o aspecto consensual em torno da centralidade da atuação destes agentes no mercado de *commodities*.

Com base nesse contexto mais geral, buscamos examinar o cenário de consolidação da economia do agronegócio no Brasil e sua relação com o avanço do capital sobre todos os rincões do território na esteira da expansão da fronteira agrícola.

O componente hostil e destrutivo do desenvolvimento econômico em curso no seio deste processo foi também tema de outro pesquisador. Guilherme Delgado (2012) tematizou sobre a acepção do termo agronegócio, ressaltando ser consensual na literatura corrente a compreensão de que o termo resulta de uma importação estadunidense do conceito. Ao usar a definição economia do agronegócio Delgado (2012) assume a autodenominação dada pelos proponentes do projeto, que enfatizam uma noção técnica de integração das transformações no campo. Contudo, o autor vai além da descrição dessas transformações, colocando de manifesto as determinações sociais e políticas que se dão neste setor. Para Delgado (2012), do ponto de vista econômico, o que embasa a noção de agronegócio é o processo de integração de capitais na agricultura, particularmente os complexos agroindustriais, o mercado de terras e o sistema de crédito rural que remete à formulação teórica denominada de “capital financeiro na agricultura”, objeto de seu estudo.

É importante ter clareza de que a noção de agronegócio para designar as mudanças ocorridas no processo de extração do excedente econômico no setor agrícola, ou mesmo, como o novo projeto de acumulação de capital neste setor, se faz presente desde meados dos anos 2000, substituindo o que antes se chamava cadeias agroindustriais.

Por isso o recorte temporal nesta tese, datar deste período. Entretanto, há que explicitar a gênese dos processos que culminaram no agronegócio e suas dinâmicas a partir dos anos 2000. Tais processos datam desde a década de 1970, quando da

integração técnica do campo com a indústria, ou seja, o desenvolvimento capitalista no campo com a estruturação dos complexos agroindustriais. Essa estruturação na economia dependente brasileira constitui-se pelo amálgama entre o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos sob a retaguarda do Estado e do controle de classes. Por isso, corroboramos com o autor quando diz que esse processo de acumulação de capital tem o caráter de um *pacto de economia política*, enquanto “organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado” (DELGADO, 2012, p.91).

A economia do agronegócio representa, portanto, o projeto de acumulação de capital na agricultura “para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral.” (DELGADO, 2012, p.93). Nesse sentido, o pacto da economia política do agronegócio firmado entre as burguesias que possuem o domínio econômico e político do país, consolida uma moldura ideológica em torno do “agro é tech” ancorado em uma visão propositiva de desenvolvimento urbano-industrial. A matriz extrativista, fundamento do desenvolvimento do capitalismo dependente ao longo de sua história, e suas relações arcaicas de expropriação, ganham sob o verniz desenvolvimentista que envolve o debate da modernização conservadora no campo a partir dos anos de 1970 um aspecto de moderno. Em contraposição a todo o atraso que antes regia as relações de produção no campo.

O desenvolvimento capitalista dependente gerou uma matriz extrativista, migratória e especulativa, assentada no cativeiro da terra como condição para reprodução e atualização do latifúndio, cuja matriz extrativista se faz presente em todas as fases do desenvolvimento brasileiro. Não obstante a industrialização da agricultura no Brasil nunca suprimiu a propriedade privada da terra absurdamente concentrada. Para Lustosa (2012, p.90) o que ocorreu a partir de 1970, especialmente nos anos de 1990 com o trabalho no campo de base familiar caracteriza-se pela “metamorfose do trabalho dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais: destituindo-os da condição de criadores de valor para o capital e os transformou em mão de obra sobrando sem sentido de existência. Portanto, público potencialmente alvo das esmolas institucionais distribuídas e irradiadas por todo o país pelo governo”.

A análise de Lustosa (2012) sobre o significado da perda da importância da centralidade do trabalho na produção agrícola revela uma tendência no Brasil que segue na contramão do que tem ocorrido com o trabalho camponês neste mesmo período em países da Europa, conforme pesquisas recentes têm registrado.

Vergapoulas vem demonstrando em seus estudos como a presença do trabalho camponês persiste em alguns países da Europa, ainda que, subsumidos à demanda do capital financeiro monopolista, pois não é um elemento externo ao capitalismo, ao contrário já é parte integrante da dinâmica contraditória do capitalismo. O autor demonstra que esse camponês produtor (absolutamente integrado a especialização do trabalho agrícola) ou seja, subsumido ao capital chega a quase 100% na Irlanda, 96% na Grécia, 95% na Noruega, 93% em Luxemburgo, 90% na Áustria e Dinamarca, 82% na França, 81% na Itália e Japão, 72% no Canadá, 65% na Suécia e 80% nos Estados Unidos. Entre os principais países capitalistas, apenas a Inglaterra, (48%) e a Alemanha antes da unificação (45%)

Logo, o recurso da história econômica, a teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo *sui generis* na história concreta de um país, como ora propomos a partir da teoria crítica marxista e, especialmente, a partir da Teoria Marxista da Dependência, tem o propósito de revelar a natureza do sistema econômico e de seus movimentos históricos concretos, ainda que a concepção convencional de agronegócio apareça despida desses pressupostos.

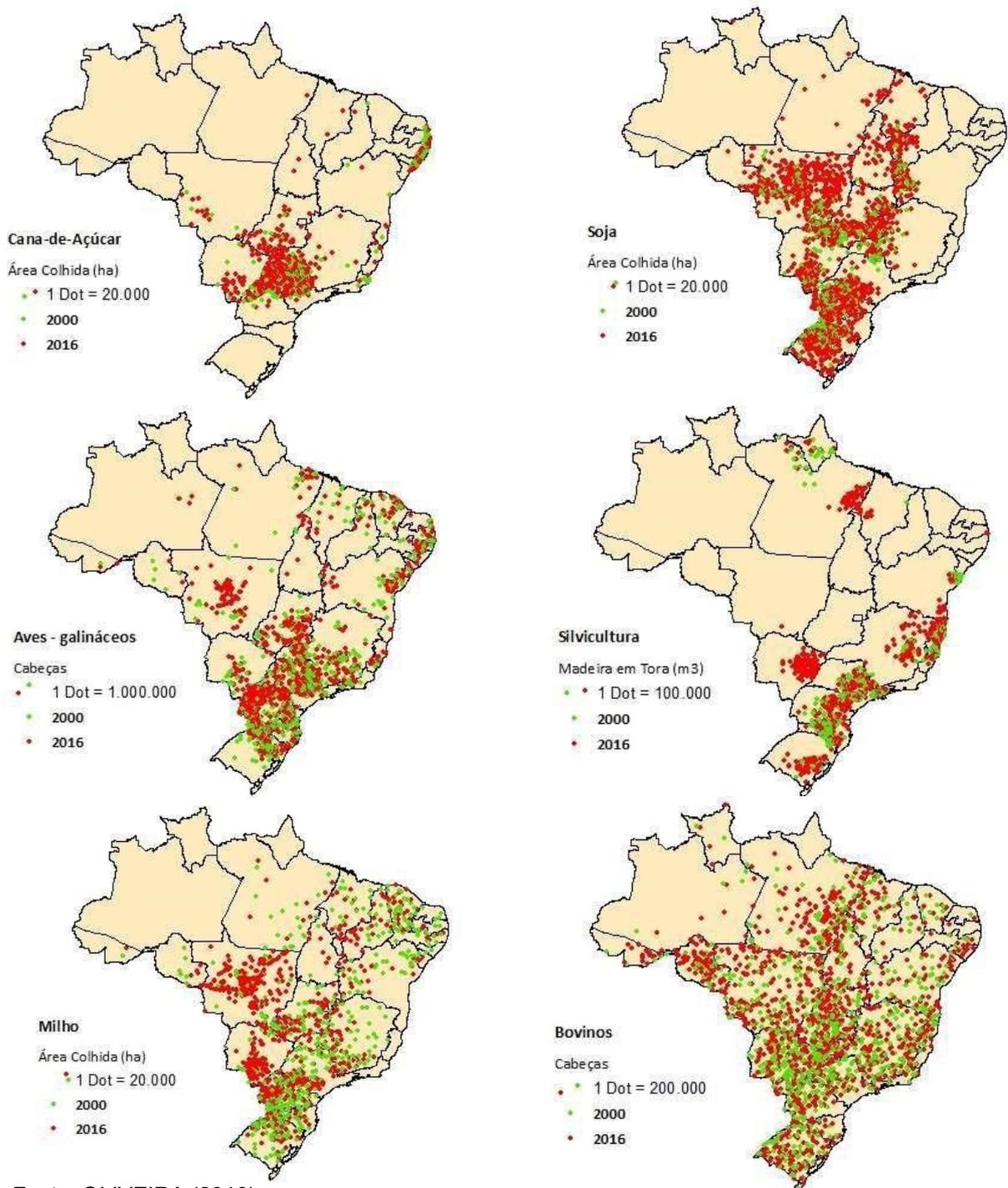
Deste modo, o crescimento econômico brasileiro na primeira quadra deste século se deveu a operacionalização deste pacto de classes, possível pelo aumento das exportações e com o *boom* do preço das *commodities* agrícolas e minerais (soja, cana, minério de ferro etc.), dado o papel hegemônico da China como grande demandante destas matérias-primas. Desse modo, complexificando a questão para além dos componentes financeiros e especulativos (preço elevado das *commodities*), há que se ter clareza da determinação estrutural do agronegócio nas economias de capitalismo dependente. Nesse contexto, é que países com abundância em terras e recursos naturais na América Latina são mobilizados pelo capital estrangeiro e assistem a apropriação de partes de seus territórios

### **3.2 A apropriação de terras no bojo da expansão da fronteira agrícola: relação entre o boom das commodities e a financeirização do capital**

Conforme buscamos elucidar anteriormente, a noção de agronegócio cria uma mistificação em torno do processo que deu musculatura ao setor agroexportador, responsável por aprofundar o subdesenvolvimento e a superexploração das massas trabalhadoras, acirrando os conflitos pela terra principalmente nas áreas de expansão

das fronteiras agrícolas. Abaixo, apresentamos algumas ilustrações acerca da expansão e distribuição espacial da produção agropecuária no Brasil nas primeiras décadas do século XXI.

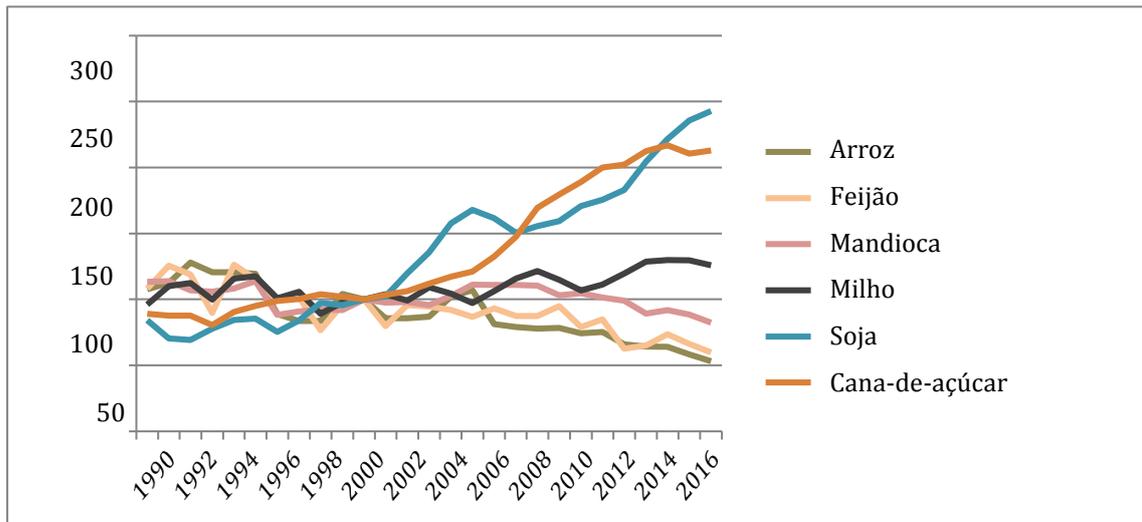
**Imagem 1** - Expansão e Espacialização das *Commodities* agrícolas no Brasil entre 2000 e 2016



Fonte: OLIVEIRA (2016).

O destaque nos dados anteriormente ilustrados é que, em consequência da expansão da fronteira agrícola, observa-se um importante agravante em relação à questão agrária no que diz respeito à retração da produção de alimentos. Para Sauer; Leite (2012), em decorrência da demanda de terras para produção de *commodities*, acirra a concentração de terras pelo latifúndio, logo diminui a produção de alimentos.

**Gráfico 1** - Crescimento da área colhida de culturas vegetais (2000 = 100)



Fonte: OLIVEIRA (2016).

De acordo com a análise de Sauer e Leite (2012) o cenário dos anos 2000 foi marcado pela expansão da produção de *commodities* na agricultura com subida crescente dos preços até meados de 2008, período em que os impactos da crise econômica mundial incidem diretamente sobre os fundos investidores nos mercados de futuros de *commodities* e os preços caem. Neste mesmo período, como já analisamos, a apropriação de terras pelo capital estrangeiro sofre aumento substantivo e continua em ascensão, desde então.

Nesse sentido, a questão é: o que tem impulsionado o aumento crescente da apropriação de terras, mesmo com queda acentuada dos preços das *commodities* iniciada em 2008 e acentuada em 2012/2013? Para entendermos melhor esta questão é necessário retornar a momentos anteriores, determinantes na estruturação da trama que culmina na consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico na economia brasileira.

O contexto histórico que inicia aquele processo remonta a década de 1980 e início dos anos de 1990, quando o sistema financeiro internacional passa por mudanças profundas no cerne do processo de valorização, ou seja, na sua capacidade

de criação de dinheiro que se torna mais dinheiro sem explorar trabalho suficiente para isto. Em outras palavras, na valorização fictícia do capital, cujo lastro real não se articulada proporcionalmente com a produção da riqueza e a extração da mais-valia. (MARQUES; NAKATANI 2009). Esta valorização fictícia tem por base o que Marx caracteriza como capital fictício, que, por sua vez, é uma possibilidade, frente aos desdobramentos do capital portador de juros, que requer, alguns lastros que o sustentem, conforme transformações do capitalismo contemporâneo do Século XXI, mas que possui sua gênese em processos decifrados por Marx, em *O Capital*.

Para Marx, o capital portador de juros, pode ser expresso pela fórmula desdobrada em  $D - D - M - D' - D'$ . Nesta, o primeiro D refere-se ao proprietário do dinheiro, que o empresta a um capitalista, o proprietário dos meios de produção (ou que os compra via empréstimo) este que por sua vez se utiliza do empréstimo adquirido como capital produtivo. Este segundo D é a representação do capital produtivo. Em seguida, o capitalista empreende, por meio da exploração da força de trabalho, a produção de mercadorias. O lucro que advém dessa mercadoria é representado pelo primeiro D'. Parte deste lucro deve pagar os juros do empréstimo, que é o segundo D'. Por isso diz Marx se tratar de uma forma mais reificada, fetichista do capital.

O proprietário do capital-dinheiro empresta seu capital ao capitalista industrial ou comercial e, na qualidade de capital, é que se torna uma mercadoria particular: pois a simples posse do capital-dinheiro possibilita a seu proprietário, no momento do empréstimo, o direito a parte do lucro sob a forma de juros.

Esta forma particular do capital é aquela denominada por Marx como *capital portador de juros*, sendo os juros o preço do valor de uso do dinheiro como mercadoria. O valor de uso do dinheiro funciona como capital, entretanto, apesar do dinheiro advir de sua função no processo produtivo de valor, este pode se autonomizar, ou seja, pode parecer independente deste processo, ainda que não o seja.

Logo, em Marx a fórmula  $D - D'$ , expresso no dinheiro que se transforma em mais dinheiro, é não apenas a abstração da mediação produtiva necessária para tal realização,  $D - D - M - D - D'$  mas é também a possibilidade da sociabilidade mediada por mercadorias. Em outras palavras, nas representações durante o processo social, parece que aquele dinheiro que compareceu na figura do primeiro D pôde tornar-se mais-dinheiro, independentemente de explorar a força de trabalho e se apropriar da mais-valia assim produzida. Esta é uma ilusão, sabemos com Marx.

Desta maneira, o proprietário do dinheiro, que cobra pelo uso de sua mercadoria, irá sempre esperar receber seu preço. A grande questão é que não lhe importa o que aquele a quem empresta faça para pagá-lo, seja pela via da valorização do valor no processo produtivo, seja por meio de outras formas de criação de dinheiro. Das formas do capital analisadas por Marx, estão o capital comercial, o industrial e capital a juros, este como desdobramento do dinheiro como meio de pagamento.

Mirar as aquisições de terras pelo capital transnacional no século XXI pressupõe uma compreensão das formas de acumulação capitalista que contam cada vez mais com o capital portador de juros. Tais formas de acumulação estão possibilitadas por objetivos específicos planejados no bojo das diretrizes do Fundo Monetário Internacional e pelos programas de reestruturação do Banco Mundial, voltados à periferia capitalista a partir de 1970<sup>30</sup>. Conforme aponta Pitta (2016), Sassen (2016) e Oliveira (2016) há uma estreita relação entre a dívida pública e o desenvolvimento das distintas frações das burguesias agroexportadoras. Ao retomar a discussão do capital portador de juros na teoria marxista, cabe elucidar como a dívida pública constituiu uma das ferramentas desta forma de acumulação, pilhagem e expropriação nas economias dependentes, sobretudo.

As raízes do processo em que a terra funciona como ativo financeiro remontam, no Brasil, ao período marcado pelas políticas neoliberais, que caracterizaram os governos Fernando Collor/Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), nos quais as remessas de lucros dos investidores estrangeiros foram flexibilizadas, permitindo a entrada de capitais financeiros para negociar com os títulos da dívida interna. Este processo é conhecido no jargão econômico como 'securitização das dívidas'. Tal mecanismo permite a diversos investidores, não apenas o sistema bancário, a possibilidade de aplicar em um mesmo ativo financeiro. Destes ativos fazem parte dívidas e ações de empresas do agronegócio, como as usinas de açúcar e etanol, bem como os títulos da dívida A rolagem da dívida interna brasileira, por sua vez, impulsionou a implementação de políticas econômicas de fornecimento de créditos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

---

<sup>30</sup> O período que se abre nos anos de 1970 reconfigurou as relações entre Estado e Mercado a partir da estruturação da “contra-reforma agrária” ou mesmo do que se denominou chamar de reforma agrária de mercado. Sobretudo, no que tange as duas décadas seguintes, onde a influência do Fundo Monetário Internacional na reestruturação das relações de produção no campo foi um aspecto determinante. Maria das Graças Lustosa (2012) desvela em sua pesquisa a teia que encobre a contraditória relação entre Estado e Mercado e suas consequências sobre o papel da agricultura sob o jugo dos aparatos do imperialismo norte-americano.

Econômico e Social (BNDES), e o agronegócio foi um dos principais beneficiados. Isto porque foram estes créditos que estimularam o ciclo que marcou a alta dos preços das *commodities* agrícolas, de forma mais acentuada a partir de 2003. Paralelamente, o caráter especulativo inerente a investimentos em mercados de futuros vem ganhando centralidade na cena econômica.

Segundo Oliveira (2016), logo após a crise das dívidas no Brasil e toda a América Latina, na década de 1980, o sistema financeiro desenvolveu mecanismos de securitização de dívidas e de negociação de preços de ativos financeiros em mercados secundários. Importa ressaltar aqui, que ambos os mecanismos foram capazes de alavancar as empresas em geral ao aumentar a liquidez do mercado, tendo como principal consequência aprofundar a dependência entre a produção de mercadorias e a financeirização da economia.

Desta forma, inaugura-se um circuito de financiamento que alavancou os recursos oferecidos, via mercado de capitais, para os tomadores de empréstimos em geral. Este circuito inicia-se com a geração ou “originação” de ativos pelo mercado de capitais, que também se encarrega de promover a securitização e a negociação, com a qual são obtidos novos recursos, posteriormente utilizados para gerar novos ativos, realimentando o circuito. Portanto, a chamada revolução tecnológica, simultaneamente, diminuiu a vantagem competitiva dos bancos na atividade de empréstimos e deu forte impulso ao mercado de capitais. Por último, o crescimento dos investidores institucionais, em especial os Fundos de Pensão, constitui outra força competitiva atuando no mercado antes restrito aos bancos. A origem deste tipo de fundo guarda relação com os processos de privatização dos sistemas previdenciários de vários países, assim como o desenvolvimento da indústria de previdência complementar. Vale mencionar que a reação dos bancos ao acirramento da competição também teve efeito expansivo sobre o mercado de capitais. Vide a diversificação rumo as atividades fora de balanço (*off-balance sheet*), principalmente no mercado de derivativos. (SILVA, 2007, p. 8 e 9 *apud* OLIVEIRA, 2016, p.91)

Na passagem acima, o que chama a atenção é aquilo que o autor caracterizou de “realimentação do circuito”. A securitização das dívidas significou a possibilidade de as instituições financeiras passarem para diversos outros investidores o risco de crédito, passando a vender no mercado de capitais, distintos tipos de dívidas como um ativo financeiro. Mas, além disso, aumentou exponencialmente a liquidez desses mercados pela possibilidade de negociação dos preços dos ativos nos mercados secundários de derivativos, ou seja, nos mercados de capitais capazes de negociar preços de títulos ou pacote dívidas, como o preço futuro das *commodities* aumentando também a procura por parte de capitais financeiros sobre acumulados por tais tipos de investimento.

Esse processo foi responsável por possibilitar a inflação dos preços dos ativos financeiros em termos mundiais e realimentou a criação de novos ativos a serem negociados. Para Guilherme Delgado (2012) o chamado *boom* dos preços das *commodities*, a partir dos anos 2000, realimentou a expansão das agroindústrias no Brasil, neste caso, graças à retomada dos subsídios via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no segundo governo Fernando Henrique Cardoso.

O segundo governo Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio [...] Esse esforço de relançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja, milho), açúcar-álcool, carnes (bovinas e de aves) e de celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010 [...] Sua sequência histórica é completamente continuada e reforçada no governo Lula I, com resultados macroeconômicos aparentemente imbatíveis. (DELGADO, 2012, p.95-96).

Foi justamente a inflação dos preços das ações de empresas de tecnologia na bolsa estadunidense de Nasdaq que ao alavancar a economia dos Estados Unidos na década de 1990, o faz em todo o resto da economia mundial a partir dessa economia central. A dinâmica assumida pela inflação dos ativos financeiros está articulada a subida especulativa do preço de determinado ativo, que por sua vez atrai novos investidores em busca de rendimentos, mas que também pode levar a uma deflação brusca de tal ativo e à quebra de empresas relacionadas a tais ativos.

Conforme revela Oliveira (2016) após 2001, os preços das empresas de tecnologia despencaram e capitais financeiros ociosos passaram a buscar se valorizar em novos ativos que possibilitaram de forma rápida ser inflacionados. Os dois principais foram o setor imobiliário estadunidense e europeu e as *commodities* (DELGADO, 2012) com seus preços inflados negociados nos mercados de futuros como derivativos de *commodities*.

A realimentação que a inflação de ativos moveu, ao entrelaçar os mercados de capitais com os setores produtivos da economia, ficou explícita com o *boom* das *commodities* no Brasil, onde a economia capitalista teria se transformado em um “cassino de jogadores” com preços de ativos nos mercados secundários, que passaram a influenciar a produção transnacional de mercadorias a nível mundial (SASSEM, 2016; MARQUES, NAKATANI 2009).

Grandes montantes de investimento financeiro ocorreram no mercado de *commodities* em geral. Os fundos de pensão e os chamados *hedge funds*, como enormes poupanças em busca de valorização também impulsionaram o aumento dos preços desse tipo de mercadorias negociáveis nos mercados futuros, que, como dissemos, é onde se negocia uma promessa de preço para transação futura. Muitos autores têm se debruçado nesta temática, apesar das divergências de abordagens teóricas, a centralidade dos agentes do mercado de derivativos é consensual.

Em sua análise, Leite e Flexor (2017), Delgado (2012), Oliveira (2016) apontam em seus estudos que quando a crise econômica mundial eclode em 2008, os preços das *commodities* caem bruscamente resultado da migração dos capitais especulativos para títulos de baixo risco e de baixa rentabilidade. Mesmo que, após essa primeira queda, os preços tenham retomado um crescimento, e tenham alcançado correção com o processo inflacionário a partir de 2012/2013, posteriormente voltaram a cair de forma acentuada<sup>31</sup>. Cabe dizer sobre o aumento dos preços, no ínterim entre 2008 e 2012, que dado o funcionamento desse mercado de futuros, os preços tendem a subir conforme promessas de ampliação de produção futura. Neste mesmo período, a *Food Administration Organization* (FAO) anuncia uma crise alimentícia para os anos seguintes.

Neste primeiro momento, muitas empresas do setor agroindustrial faliram, como por exemplo as usinas de cana-de-açúcar, em razão de seu alto endividamento, lastreado nas altas dos preços futuros de açúcar nos anos seguintes, ainda que no momento anterior de subida dos preços de *commodities* houvesse expansão da área plantada, da produção e da produtividade das agroindústrias no Brasil. Como próprio deste processo, a concentração de terras foi liderada por empresas tradicionais multinacionais de *trading* no agronegócio, a Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss, e também por grandes corporações do setor de energia como Petrobras, Shell<sup>32</sup> e outros. (OLIVEIRA, 2016).

Dentre as fusões, o exemplo da empresa Dreyfuss destaca-se, a qual impulsionou seu crescimento por meio do açúcar e mercado de etanol com a compra de outras empresas, resultando na formação de outra empresa, a Biosev, que com 11

---

<sup>31</sup>Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/08/precos-das-commodities-despenca-nesta-segunda-feira-negra.html>. Acesso em 03/05/2020.

<sup>32</sup> A brilhante pesquisa elaborada por Oliveira (2016, p.206-2015) desvela a composição de capitais, a origem dos mesmos. Partimos deste pressuposto e nesta tese apenas retomamos estes complexos agroindustriais de capital trans-nacional.

usinas é capaz de moer 36,4 milhões de toneladas de cana por ano. A Bunge é o outro exemplo com trajetória similar, administra oito usinas com capacidade total para processar 21 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Como aponta Flexor e Leite (2017) em suas pesquisas, o interesse no etanol pelas grandes companhias petrolíferas foi impulsionado pelo aumento dos preços dos hidrocarbonetos na segunda metade dos anos 2000, atraindo a petrolífera Shell, que decidiu formar uma parceria com a Cosan, uma das maiores empresas brasileiras do setor na produção de açúcar e álcool, criando a Raízen. Para não perder espaço no mercado de etanol, a Petrobras também formou parcerias criando uma subsidiária, a Petrobras Biocombustíveis.

Em síntese, o que estamos demonstrando é que foi com a criação dos mercados secundários, para a negociação dos títulos da dívida e do processo de securitização das dívidas, que a possibilidade do crédito impulsionou a expansão nos mercados financeiros da oferta de mais dinheiro, a partir de certa quantia inicial de dinheiro reinvestida em papéis diversos, o que acaba por moldar uma forma da dívida brasileira, que se internalizou e aumentou bruscamente a partir dos anos 2000. Neste mesmo momento, houve uma crescente expansão e concentração da produção em *commodities* como a cana-de-açúcar, soja, etanol, etc. circunscrito em distintos processos de fusões e aquisições de usinas por grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Toda essa expansão fez-se mediada pela dinâmica do capital financeiro na economia brasileira, cuja vertiginosa elevação de capitais oriundos de mercados financeiros contou com presença ativa do Estado brasileiro, subsidiando o setor através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, sendo esses os elementos centrais de estímulo ao mais recente ciclo de expansão da fronteira agrícola. Relatório da Oxfam “Terrenos da Desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural” revelam dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional mostram que 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terra devem R\$ 906 bilhões, uma dívida maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de 26 estados brasileiros<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup>Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/12/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-uniao/> Acesso em 9/08/2020.

Conforme o Plano Agrícola e Pecuário, de 2013/2014<sup>34</sup> e 2015/2016, os valores destinados ao agronegócio por meio do mecanismo de crédito rural mais que sextuplicou, saltando de R\$ 27 bilhões em 2003/2004, para R\$ 187,7 bilhões na safra de 2015/2016, numa constante para todas as agroindústrias brasileiras.

Mas o que esses dados revelam? Haveria então um entrelaçamento entre os mecanismos recentes de expansão dos mercados financeiros e do mercado de terras no Brasil? Ao que tudo indica há uma mesma determinação encerrada no papel que o Estado brasileiro exerceu, constituindo um aspecto fundamental para expansão do agronegócio.

A possibilidade de mais crédito alimentou novos endividamentos, fomentando a atuação das unidades “produtivas” nos mercados financeiros especulativos, principalmente entre 2003 até a crise de 2008, quando diversas usinas que apostaram nos mercados de derivativos cambiais, por meio dos empréstimos que haviam feito em moeda estrangeira. O surgimento desses mercados financeiros intitulados de 'mercados de derivativos' data entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de fortes oscilações nas taxas de juros e, conseqüentemente, de câmbio. Foi aí que distintos comerciantes internacionais passaram a comprar e vender moedas, bem como as *commodities* como o açúcar, garantindo-lhes um preço favorável independente das bruscas mudanças nos mercados. O resultado dessas oscilações rendeu a aqueles que investiram nos mercados grandes ganhos de capital, e aí se enreda um ponto fundamental de nossa análise.

A especulação gerada sobre o preço das *commodities* e sobre o preço das moedas faz com que seus preços sofram fortes oscilações, conforme altera o movimento desses mercados de futuro. Logo, o preço dessas mercadorias pode expressar apenas apostas futuras de especuladores, que aumentam e diminuem conforme a possibilidade vislumbrada para seus ganhos financeiros. Ou seja, essa variação impacta também nas taxas de câmbio e de juros, o que mobiliza investimentos nesses mercados de derivativos, reforçando a tendência de instabilidade de preços.

As empresas, que antes investiam apenas na produção direta de mercadorias, passam agora a também compor os ganhos de suas empresas com “apostas” oferecidas pelo capital financeiro no mercado de futuros. Por esta razão, as chamadas

---

<sup>34</sup> [1] Plano agrícola e Pecuário 2013/2014. Disponível em: file:///C:/Users/maisa/Downloads/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio%202013-2014.pdf

operações de *hedge* (proteção) são acionadas, pois tem essa característica de oferecer maior proteção. É esse tipo de estrutura financeira que vem crescendo, no qual empresas consideradas como produtivas passam a operar com o capital especulativo, cumprindo ambos os papéis, a exemplo das agroindústrias canavieiras detentoras da *commodity* açúcar. Estas acessam o crédito, contraindo dívidas aparentemente favoráveis e aplicam esses recursos na especulação com *commodities*, mecanismo que as possibilita “fecharem” suas contas com os ganhos obtidos na negociação de preços futuros.

De tal modo, o empréstimo em dólar e especulação com derivativos cambiais passam a ser a regra para as agroindústrias no início do século XXI, pois, proporcionaram ganhos especulativos para essas empresas, até 2008, com a crise, já que os capitais ociosos internacionais buscavam se valorizar nos mercados financeiros. Nesta conjuntura, havia uma situação favorecida pelas altas taxas de juros praticadas no Brasil, fomentando o *carry trade*, ou seja, ganhos com captação de dólares nos Estados Unidos e aplicação nas taxas de juros do Brasil.

Cumprir salientar que este movimento gerou uma depreciação do dólar frente ao real, cuja consequência foi um estímulo aos investimentos no mercado de derivativos cambiais, já que a aposta era na tendência de valorização da moeda. O mercado de derivativos aquecido retroalimenta a entrada de dólares no Brasil, logo do processo de valorização do real frente ao dólar e dos ganhos com estes derivativos. Neste embalo, a especulação com *commodities* experimentou bons resultados no mercado internacional mesmo após a crise financeira de 2008, a burguesia agroexportadora continua lucrando<sup>35</sup>.

Não obstante, a especulação com terras agrícolas é um claro indicador de promessa de investimento para a produção de determinadas *commodities*, onde esse tipo de negociação eleva o preço da terra, que, por sua vez, atrai novos capitais e retroalimenta a elevação do preço. Nesse contexto a terra funciona como ativo financeiro.

Chegamos, finalmente, ao elo que conecta o início do ciclo de especulação com a terra agrícola brasileira atualmente, imbricado à negociação de títulos referentes a preços de *commodities*, estes como forma de investimento financeiro especulativo internacional. A força motriz desse processo estava concentrada no fato de que a

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/03/25/jbs-tem-lucro-recorde-de-r-6-bi.ghtml>. Acesso em 20/05/2020.

necessidade de contratar promessas futuras de produção de açúcar e etanol para pagar dívidas anteriores alimentava não só o endividamento do setor, como, ao mesmo tempo, determinava contraditoriamente sua expansão. Tal processo foi estimulado por novas formas de financiamento, como a abertura de ações em bolsa por empresas do agronegócio canavieiro e a emissão de títulos da dívida interna brasileira.

O que nos leva a ponderar que a expansão da produção de *commodity*, tal qual se realiza, é especulativa, pois sempre aposta na continuidade da alta dos preços futuros. E, cabe advertir, nos mercados de futuros não existe necessariamente a entrega física da mercadoria, uma vez que, a negociação se baseia no preço futuro. A crise em 2008 levou à queda os preços de *commodities* como soja e açúcar nos mercados de futuros internacionais, assim como uma queda nos níveis de produtividade da soja em nível nacional.

Se o velho negócio da especulação com terras não é um elemento novo na questão agrária brasileira, essa intermediação, que fomenta a inflação da terra como ativo financeiro, permite o surgimento de empresas com o propósito específico de especular com terras agrícolas. Isto é algo inédito, até então. Não é casual que justamente nesse momento os produtores e *tradings* tenham expandido a área plantada para regiões de fronteira agrícola, onde a terra é mais barata.

Para Guilherme Delgado (2012), a queda nos preços das *commodities*, principalmente após 2008/2009 e com maior intensidade a partir de 2014, está articulada com a alta dos preços da terra. Proprietários de ativos financeiros e de recursos naturais-terras, recursos hídricos, minas e campos petrolíferos, normalmente estariam preocupados com a reversão dos preços externos das *commodities*. Alguns de fato sentiram a crise, como é o caso das grandes empresas do setor - PETROBRÁS, Vale do Rio Doce - ALBRAS-ALUNORTE et., cujos negócios externos encolheram. Mas há uma via secreta de apropriação de fundos públicos - a dívida pública e o mercado de terras - que vêm sendo mantidos artificialmente valorizados, para salvar a renda fundiária e a renda financeira em uma economia de crescimento zero ou negativa. (DELGADO, 2015).

A alta dos preços da terra na região do cerrado brasileiro corresponde ao avanço das transnacionais produtoras de *commodities* como a SLC Agrícola, Brasil Agro, Cosan, etc., que passam a atuar no mercado de terras no Brasil. Para isto, em alguns casos empresas de capital aberto em bolsa de valores e constituídas no

formato de *holdings* criaram imobiliárias agrícolas para negociar terras: a Cosan e a SLC Agrícola com suas respectivas subsidiárias Radar Propriedades Agrícolas e SLC LandCo., em sociedade com fundos de pensão ou de investimentos internacionais.

É neste momento que o setor agroindustrial canavieiro passa a ocupar terras devolutas de chapada, utilizadas secularmente por camponeses e povos tradicionais. São áreas de Cerrado nativo que agora passam a ser o foco da especulação no mercado de terras, repetindo o processo de expropriação e expulsão que é método corrente do capital e dá a substância da expansão do capital no território brasileiro desde a invasão colonial.

O objetivo principal deste negócio é a especulação com a renda da terra. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seu artigo intitulado “*A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil*” observa o papel da financeirização na aquisição de terras nas primeiras décadas deste século. Segundo o autor a questão central não é a ocupação da terra por seus investidores, mas a renda que o negócio gera.

### **3.3 A terra como mero bem financeiro: outros atores na questão da apropriação de terras**

No item anterior, salientamos que por trás dos grandes projetos agrícolas existe uma teia global responsável por viabilizar as apropriações de terra, onde bancos e empresas que os financiam e outras empresas que compram sua produção atuam de forma articulada.

Ao observarmos as complexas redes de investimento, percebemos distintos atores atuando: empresas nacionais; empresas que administram o projeto agrícola; empresas que são donas, ao menos em parte, das empresas que administram o projeto (estas subsidiárias ou filiais podendo atuar com acionistas que investem dinheiro na empresa em troca de retorno por meio de ações); agentes financeiros responsáveis por viabilizar empréstimos para alguma empresa (sendo eles os bancos comerciais, as instituições financeiras internacionais, fundos de investimento, fundos de pensão e fundos *private equity*); governos que viabilizam a apropriação de terras à empresas que administram o projeto e dão aval para que possam operar no território nacional; imobiliárias agrícolas que atuam na operacionalização dos acordos e negócios com terras devolutas facilitando a institucionalização da apropriação dessas

terras para os agentes envolvidos; e, por fim, àqueles que compram as safras e os produtos processados.

Os investidores e empresas estão dessa forma articulados em uma teia que os conecta direta ou indiretamente às aquisições de terras por meio financeiro e acordos entre acionistas. Apreender esse movimento é primordial para compreendermos a dinâmica de apropriação de terras neste século, se se quer desmistificar a moldura ideológica do agronegócio.

São empresas de capital aberto em bolsa de valores e constituídas no formato de *holdings*, onde criaram filiais como transnacionais imobiliárias agrícolas com o objetivo de negociarem terra agrícola como negócio exclusivo. Como imobiliárias agrícolas. Dados da Oxfam (2015) disponível no Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos traz à tona um bom exemplo.

Sendo a Radar propriedade de duas empresas: a Radar Propriedades Agrícolas S/A e a SLC (Schneider Logemann Company) LandCo., em sociedade com fundos de pensão ou de investimentos internacionais. A SLC, cuja uma de suas filiais é a SLC Agrícola, opera como uma das maiores produtoras de soja no Brasil, enquanto a SLC Land Co, outra filial, tornou-se uma das maiores empresas no negócio de terras, controla quase meio milhão de hectares de terra no Brasil, em 2015 a SLC gerou mais rendas com a compra e venda de propriedades do que com a produção de soja, conforme dados retirados no site da própria empresa.

Muito embora estas empresas permaneçam como complexos agroindustriais e sigam no setor produtivo, junto com agentes financeiros, elas passaram a ver o preço da terra como um bem separado do produto, lucrando também com a especulação. Dada a diferença cada vez maior entre o preço das *commodities* (sobretudo após 2008) e o preço da terra, ao que parece a última tem sido um negócio mais rentável que propriamente a produção agroindustrial.

No caso particular das agroindústrias, a dinâmica de especulação com a terra e logo com os recursos naturais, enredadas num contexto de financeirização dos bens naturais, coloca também a produção agrícola e alimentar sob este jugo, cuja expressão desta financeirização pode ser observada pelo fato de que os agentes financeiros (bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, etc.) vêm na terra uma das principais opções de investimento. A questão que se coloca aí é que tais investimentos não são necessariamente direcionados à produção, ainda que o sejam, mas (a partir de 2008) estão também direcionados à especulação, o que implica em uma linha muito

tênue, que separa investimento de especulação, onde esta última aumenta à velocidade da luz.

Se, então, a especulação com terras pelo capital transnacional, neste caso em específico das agroindústrias, coloca este elemento no centro da atual dinâmica de apropriação de terra, como operam de fato? Como lançam mão de grandes porções do território brasileiro ao arrepio dos aparatos constitucionais?

Um dos primeiros passos é a criação de novos latifúndios, ou grandes fazendas, geralmente sobre terras que pertencem ao Estado, nas chamadas terras devolutas. Entre os principais grupos envolvidos na apropriação de terras estão os fundos de pensão privados, como grandes agentes financeiros. Um destes investimentos pode ser bem visualizado no caso da TIAA-CREF, um fundo de pensão dos Estados Unidos que entrou em uma *joint venture*, em 2008 com a COSAN, empresa situada no Brasil, produtora de cana-de-açúcar e etanol. Juntos criaram a Radar Propriedades, uma filial da COSAN cofinanciada e centrada apenas em transações com terra. Assim, enquanto a TIAA-CREF garante recursos financeiros, e a Radar Propriedades funciona como um setor de investimentos imobiliários da brasileira COSAN (CF. REDE DE ESTUDOS SOCIAIS, 2015).

Tais arranjos, porém, têm repercutido para além de atividades eminentemente empresariais. A TIAA-CREF e seus parceiros brasileiros gastaram centenas de milhões de dólares em acordos envolvendo terras agrícolas no Cerrado, as chapadas do MATOPIBA, alimentando preocupações socioambientais. O Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos do Brasil, GRAIN (2015) e outras organizações não governamentais mostram que a TIAA-CREF e a COSAN têm adquirido várias fazendas controladas por Euclides de Carli, um dos mais poderosos grileiros nos Estados do Maranhão e Piauí. O Ministério Público do Piauí expressou surpresa por investidores proeminentes realizarem “negócios como esses, quando uma simples pesquisa na Internet revela uma longa lista de acusações de apropriação ilegal de terras contra Carli” (ROMERO, 2015).

Neste caso, a empresa Radar Propriedades – e, conseqüentemente, a TIAA-CREF – parecem ter atuado junto a agentes locais na região do Matopiba, envolvidos com a emissão e uso de títulos falsos de terras. A própria empresa alegou ao Relatório Social de Justiça e Direitos Humanos (2015) que comprou terras do proprietário da CODECA (empresa colonizadora De Carli) na região do sul do Maranhão e do Piauí. Contudo, a situação permanece sob apuração do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

Não obstante a atuação dos órgãos estatais, a questão tornou-se pública quando estudos e pesquisas apontaram as possíveis ligações entre o fundo de investimentos TIAA-CREF e a grilagem de terras de povos tradicionais, quilombolas e originários no Piauí e Maranhão.

Ainda de acordo com o Relatório Social de Justiça e Direitos Humanos (2015) um episódio exposto nesse documento esclarece o que estamos tematizando. A transação em setembro de 2016 na qual a Cosan anunciou a venda de grande parte de sua sociedade na Radar para a Mansilla Participações, empresa “fantasia” da TIAA-CREF no Brasil e sócia da Radar. A Cosan teria vendido as terras no valor de R\$ 1,065 bilhões de reais, restando apenas 3% de suas terras na empresa Radar. Todo o montante vendido é transacionado para a TIAA-CREF via Mansilla Participações. Esta transação parece confirmar a hipótese sobre o elemento especulativo dessas empresas, visto que a Cosan adquiriu essas terras como ativo financeiro, por meio da empresa Radar, aguardando o aumento do preço para depois vendê-las.

Além disso, apesar de constar na legislação brasileira limite a aquisição de terras por estrangeiros (25% de um município na posse de diferentes estrangeiros e em 10% pelo mesmo proprietário), ocorreu aquisição majoritária da Radar por meio da TIAA-CREF. Como a controladora da Radar continua sendo a Cosan, alega-se que a propriedade da terra não seria de estrangeiros.

O que está em questão é uma leitura que compreende o movimento do preço da terra como relacionado ao processo de valorização do valor por meio da renda da terra. O deslocamento entre especulação e valorização do valor não é entendido como possível e, muito menos, como capaz de se reproduzir enquanto momento de crise de reprodução da forma social da mercadoria e determinação da mesma desta reprodução.

Para nós, a determinação fictícia da territorialização do capital no campo, aqui estudada pela expansão da fronteira agrícola, pode ser desdobrada ao observarmos a própria categoria de renda da terra. Parece, assim, que a continuidade de tais práticas, como expropriação e a monopolização do território, ocorrem já autonomizadamente em relação à sua capacidade de valorizar o valor, mas relacionadas às determinações do desenvolvimento capitalista na periferia. No caso da subida especulativa dos preços das *commodities* foi promovida por capitais financeiros ociosos que passaram a investir nestes mercados - após a crise da bolsa de tecnologias NASDAQ, de 2001- lastreados fetichistamente na promessa de

aumento da demanda por tais *commodities*, o que alimentou e retroalimentou a própria subida dos preços das mesmas, até sua deflação com a crise de liquidez dos mercados financeiros, em 2008.

Conforme o relatório da Oxfam (2015) o caso da empresa Radar mostra como a partir de 2011 há não só uma busca por apropriação da renda da terra, mas há aí o capital fictício, pois, a renda da terra está operando como capital fictício e a atual especulação com o preço da terra agrícola resultou diretamente da inflação dos preços das *commodities* agrícolas.

Desta forma, a venda da terra como renda da terra capitalizada, como Marx (2017) analisou, adquire aqui um sentido diferente daquele formulado por Delgado (2012) ao abordar a compra de terras como ativo financeiro por empresas capitalistas ao longo dos anos 1970 e 1980. Naquele momento, Delgado (2012) ressaltava o investimento de empresas produtoras de mercadorias em terras, hoje, estamos abordando o surgimento de empresas especializadas em negociar com preço do título de propriedade de terras para obterem seus rendimentos.

A própria gênese do investimento no título de propriedade da terra já ocorre mediada pela determinação do *boom* das *commodities*, autonomizado da própria possibilidade da produção agrícola valorizar o valor de tal capitalização. Logo, a continuidade da subida do preço da terra se autonomiza do próprio preço das mercadorias produzidas pelas agroindústrias, por sua vez, fazendo com que a continuidade do investimento nos títulos de propriedade de terras retroalimente a subida dos preços desses títulos. Isso ocorre justamente hoje, enquanto os preços das *commodities* caem e o preço da terra continua a subir, atraindo ainda mais investimento nesse tipo de ativo.

A especulação com títulos de terras nos mercados financeiros por imobiliárias agrícolas é a síntese, no campo brasileiro, da crise da forma de reprodução fictícia do capital baseada na inflação dos títulos de propriedades da qual a crise econômica de 2008 é sua expressão maior.

Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010), para mostrar o papel do capital a juros na especulação imobiliária agrícola no Brasil, ao pesquisar empresas dedicadas a este tipo de negócio e sua relação com demais empresas do sistema financeiro, como fundos de pensão e fundos de investimento, destaca o papel da Radar. Este rentismo é criticado pelo autor por promover apropriação de valor por meio tanto da renda capitalizada da terra como do sobrelucro da renda da terra - seja esta segunda

apropriação como monopólio do território sobre o trabalho de camponeses, seja como territorialização do monopólio sobre o trabalhador assalariado expropriado.

As contradições são mesmo complexas e, para serem tematizadas, exigem uma análise para além dos fenômenos mais econômicos. Delgado (2012), nas suas análises, está observando tanto a subida dos preços da terra, mas também observa a expansão da produção de mercadorias no campo brasileiro por meio da agroindústria, o que movia consequentemente um processo acumulação e expansão das unidades produtivas das agroindústrias que se formaram no campo, no Brasil. Desta forma, o movimento da especulação com terras parecia, para ele, relacionado com a produção de mercadorias - ilustrado a partir da Teoria do Valor, de Marx (2013), no circuito D-M-D como se esta fosse sempre capaz de valorizar o valor e pagar, no futuro, a presente capitalização da renda por meio da exploração do trabalho e da apropriação do sobrelucro produzido por tal exploração a ser distribuído aos diferentes capitais por meio da renda diferencial II.

Nesse sentido a concepção de David Harvey sobre 'produção do espaço' como sendo a possibilidade de continuidade da acumulação capitalista, por meio da exploração do trabalho, dedicado a criar diferencialidades espaciais que fomentem e que certos capitais vençam outros na concorrência, e possam auferir renda em razão de benefícios em infraestrutura e acesso a matérias-primas, ou que formas de 'destruição de um espaço produzido' possa produzir outro com capitais fixos mais produtivos. O setor imobiliário, neste sentido, para Harvey, também é primordial para a possibilidade de reprodução ampliada do valor.

Por isso, para Harvey (2005), os mecanismos da acumulação primitiva foram aprimorados para desempenhar um papel bem mais forte do que no tempo descrito por Marx. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como apontou Lênin, antes dele Hilferding, e Luxemburgo, formas de predação e saqueio. Segundo Harvey (2005), a onda de financeirização estabelecida em 1973 coloca a especulação predatória no centro da acumulação capitalista e o que a 'acumulação por espoliação' faz é liberar um conjunto de ativos a um preço muito baixo, possibilidade decorrente da função que assume o Estado a partir deste período. No caso do Brasil, houve diversos momentos de grilagem de terras para a especulação imobiliária, e o Estado hoje, ao distribuir terras devolutas de chapada no Cerrado brasileiro, despreza em absoluto o fato de que comunidades rurais possuem o uso comunal secular dessas áreas. Terras que deveriam ser suas, ainda que não possuam o título das mesmas.

Harvey (2005, p.133), tomando de Roy, indica que a privatização atual é por essência, a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Dos quais os recursos naturais se incluem, a terra, a água e o ar, o que, segundo ele caracteriza, é um processo de 'despossessão' bárbara, numa escala sem paralelo na história.

A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadorização por atacado da natureza em todas as suas formas [...] Tal como no passado o Estado é usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos, como uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (HARVEY, 2005, p.123).

Nesse cenário a exploração do trabalhador segue sob os trilhos da superexploração da força de trabalho, condição de ser do capitalismo em uma economia dependente, como o Brasil. De outro lado, o mecanismo aviltado a partir de 2008, com a especulação de terras decorrente da expansão da fronteira agrícola na região do MATOPIBA, recoloca na pauta do dia os conflitos dos que não tem terra no campo, imbricado ao conflito dos que não tem teto na cidade, pois a principal consequência da territorialização do capital no campo é a expulsão dos “condenados da terra” para as periferias urbanas.

Em síntese, vimos que os mecanismos pelos quais o agronegócio, como modelo hegemônico no campo, atua com ampla mobilidade territorial, movida pela apropriação de terras, dominando e produzindo espaços regionais. O reverso deste processo, as expropriações de povos tradicionais e comunidades camponesas têm mostrado uma das faces obscuras do propalado desenvolvimento da agricultura brasileira, redimensionando o histórico conflito por terras na pauta do dia para além do debate da questão agrária circunscrito ao campo.

Se, por um lado, a expansão deste modelo passou a ser cada vez mais determinado pela intermediação de capital fictício e especulação com terras, a extração de mais-valia na produção é o único mecanismo que o possibilita gerar riquezas.

### **3.4 A luta pelo território: as contradições da questão agrária movidas pelo conflito entre capital e trabalho**

Para nós, a especulação com terras agrícolas na região de fronteira agrícola demonstra a importância da renda da terra como aspecto constitutivo da dependência, nos termos que lhe confere Ruy Mauro Marini. O caráter especial e restrito da propriedade privada da terra, em seu aspecto intrinsecamente monopolista, garante àqueles que detêm sua posse direitos de uso exclusivos, onde a renda que daí decorre emana do uso exclusivo da propriedade fundiária.

Esta categoria, a renda fundiária, em sua acepção marxista possibilita mediações necessárias à compreensão do que se passa com o setor agroindustrial canavieiro que cada vez mais se sustenta da renda, dos lucros financeiros gerados com a especulação da renda da terra, que deverá ser produzida no processo produtivo da cana-de-açúcar e álcool. Apesar do declínio que se impôs sobre a produção e produtividade da cana-de-açúcar, a partir de 2012, a especulação com a renda da terra segue sendo uma das principais atividades das agroindústrias canavieiras.

Em sua teoria da renda fundiária, Karl Marx (2017) ataca a concepção equivocada que via o surgimento da renda fundiária como sendo resultado da condição material. Esta ilusão era para o autor uma das ilusões mais difundidas dentro da economia política burguesa, pois partia do pressuposto que “as rendas crescem do solo” e que a terra tem valor mesmo que não seja produto do trabalho humano, algo absolutamente diverso da teoria do valor-trabalho de Karl Marx.

Para Marx (2017) os valores de uso na terra são dons gratuitos da natureza e variam tanto em quantidade como em qualidade, por isso, a produtividade física da força de trabalho varia segundo circunstâncias naturais, que são monopolizados. Logo o lucro extraordinário pode ser acumulado por aqueles capitalistas que assegurem condições e recursos naturais de qualidade superior. Contudo, a condição permanente dos lucros extraordinários deve ser mirada levando-se em consideração os processos gerais da mudança tecnológica. Isso faz com que o capital crie em um lugar as condições de produção que para outros lugares são inerentes à natureza.

Como vimos, uma característica marca os interesses de todos os agentes econômicos, qual seja, a tendência em se tratar a terra como mero bem financeiro. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona apenas como um ramo particular da circulação do capital que rende juros.

Posto as considerações sobre as transformações ocorridas no campo, temos enfatizado a metamorfose em que a terra passa a figurar como mero bem financeiro. Desta forma, recoloca na pauta do dia a discussão da questão agrária para além da problemática do camponês na sociabilidade burguesa. Uma vez que, a questão agrária, sendo uma contradição elementar no cerne do desenvolvimento do capitalismo, como assevera Kautsky (1980), passa na atual quadra histórica, em particular no capitalismo dependente latino-americano, à radicalização do confronto aberto entre capital e trabalho no território. Frente à atual dinâmica da expropriação e expulsão dos sujeitos dos territórios, explicita-se mais do que o clássico movimento de liberação da terra para a produção capitalista e formação de mão-de-obra livre para ser assalariada nos processos produtivos urbanos - processo que instituiu a violência do desterro como meio de garantir as condições da reprodução do capital. O que se explicita na atualidade da questão agrária é a exponencialidade daquele processo, que deságua nos limites das suas próprias contradições. Como indica Vergés (2006) é o *capital no seu labirinto*, que defronta não apenas com a radicalização da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2013), expressa na criação brutal na miséria, face à absurda acumulação da riqueza, como também acena para os limites da natureza. Os sem-terra, os sem-teto, desempregados e famintos se encontram com o esgotamento das fontes de energia não-renováveis, com a escassez da água, com as alterações no meio ambiente e todas as suas consequências. Assim, cabe reafirmar que a moldura ideológica do agronegócio em torno da expansão do capital sobre o território não só mistifica as contradições de classe, historicamente moldadas a partir da abissal desigualdade social, fruto do monopólio da terra. Mistifica, principalmente, a dinâmica de classes das massas ontem sem-terra e hoje sem-teto que perambulam nas periferias urbanas expulsas pela insaciável gana do capital por lucro. Onde a terra para o capital assume outra função que não a de território de vida e sociabilidade de povos e culturas distintas.

Nesse sentido, o arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência lança luzes sobre essa mistificação. A elaboração teórica da categoria superexploração da força de trabalho, elucida a especificidade da constituição das classes sociais no território e dos caminhos em aberto que podem levar a superação desta encruzilhada histórica a que nos encontramos. Como já apontava Marini (1976),

Nesta perspectiva, as teses de Che [...] são mais válidas do que nunca. Não é da burguesia latino-americana que a redenção das massas miseráveis e saqueadas do campo virá, mas dessas mesmas massas, lutando sob a

liderança do proletariado. Essa redenção passa necessariamente por uma reforma agrária radical, que liquida um dos pilares da dominação burguesa-latifundiária - o monopólio da terra - e dirige simultaneamente, como foi feito em Cuba, a socialização da agricultura. Assim, as condições são criadas para o desenvolvimento posterior das forças produtivas, uma condição necessária, mas não suficiente, do socialismo; mas, na medida em que isso só pode ser feito pela ação das massas revolucionárias. (MARINI, R.M. 1976)

A conjuntura que forjará a constituição dessas massas se alterou enormemente desde que Marini esboçou esse apontamento. Contudo, o cerne do processo que as constitui segue intocável, e a impossibilidade de uma reforma agrária radical nos marcos de uma economia agroexportadora apenas radicaliza o subdesenvolvimento imposto às massas superexploradas do campo e da cidade.

Na medida que o agronegócio avança sobre o território, sua consequência imediata é a concentração de terra e renda, de modo a acentuar as contradições da questão agrária no Brasil. Dados do IBGE confirmam essa dinâmica. Entre o Censo agropecuário de 2006 e o de 2017 houve uma redução de 1,4 milhão de vagas de trabalho no campo, atualmente o Brasil possui 15,1 milhões de trabalhadores rurais. O maior impacto foi na agricultura familiar, com perda de 2,2 milhões de postos de trabalho, resultado da concentração de terras e do desenvolvimento tecnológico no campo.

Para exemplificar o cenário de conflitos, vários autores realizaram análises que compõem os Cadernos Conflitos no Campo – Brasil, editado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pode-se perceber que, em relação aos dois primeiros governos Lula (2003 a 2010), houve um pico inicial de conflitos agrários entre 2003 e 2004<sup>36</sup>, que depois foram reduzindo em função de alguns fatores principais: aumento da renda por parte da população que normalmente se envolve nas lutas por terra, seja em função da expansão do emprego, seja em função das políticas compensatórias; criminalização de lideranças e movimentos sociais de luta pela terra, o lado coercitivo da hegemonia do agronegócio. Esses conflitos foram reduzindo-se até 2008, quando chegaram ao número de 751 conflitos e 354.225 pessoas envolvidas. Após isso, no período que corresponde à intensificação da expansão do agronegócio e do *acaparamiento de tierras*, voltaram a crescer, chegando a 1.018 conflitos em 2014, envolvendo 600.240 pessoas (CPT, 2016) como demonstra dados compilados por estudos de Michelotti; Siqueira (2019).

---

<sup>36</sup> No ano de 2004 houve o registro do maior número de conflitos, igual a 1.398, e em 2003 a maior quantidade de pessoas envolvidas em conflitos, igual a 1.127.205 pessoas.

Por fim, o que tentamos argumentar neste capítulo é que a especulação financeira assentada na mercadoria terra, é em boa medida resultante da atuação do Estado. Este, tem uma função essencial não somente em ocultar como o conflito pelo acesso à terra tensiona os interesses antagônicas das classes sociais, também atua pelo capital no sentido de, dizimar qualquer evidência desses tensionamentos. Há nesse sentido, uma função ideológica de construção do caráter nacional do agronegócio como uma moldura ideológica com o fim, em última análise, de mistificar o cerne da luta de classes neste território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado na introdução, o objetivo principal desta tese foi analisar a relação entre renda da terra e o agronegócio nas últimas duas décadas. Com o intuito de evitar repetições, retomaremos nesta conclusão alguns argumentos principais e a partir deles faremos breves comentários.

Como afirmamos ao longo da tese, a discussão da renda da terra na perspectiva da teoria social marxista, como contributo a análise da questão agrária à primeira vista parece representar um contra senso. Sendo esta categoria o que é, desde o âmago da economia política clássica, expressa o movimento de distribuição da mais-valia social entre distintas frações do capital e abre um amplo debate encerrado nos diferenciais dos preços de mercado e de produção das mercadorias. Nesse sentido, a interpretação de tal categoria enclausura-se no debate das ciências econômicas e por vezes reproduz o economicismo que tanto criticou Karl Marx (2017).

Sem contudo desprezar sua dimensão fenomênica, aquela em que a realidade concreta se impõe enquanto dimensão da aparência, a materialidade do debate da renda da terra se expressa nos diferenciais dos preços das mercadorias no mercado mundial, o que faz Karl Marx n' *O Capital* - em sua crítica à economia política - é retomar a discussão sobre a renda da terra como expressão da mistificação das relações sociais cujo capital determina. Para ele, ela é, antes de qualquer coisa, resultado do trabalho social, fruto das relações de produção historicamente determinadas numa formação sócio-histórica específica. É com a crítica marxista que o aparente dilema em torno desta categoria se dissipa, a interpretação que esse autor confere à renda tanto supera os limites do economicismo, quanto a coloca como um elemento da luta de classes. Pois aí, em última análise, o que se tem são as distintas frações de classe, que a distribuição dessa mais-valia social produzida pelo conjunto dos trabalhadores determina.

Para tanto, no capítulo I retornamos à luz da discussão teórico-analítica da renda da terra desde a perspectiva da teoria social marxista, um dos aspectos que subjaz este processo parcialmente: a transferência de valor. Dada a complexidade com que Karl Marx desenvolve esta categoria no seio da teoria do valor-trabalho, e a complexidade de situações concretas as quais se debruça para demonstrar sua processualidade no desenvolvimento do capitalismo, nosso estudo não pretendeu esgotar o debate, ao contrário. Portanto, a síntese aqui exposta é o resultado de uma

primeira aproximação a um tema circunscrito eminentemente no âmbito das ciências econômicas, a despeito de, cada vez mais, constar em linhas de pesquisa como na Geografia Agrária, na Sociologia Rural e em áreas que produzem um conhecimento social circunscrito aos processos de trabalho, como o Serviço Social<sup>37</sup>.

Assim, as limitações que possam ter se apresentado ao longo dessa síntese também emergem da dificuldade de apreender, no bojo da interpretação marxista, uma categoria que nunca foi pensada de forma estanque ou linear. Como próprio ao método, as sucessivas aproximações à realidade culminaram em uma produção teórica vastíssima sobre o tema, inclusive com recentes publicações que restavam ainda inéditas na América Latina. Os estudos de Marx sobre o colonialismo revelam nesse sentido, um potente manancial de estudos e pesquisas ainda em aberto.

No capítulo II nos debruçamos sobre uma indagação, em que o estudo da renda da terra contribui para explicação da faceta da particularidade latino-americana?

Pensando esta particularidade, desde os pressupostos teórico-analíticos do que Ruy Mauro Marini (1990) denominou de uma “*economia exportadora*”, restou claro, aí, a imperiosa necessidade de compreensão dos processos que caracterizam a reprodução do capitalismo dependente como realidade distinta, com particularidades conexas à totalidade do capitalismo. Longe de conclusões acabadas, a nosso ver, a questão agrária inscrita na particularidade dos processos de saqueio, pilhagem e expropriação conforma uma das raízes estruturais do capitalismo dependente na América Latina.

A questão central não é a condição exportadora de uma economia, senão de que maneira esta se constituiu, nos termos do que Marini chamou de “dialética da dependência”. Para ele, este processo se fez, justamente, a partir de baixos salários, com a inclusão marginal de uma importante franja de trabalhadores como força motriz da reprodução do capital local, uma vez que o consumo dos trabalhadores cumpre um débil papel no mercado interno, sem representar qualquer obstáculo ao desenvolvimento das burguesias nacionais que detém o poder político e econômico.

De modo que, a superexploração da força de trabalho é assumida como fundamento da reprodução do capital dependente, porque permite às burguesias locais incrementar seus lucros apropriando-se de parte do fundo de consumo dos trabalhadores para converter-se em fundo de acumulação (Osório, 2012). Isto é

---

<sup>37</sup> Reportamo-nos especialmente ao livro de Maria das Graças Osório Lustosa “Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza” (2012).

possível na medida em que a superexploração permite às frações da burguesia interna compensar os mecanismos de transferência de valor nos marcos do capitalismo como sistema mundial. Tais mecanismos de transferência de valor explicitados pelos teóricos marxistas da dependência não só confirmam seu reverso, a superexploração, mas se colocam na atualidade com uma preponderância da renda da terra como um destes mecanismos. O jargão amplamente difundido do '*agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo*' respalda o pressuposto inicial de que, apesar do esvaziamento do campo, este permanece como espaço primordial ao desenvolvimento da economia brasileira, na contramão da radicalização das desigualdades sociais no campo e nas cidades.

Sem pretender retomar a profundidade do amplo legado dos teóricos marxistas da dependência e suas atualizações, o intento de demonstrar o movimento do valor nesta economia, em função da particularidade que assume a superexploração da força de trabalho no desenvolvimento concreto das relações capitalistas no campo e na cidade confirma a necessidade de se pensar o sujeito político da questão agrária muito além do campesinato. Não apenas porque corre-se o risco de reproduzir visões binárias em que o fim do campesinato já se avizinha num futuro próximo, mas principalmente porque deixa-se de apreender um elemento determinante da conformação de classes- a questão racial na conformação dos trabalhadores rurais. Dado os limites desta tese, acreditamos que a subordinação do trabalho ao capital versa centralmente sobre esta questão, mesmo neste estudo tal dimensão apresentar-se como uma lacuna.

Por fim, no capítulo III analisamos o agronegócio a partir dos processos de especulação com a terra, enquanto expressão fenomênica da dinâmica de aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento, objetivando reafirmar a perversa lógica em que a apropriação de valor futuro vem ocorrendo. A apropriação de terras no Brasil pelo capital transnacional como elemento acentuado no bojo da crise estrutural de 2008 encontra uma história de concentração fundiária que também é a história do desenvolvimento capitalista aqui, que tem como uma de suas marcas constitutivas o poder político arraigado às burguesias agrárias. A discussão da especulação nos coloca uma grande problemática pois escancara a dinâmica de apropriação de mais-valia futura, já que a apropriação de partes do Cerrado e Amazônia significa a apropriação de recursos naturais monopolizados pelo capital transnacional.

Não se trata de algo novo, mas revela um fenômeno que encarna uma lógica aos moldes do imperativo que coube a periferia capitalista cumprir na correia da divisão internacional do trabalho; mas que internamente determina, em parte, o compasso dos conflitos de classe em curso.

Em síntese, o elemento central explorado nesta tese foi o significado e os impactos desse elemento novo no processo de especulação para a histórica questão agrária brasileira. Ou seja, entender as contradições que as configurações do processo recente de especulação com a terra lança na trama das relações sociais de classe no Brasil, qual seu impacto para a classe trabalhadora como um todo e, especialmente, para os históricos deserdados da terra neste país. O avanço do agronegócio na expansão da fronteira agrícola, em que pese seu revestimento ideológico de desenvolvimento econômico e tecnológico, é, sobretudo, o acirramento das contradições e conflitos na desigual disputa pela terra no país, na qual a concentração fundiária expressa a dinâmica da luta de classes, a substância da questão agrária no Brasil. Tal avanço expressa, também, a perspectiva de totalidade com que é necessário confrontar o tema da questão agrária na contemporaneidade, não apenas como expressão setorializada de luta pela terra e pelo direcionamento da produção agrícola, porém, mais do que nunca, na perspectiva das contradições inerentes ao capital, e, particularmente, da sua dinâmica no capitalismo dependente.

A articulação entre a especulação com a terra, a partir do mercado financeiro e sua garantia pelo Estado, através da assunção das dívidas e transferência dos recursos do financeiros públicos para viabilização da especulação, evidenciam o processo de pilhagem da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores pelo capital especulador. Em síntese, é a mais-valia extraída da classe trabalhadora que sustenta este processo e a expansão do mesmo é, não apenas, (como se fosse pouco!) a expansão da propriedade privada da terra e a expulsão dos trabalhadores do campo e suas consequências imediatas, mas também é o meio de pilhagem direta dos recursos públicos, por meio de um Estado nacional que privilegia, historicamente, os interesses das classes dominantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo horizonte (MG): Letramento, 2018

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão.** Revista Agrária São Paulo, SP, números 10-11, 2009.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2012. P 33-103.

BANCO MUNDIAL. **Crescente interesse global em terras agrícolas: pode produzir rendimentos sustentáveis e benefícios equitativos?** Washington D.C., 07 set. 2010.

BORRAS JR, Saturnino M. et al. **Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina.** Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios, nº 38, 2013. p. 75 – 103.

CARCANHOLO, Reinaldo. **La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo em Costa Rica.** Tese de Doutorado. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 1981. Orientador: Ruy Mauro Marini.

\_\_\_\_\_. **Capital: essência e aparência.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História Econômica da América Latina.** Editora Graal, 1983.

CASTRO; HERSHAW; SAUER; 2017. **Estrangeirização e internalização de terras no Brasil pra quem?** Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2 (2017), p.74 – 102

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: \_\_\_\_\_(org.) **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1999.

CLEMENTS; FERNANDES. (2013). **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique.** Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements\\_fernandes-2013.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf). Acesso 20/11/2019.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2016.** Goiânia: CPT Nacional, 2017.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina,** 17 ed. Siglo XXI editores, México, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudança cíclica em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

SANTOS, Theotônio dos. **El nuevo carácter de la dependência**. Santiago de Chile: Cuadernos de Cesó, 1967.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes- [1ª ed] São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

D'INCÃO, Maria da Conceição. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Vozes, 1979.

ENGELS, Friedrich. “Prefácio da 1ª edição”. In: **O capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. Trad. Rubens Enderle. P. 31-49.

FARIAS, Márcio. **Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura**. Anais do Seminário FESPSP 2014. Disponível em: [www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT11/7\\_RACA\\_E\\_CLASSE.pdf](http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT11/7_RACA_E_CLASSE.pdf): Acesso em 08 de Fevereiro de 2019.

FLEXOR, Georges e LEITE, Sérgio. **Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s, 2017**. Disponível em [http://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/textos/Book\\_Questoes\\_Agrarias%20\(1\)-21-39.pdf](http://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/textos/Book_Questoes_Agrarias%20(1)-21-39.pdf).

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

GORENDER, Jacob Goreneder. **O escravismo colonial**. São Paulo Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GUANAIS, Juliana. Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canvieira brasileira**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 2ª edi. São Paulo. Brasiliense 2004

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4.ed. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUSTOSA, Marias das G. **Reforma Agraria Brasileira: Política Social e Pobreza**. São Paulo: Cortez. 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Abril cultural, São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Economia Marxista**. Cidade do México. Ediciones Era, 1980, Vol. II. 5ª Edição.

MARINI, Ruy. Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, Ruy. Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. P. 137-181.

MARTINS. José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **O capital. Livro III**. São Paulo: Boitempo. 2017. Trad. Rubens Enderle.

\_\_\_\_\_. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013. Trad. Rubens Enderle.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Robsbawm. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. Cuaderno Kovalesky (Extractos). In: MARX, Karl: **Escritos sobre la Comunidad Ancestral**. La Paz, Bolívia. Fondo Editorial y Archivo histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional., 2015. P.101-163.

\_\_\_\_\_. **O capital Livro I capítulo inédito**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978. Traduzido da edição Castelhana da Siglo XXI.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx**. In: LOWY, Michael (org.). *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. P 71-115.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à edição Russa do Manifesto Comunista**. 1882. In: LOWY, Michael (org.). *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. P 117-125.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, Rosa; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: editora brasiliense, 1ª edição, 2009.

MARINI, Ruy. Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. **La reforma agraria en América Latina: (Comentarios a la intervención de Michel Gutelman)** Cuadernos Agrários, n.4, México, outubro -

dezembro de 1976. [http://www.marini-escritos.unam.mx/281\\_reforma\\_agraria.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/281_reforma_agraria.html). Acesso em 15 de julho de 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. P. 137-181.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. **Financeirização da commodities e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil.** In: Semestre econômico, Medellín, ano 19, n 50, Fev./Mar. 2019. Disponível em <https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2947>

MOURA, Margarida, Maria. **Os deserdados da terra: A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: 1988.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e racismo.** Afro Ásia, 14 - 1983. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824> Acesso em 14 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Dialética radical do Brasil negro.** 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MUSTO, Marcelo. O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos. [Tradução Rubens Enderle]. 1 ed.- São Paulo, Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil- um retorno aos dossiês.** 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702> Acesso 19/01/2020.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: landé Editorial, 2016.

OSÓRIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PAULANI, Leda. **Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo.** Revista de Economia Política. 2016, vol. 36, n. 3 (144), p. 514-535

PITTA, Fábio Teixeira. **As transformações na reprodução fictícia da agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008.** Tese de doutorado. 2016

SAUER e LEITE, 2012. **Expansão agrícola, Preços e apropriação de Terra por estrangeiros no Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2020

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte de cana em São Paulo**. Cadernos CERU, 19(1), 165-180. 2008 <https://doi.org/10.1590/S1413-45192008000100012>. Acesso em 15 de janeiro de 2020

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico- Estrutural no Brasil**. Tese de doutorado, UFSC, 2019. 265 p.

\_\_\_\_\_. **Cooperação antagônica e dupla articulação dependente: a dinâmica da luta de classes no Brasil**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n 34, jul./dez.2017. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17934>. Acesso em 15 de janeiro de 2020

TRASPADINI, Roberta. **Questão Agrária, Imperialismo e Dependência na América Latina: a trajetória do MST entre velhas-novas encruzilhadas**. Belo Horizonte, 2016. Tese de Doutorado.

THOMAZ, JR. Antônio. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume. Fapesp 2002. Tese de Doutorado.

VERGÉS, Armando Bartra. El capital en su laberinto: **De la renta de la tierra a la renta de la vida**. 1.ed -- Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras 2012.